

CARTAS DE
INGLATERRA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Queirós, Eça de, 1845-1900
Cartas de Inglaterra / Eça de Queirós. –
Curitiba, PR : Segesta Editora, 2022.

ISBN 978-85-89075-18-3

1. Cartas portuguesas 2. Crônicas portuguesas
I. Título.

22-110790

CDD-869.3

Índices para catálogo sistemático:

1. Crônicas: Literatura portuguesa 869.3
Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

EÇA DE QUEIRÓS

CARTAS DE
INGLATERRA

CURITIBA
2022



SEGESTA
EDITORIA

Título original: Eça de Queirós – *Cartas de Inglaterra*

Capa: ALOIS VICENTINI BOGO

Diagramação: GISELE SKROCH

Revisão: SILVANA SEFFRIN

Fotos da cidade de Eça de Queirós – Póvoa de Varzim: VANINA ZINI



SEGESTA
EDITORA

Rua Des. Westphalen, 15, conj. 1705

Curitiba/PR

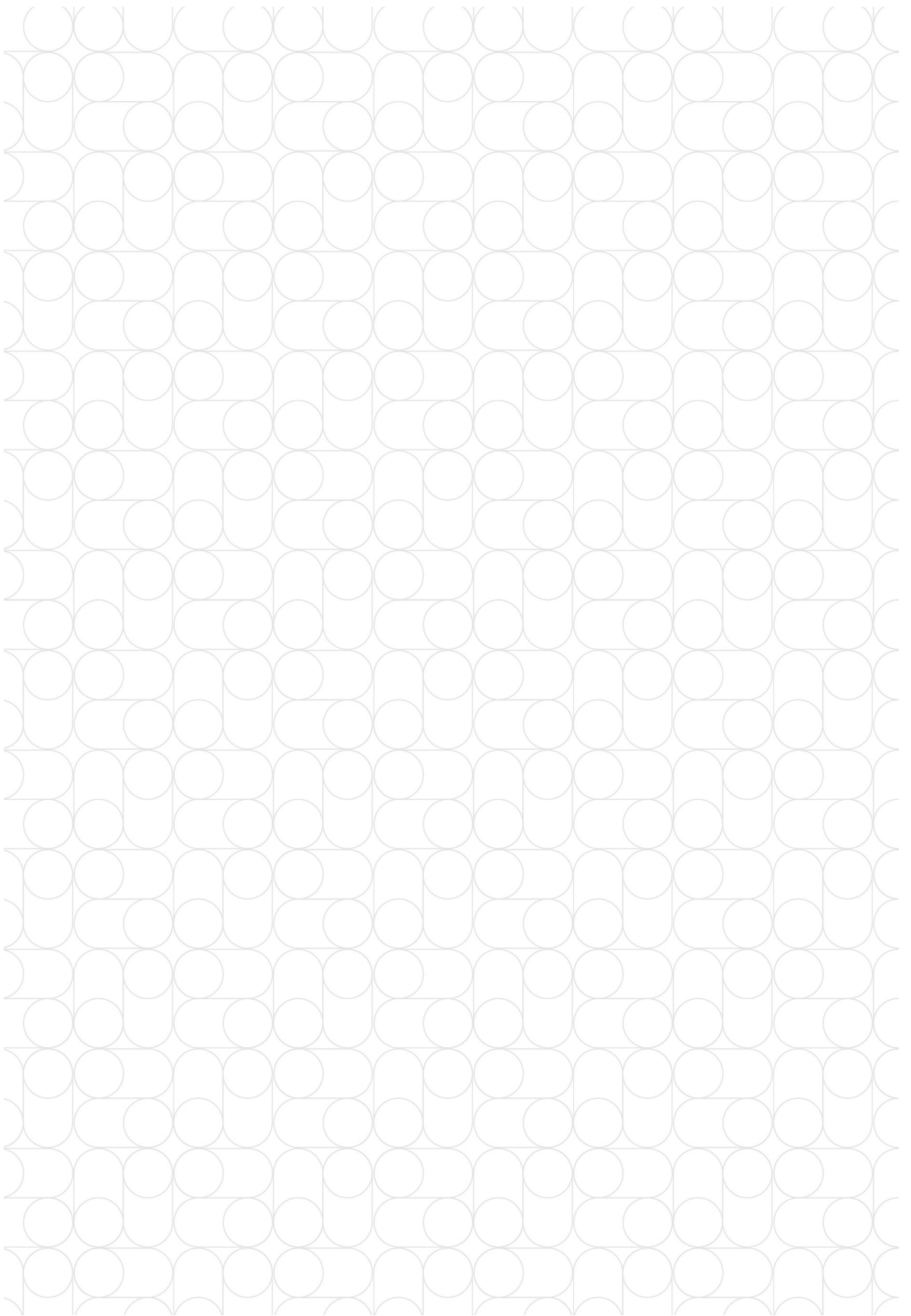
80010-903

www.segestaeditora.com.br

e-mail: segesta@uol.com.br

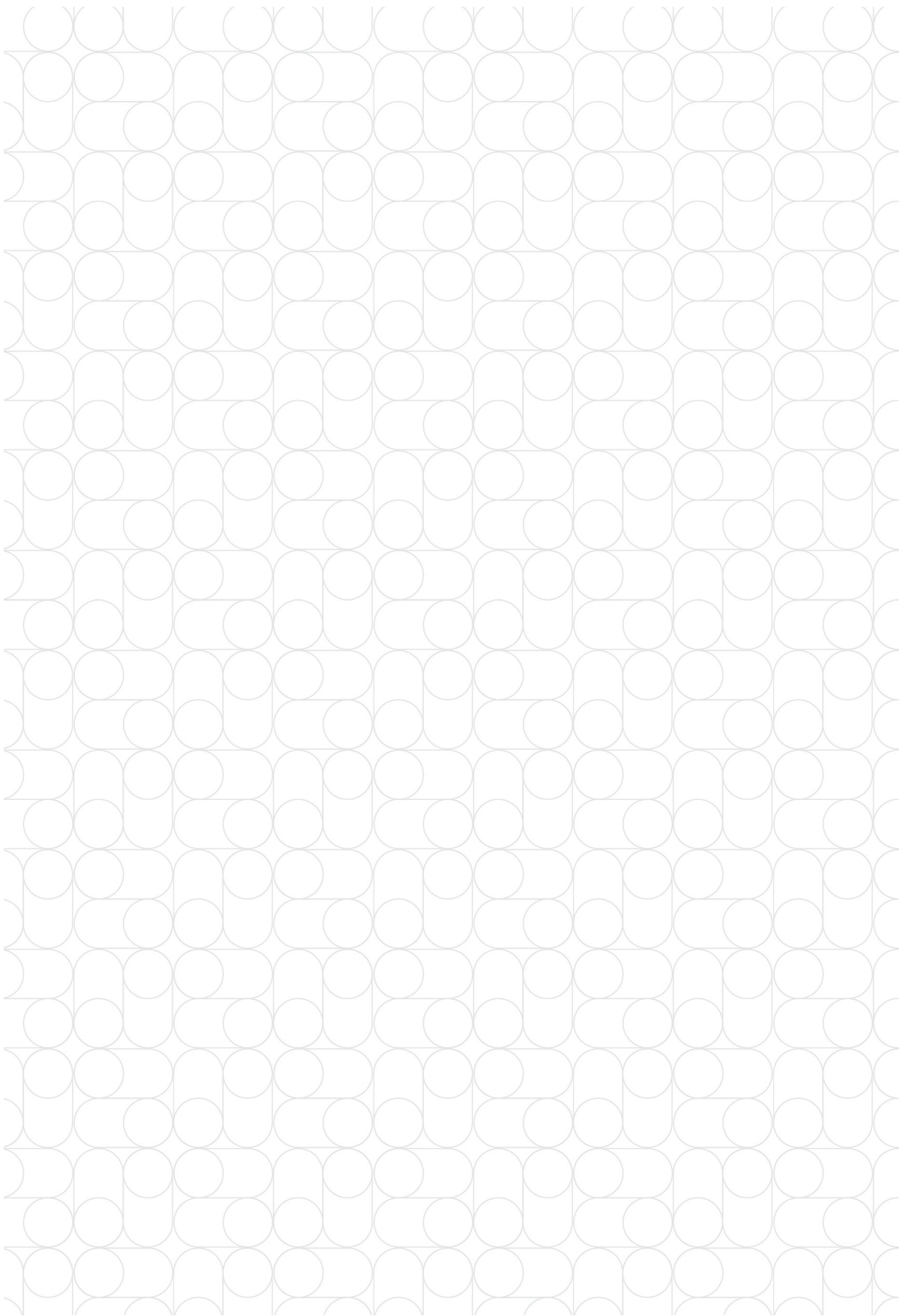
SUMÁRIO

Afeganistão e Irlanda	9
Acerca de livros	20
O inverno em Londres.....	35
O Natal	43
Literatura de Natal	51
Israelismo	59
A Irlanda e a Liga Agrária	71
Lord Beaconsfield	84
Os ingleses no Egito	109
O Brasil e Portugal	171
A festa das crianças	185
Uma partida feita ao <i>Times</i>	191



*Este livro é dedicado a
Luzia Paglione (1955- 2021),
em memória.*

*Amava os pobres da Pastoral da Criança
e dialogava com respeito
com todos os trabalhadores.*



AFEGANISTÃO E IRLANDA

Os ingleses estão experimentando, no seu atribulado império da Índia, a verdade desse humorístico lugar-comum do século XVIII: “A história é uma velhota que se repete sem cessar.”

O fado ou a Providência, ou a entidade qualquer que *lá de cima* dirige os episódios da campanha do Afeganistão, em 1847, está fazendo simplesmente uma cópia servil, revelando assim uma imaginação exausta.

Em 1847, os ingleses – “por uma razão de Estado, uma necessidade de fronteiras científicas, a segurança do império, uma barreira ao domínio russo da Ásia” e outras coisas vagas que os políticos da Índia rosnam sombriamente retorcendo os bigodes – invadem o Afeganistão, e aí vão aniquilando tribos seculares, dismantelando vilas, assolando searas e vinhas: apossam-se, por fim, da santa cidade de Cabul; sacodem do serralho um velho emir apavorado; colocam lá outro de raça mais submissa, que já trazem preparado nas bagagens, com escravas e

tapetes; e, logo que os correspondentes dos jornais têm telegrafado a vitória, o exército, acampado à beira dos arroios e nos vergéis de Cabul, desaperta o correame e fuma o cachimbo da paz... Assim é exatamente em 1880.

No nosso tempo, precisamente como em 1847, chefes enérgicos, messias indígenas, vão percorrendo o território, e com os grandes nomes de pátria, de religião, pregam a guerra santa: as tribos reúnem-se, as famílias feudais correm com os seus troços de cavalaria, príncipes rivais juntam-se no ódio hereditário contra o estrangeiro, o *homem vermelho*, e em pouco tempo é todo um rebrilhar de fogos de acampamento nos altos das serranias, dominando os desfiladeiros que são o caminho, a entrada da Índia... E quando por ali aparecer, enfim, o grosso do exército inglês, à volta de Cabul, atravancado de artilharia, escoando-se espessamente por entre as gargantas das serras, no leito seco das torrentes, com as suas longas caravanas de camelos, aquela massa bárbara rola-lhe em cima e aniquila-o.

Foi assim em 1847, é assim em 1880. Então os restos debandados do exército refugiam-se em alguma das cidades da fronteira, que ora é Gasnat, ora Candaar: os afegãos correm, põem o cerco, cerco lento, cerco de vagares orientais: o general sitiado, que nessas guerras asiáticas pode sempre comunicar, telegrafa para o vice-rei da Índia, reclamando com furor “reforços, chá e açúcar!” (Isto é textual; foi o general Roberts que soltou há dias este grito de gulodice britânica; o inglês, sem chá, bate-se frouxamente.) Então o governo da Índia, gastando milhões de libras como quem gasta água, manda a toda a pressa fardos disformes de chá reparador, brancas colinas de açúcar e dez ou quinze mil homens. De Inglaterra partem esses negros e monstruosos transportes de guerra, arcas

de Noé a vapor, levando acampamentos, rebanhos de cavalos, parques de artilharia, toda uma invasão temerosa... Foi assim em 1847, assim é em 1880.

Esta hoste desembarca no Indostão, junta-se a outras colunas de tropa hindu e é dirigida dia e noite sobre a fronteira em expressos a quarenta milhas por hora; daí começa uma marcha assoladora, com cinquenta mil camelos de bagagens, telégrafos, máquinas hidráulicas e uma cavalgada eloquente de correspondentes de jornais. Uma manhã avista-se Candaar ou Gasnat – e num momento é aniquilado, disperso no pó da planície, o pobre exército afegão com as suas cimitarras de melodrama e as suas veneráveis colubrinas de modelo das que outrora fizeram fogo em Diu. Gasnat está livre! Candaar está livre! Urra! Faz-se imediatamente disto uma canção patriótica; e a façanha é por toda a Inglaterra popularizada numa estampa, em que se vê o general libertador e o general sitiado apertando-se a mão com veemência, no primeiro plano, entre cavalos empinados e granadeiros belos como Apolos, que expiram em atitude nobre! Foi assim em 1847; há de ser assim em 1880.

No entanto, em desfiladeiro e monte, milhares de homens que, ou defendiam a pátria ou morriam pela *fronteira científica*, lá ficam, pasto de corvos – o que não é, no Afeganistão, uma respeitável imagem de retórica: aí, são os corvos que nas cidades fazem a limpeza das ruas, comendo as imundícies, e em campos de batalha purificam o ar, devorando os restos das derrotas.

E de tanto sangue, tanta agonia, tanto luto, que resta por fim? Uma canção patriótica, uma estampa idiota, nas salas de jantar, mais tarde uma linha de prosa numa página de crônica...

Consoladora filosofia das guerras!

No entanto, a Inglaterra goza por algum tempo a “grande vitória do Afeganistão” – com a certeza de ter de recomeçar daqui a dez anos ou quinze anos, porque nem pode conquistar e anexar um vasto reino, que é grande como a França, nem pode consentir, colados à sua ilharga, uns poucos de milhões de homens fanáticos, batalhadores e hostis. A “política”, portanto, é debilitá-los periodicamente, com uma invasão arruinadora. São as fortes necessidades de um grande império. Antes possuir apenas um quintalejo, com uma vaca para o leite e dois pés de alface para as merendas de verão...

Outra história melancólica é a da Irlanda. Quem não conhece as queixas seculares da Irlanda, da Verde Erin, terra de bardos e terra de santos, onde uma plebe conquistada, resto nobre de raça céltica, esmagada por um feudalismo agrário, vivendo em buracos como os servos góticos, vai desesperadamente disputando à urze, à rocha, ao pântano, magras tiras de terra, onde cultivava em lágrimas a batata? Todo o mundo sabe isto – e, desgraçadamente, esta Irlanda de poema e de novela é, em parte, verdadeira: além dos poucos distritos onde a agricultura é rica como em qualquer dos ubérrimos condados ingleses, além de Cork ou Belfast, que têm uma indústria forte – a Irlanda permanece o *país da miséria*, bem representada nessa estampa romântica em que ela está, em andrajos, à beira de um charco, com o filhinho nos braços morrendo-lhe da falta de leite, e o cão ao lado, tão magro como ela, ladrando em vão por socorro...

Os males da Irlanda, muito antigos, muito complexos, provêm, sobretudo, do sistema semifeudal da propriedade.

O povo irlandês é numeroso, exageradamente prolífico (nem a emigração, nem a morte, nem as epidemias, aliviam esta ilha muito cheia), e vive numa terra pobre, de cultura estreita, apenas no seu terço trabalhada: os proprietários, lordes ingleses ou escoceses, sempre ausentes das terras, não admitindo a despesa de um xelim para melhorá-las, estão em Paris, estão em Londres, comendo pêssegos em janeiro e jogando pelos clubes o *whist* a libra o tento: os seus procuradores e agentes, criaturas vorazes, sem ligação com o solo nem com a raça, forçados a remeter incessantemente dinheiro a suas senhorias, interessados em conservar a procuradoria, caem sobre o rendeiro, levantam-lhe a renda, forçam-no a vendas desastrosas, enlaçam-no na usura, tributam-no feudalmente, apertam-no com desespero como a um limão meio seco, até que ele verta num gemido o último *penny*. Se o miserável, este ano, fatigando o torrão, sustentando-se de ervas secas, economizando o lume quando há seis palmos de neve, consegue arrancar de si a soma que sua senhoria, o lorde, reclama para oferecer uma esmeralda à loura Fanny ou à pálida Clementine, para o ano lá está enleado na dívida, sem meios de comprar a semente, com uma terra exausta a seus pés...

Então o procurador, de lei em punho, vem, corre, penhora-o, vende-lhe o catre, expulsa-o do casebre, atira-lhe mulher, criancinhas e avós entrevados para as pedras do caminho... E aí vai mais um bando de desgraçados engrossar o lamentável proletariado que povoa a “verde ilha dos bardos”. São milhares, são milhões! Esta população, com o ventre vazio, os pés nus sobre a geadas, volta-se então para a Inglaterra, a mãe Inglaterra, que tem a lei, que tem a força, que tem a responsabilidade: a Inglaterra, comovida na sua fibra cristã, volta-se para

os seus economistas, os seus políticos: estes indivíduos pousam as suas vastas frentes nas suas vastas mãos, e arrancam das concavidades da sua sabedoria farisaica esta resposta, tenebrosa resposta da Idade Média às reclamações do sofrimento humano:

– Paciência! O remédio está no céu...

A Inglaterra, valendo-se capciosamente do clero católico da Irlanda e da religiosidade da plebe para mantê-la na resignação da miséria, acena-lhe com as promessas cor de ouro da bem-aventurança – é um salutar espetáculo!

Sejamos, porém, justos: a Inglaterra manda também, aos milhões de esfomeados, farinha e dois ou três xelins; e o *Punch* faz-lhes honra de lhes dedicar pilhérias.

De tudo isto, que resulta? Que o irlandês, vendo que a fome está no seu lar, a Inglaterra ocupada com o Dr. Tanner, o *Punch* muito divertido, e o céu muito longe – faz uma trouxa dos seus andrajos, vai à vila mais próxima, apresenta-se ao comitê dos fenianos ou à seção de Mollie Maguire, e diz simplesmente: “Aqui estou!”

Estas duas associações secretas são terríveis e completam-se uma pela outra. Os fenianos, que estiveram um momento desorganizados, mas que têm hoje a prosperidade de uma instituição pública, são uma seita política, com o fim claro de conquistar a independência da Irlanda: o seu meio é uma futura insurreição, batalhas à luz do dia, um esforço heroico de raça que sacode o estrangeiro.

É evidente, portanto, que a Inglaterra não tem nada a temer desta associação: uma esquadra no canal de São José, dez mil homens desembarcados, e os fenianos serão, no estilo da canção, *como a erva dos campos depois que*

passou o ceifador, um estendal de coisas sem vida! Mas não é assim com Mollie Maguire! Esta constitui puramente uma conspiração: os seus estatutos, os seus fins, a sua organização, os seus chefes, tudo está envolvido num mistério, que é o terror na Irlanda; só são claros os seus crimes. Há um proprietário duro que levantou a renda? Uma noite, ou ele ou o seu procurador aparecem à beira de um caminho, com duas balas na cabeça. Quem foi? Foi Mollie Maguire: foi ninguém, foi a miséria, foi a Irlanda. Há um senhorio, um agente, que fez uma penhora? À meia-noite, a sua casa começa a arder, e é num momento uma ruína fumegante. Quem foi? Mollie Maguire. Houve um burguês especulador que comprou o casebre de um proprietário penhorado? No outro dia lá está no fundo de uma lagoa, com um pedregulho ao pescoço. Quem foi, coitado?! Mollie Maguire. Todos os dias, nestes últimos meses, são assim, dois, três destes crimes – que têm em Inglaterra o nome de *agrários*. Os tribunais, a polícia, já se não fatigam em devassas e em autos: para quê? Mollie Maguire é intangível, Mollie Maguire é impessoal.

E se houvesse um magistrado tão desgostoso da vida, que quisesse descobrir donde viera a bala, o pedregulho ou o fogo – teria certamente, horas depois, o que tanto parecia desejar: um punhal através do peito. São verdadeiramente os processos do niilismo militante: nem falta a esta seita aquela vaga exaltação mística que complica o niilismo. Se Mollie (*Mollie* é o diminutivo de *Maria*) não é uma divindade, é pelo menos uma degeneração fetichista da divindade: é a tenebrosa padroeira das desforras da plebe, aquela em que os desgraçados abandonados de Deus, do Deus oficial, do Deus da missa, encontram socorro, e amizade, e força – uma sorte de encarnação

feminina do diabo de Sabá, confidente dos servos e dos feiticeiros da meia-noite.

A estas duas associações deve juntar-se uma terceira, legal essa, falando alto nas praças, com jornais, com tabuleta, vivendo sob a proteção da Constituição, respeitada da polícia, e que se chama a Liga da Terra. O seu fim é promover, por meio de *meetings* e representações, uma vasta agitação, um impulsivo movimento da opinião, que force o parlamento inglês a reformar o sistema agrário. Mas é realmente uma associação legal? São os seus fins tão honestamente moderados, tão estreitamente constitucionais como se diz? Todo o mundo o duvida. Na Irlanda, sempre que dois homens se reúnem, conspiram: quando se sentem quatro, apedrejam logo a polícia – que será então quando reconhecerem que são duzentos mil? Além disso, as reclamações desta associação são de um vago singular: nada de prático, nada de realizável; apenas os velhos gritos sentimentais da aspiração humanitária. E, ao mesmo tempo, os homens que a dirigem são espíritos positivos e experimentados. Há aqui uma contradição assustadora. Sente-se que os chefes deste movimento, sabendo bem que da Inglaterra nada têm a esperar, estão simplesmente, sob as aparências da legalidade, organizando a insurreição. Formular um programa prático para o parlamento votar seria, na opinião deles, ocioso e pueril: as declamações verbosas em que se fale muito de *legalidade*, *ordem*, *parlamentarismo*, bastam para iludir a política... E não é duvidoso que, num certo momento, fenianos, Mollie Maguire e Liga da Terra formarão um só movimento – o da revolta desesperada.

Este era o estado da Irlanda há dois meses, quando se deu o caso inesperado do Bill de Compensação. Este

projeto de lei, apresentado pelo ministro Gladstone (parte por um sentimento liberal de justiça, parte para agradecer os fortes serviços dos irlandeses nas últimas eleições), não trazia certamente um remate aos males da Irlanda; mas, coarctando os abusos dos senhores, dificultando a arbitrariedade das “expulsões”, modificando a legislação bárbara das penhoras, aliviava o trabalhador irlandês do férreo calcanhar feudal que o esmaga. O Bill passou aos aplausos da Câmara dos Comuns; mas escuso de acrescentar que a Câmara dos Lordes, essa augusta e gótica assembleia de senhores semifeudais, o rejeitou com horror, como obra execrável do liberalismo satânico!

Veem daí o resultado: os agitadores da Irlanda, os seus profetas, os seus chefes, apossaram-se com entusiasmo desta rejeição da Câmara dos Lordes – e utilizaram-na tão habilmente como Antônio utilizou a túnica ensanguentada de César. Foram-na mostrando à plebe indignada, por campos e aldeias, gritando bem alto: “Aqui está o que fizeram os lordes, os vossos amos, os vossos exploradores! A primeira proposta justa, em bem da Irlanda, que se lhes apresenta, repelem-na! Querem manter-vos na servidão, na fome, no opróbrio das velhas idades, no estado da raça vencida! Às armas!”

E desde então a Irlanda prepara-se ardentemente para a insurreição: apesar dos cruzeiros que vigiam a costa, todos os dias há desembarques de armas; o dinheiro, os voluntários, afluem da América; pelos campos veem-se grupos de duzentos, trezentos homens, de espingardas ao ombro, fazendo exercícios como regimentos em vésperas de campanha; ainda que seja agora a época das colheitas, a população não está nos campos, está nos *meetings*, nos clubes; e os tribunos, os agitadores, prodigalizam-se sem

repouso. Não falta decerto a estes homens nem coragem, nem aquela eloquência patética que faz passar nas multidões o *arrepio sagrado*. Um deles, Redathd, exclamava há dias:

“Dizem-nos a cada momento: sede justos, pagai ao lorde, pagai ao senhorio! E citam-nos a palavra divina daquele que disse: ‘Dai a César o que é de César!’ Houve só um homem, Brutus, que deu a César o que a César era devido: um punhal através do coração!”

Esta brutalidade tem grandeza. Agora imagine-se isto lançado a uma multidão oprimida, com gestos teatrais desta raça violenta, de noite, num destes sinistros descampados da Irlanda, que são todos rocha e urze, ao clarão de archotes, dando aquela intermitência de treva e brilho que é como a alma mesma da Irlanda – e veja-se o efeito!

Em Inglaterra, mesmo os otimistas consideram a insurreição quase inevitável para os frios do outono. E o honesto John Bull prepara-se; já o ministro do Interior está em Dublin, e é iminente a declaração da lei marcial... Neste ponto, radicais e conservadores são unânimes: se a Irlanda se levanta, que se esmague a Irlanda! Somente John Bull declara que o seu coração há de chorar enquanto a sua mão castigar... Excelente pai!

O jornal *Standard*, o venerável *Standard*, tinha há dias uma frase adorável: “Se, como é de temer, a Irlanda vier a esquecer-se do que deve a si e à Inglaterra” – exclamava o solene *Standard* – “é doloroso pensar que no próximo inverno, para manter a integridade do império, a santidade da lei e a inviolabilidade da propriedade, nós teremos de ir, com o coração negro de dor, mas a espada firme na mão, levar à Irlanda, à ilha irmã, à ilha bem-amada, uma necessária exterminação.”

Exterminação é muito: e quero crer que está ali para rematar com uma nota grave, uma nota de órgão, a harmonia do passado. Mas o sentimento é curioso e raro: e seria um espetáculo maravilhoso ver, no próximo inverno, John Bull percorrendo a Irlanda, cheio de ferocidade e afogado em ternura, com os olhos a escorrer de lágrimas e a sua baioneta a pingar de sangue... Ainda as fatais necessidades de um grande império! Volto ao meu desejo: um quintalejo, uma vaca e dois pés de alface... E um cachimbo – o cachimbo da paz!

ACERCA DE LIVROS

Outubro chegou, e com este mês, em que as folhas caem, começam aqui a aparecer os livros, folhas às vezes tão efêmeras como as das árvores, e não tendo como elas o encanto do verde, do murmúrio e da sombra.

Estamos com efeito em plena *book-season*, a estação dos livros.

Estes dois meses, setembro e outubro (e eles merecem-no porque, como cor, luz, repouso, são os mais simpáticos do ano), têm acumulado em si as mais interessantes *seasons*, as estações mais fecundas da vida inglesa.

A *London-season*, a célebre estação de Londres, quando a aristocracia, maior e menor, os *dez mil de cima*, como se dizia antigamente, o *folhado*, como se diz agora, recolhe dos parques e palácios do campo aos seus palacetes e jardinetes de Londres – passa-se em abril, junho e julho, verdade seja. Mas essa é uma vã e oca estação de trapos, de luvas de vinte botões, de laçaios, de champanhe, de batota e de *cotillon*. Enquanto que as outras!...

Olhem-me para estas sábias, úteis, viris, solenes *seasons*, que abundam nestes dourados meses de setembro e outubro. Isto sim! Aqui temos, por exemplo, a *congress-season*, a estação dos congressos.

Que espetáculo! Toda a verde superfície da Inglaterra está então de norte a sul salpicada de manchas negras. São congressos em deliberação. Há os de metafísicos e há os de cozinheiros.

Aqui duzentos indivíduos carrancudos e descontentes elaboram uma nova ordem social; além, uma multidão de sábios, acorados, semanas inteiras, em torno de um objeto escuro, não podem chegar à conclusão se é um tijolo vilmente recente ou uma laje da câmara nupcial da rainha Guinevra; e adiante cavalheiros anafados e luzidios assentam a doutrina definitiva da engorda do leitão – esse amor!

Os congressos mais notáveis este ano foram o de medicina em Londres, a que assistiram mil e trezentos congressistas, médicos e cirurgiões dos dois mundos e dos dois sexos, e onde se prometeu à humanidade, para daqui a anos, a supressão das epidemias pelas vacinas; o da British Association, a grande Sociedade das Ciências (congresso anual celebrado este ano em York), em que o presidente, Sir John Lubbock, esse amável sábio que tem passado a existência a estudar as civilizações inferiores dos insetos, laboriosas democracias de formigas, deploráveis oligarquias de abelhas – ocupou-se desta vez, dando um balanço à ciência durante os últimos cinquenta anos, a mostrar algumas das estupendas habilidades desse outro efêmero inseto, o homem; e, enfim, o congresso anual da Igreja, celebrado em Newcastle, composto de bispos,

dignitários eclesiásticos, teólogos, doutores em divindade, este largo clero anglicano, o mais douto e literário da Europa. Neste, entre outros assuntos, discutiu-se a “influência da arte na vida e no pensar religioso”; mas, quanto a mim, o resultado mais nítido foi o revelar incidentalmente que a frequência dos templos, em Inglaterra, diminui de um terço todos os dez anos, ao passo que o espírito de religiosidade cresce nas massas, tornando-se assim o sentimento religioso cada dia mais desprendido das formas caducas e perecíveis das religiões.

Neste momento, há outros congressos – o dos metalurgistas, o das ciências sociais, o dos telegrafistas, o arqueológico, o dos gravadores, o dos... Enfim, centenares. Até o dos browninguistas. Não sabem o que são os browninguistas? Uma vasta associação, tendo por fim estudar, comentar, interpretar, venerar, propagar, ilustrar, divinizar as obras do poeta Browning. Isto, mesmo neste país de arrebatados entusiasmos intelectuais, me parece um pouco forte. Browning é sem dúvida, com Shelley, Shakespeare e Milton, um dos quatro príncipes da poesia inglesa; mas tem o inconveniente de estar vivo. Ele próprio assiste, materialmente, com o seu paletó e o seu guarda-chuva, ao congresso de que é objeto espiritual e assunto; e fatalmente, pelo efeito mesmo da sua presença, a admiração literária tende a tornar-se idolatria pessoal, e os *shake-hands* que ele distribui começam naturalmente a ser mais apreciados no congresso que os poemas que ele escreveu. Por isso mesmo que o divinizam, o amesquinham: não é então o grande poeta de Inglaterra, é o ídolo particular dos browninguistas; deixa assim de ser um espírito falando a espíritos – para ser apenas um manipanso aterrorizando supersticiosos.

Mas, continuando com as estações, temos ainda a *yachting-season*, a estação náutica, das regatas, das viagens em iate. Hoje, em Inglaterra, ter um iate é como entre nós montar carruagens, o primeiro dever social do rico ou do enriquecido, uma das formas mais triviais do conforto luxuoso. Um iate não é só um frágil e airoso barco de cinquenta toneladas e vela branca; pode ser também um negro e poderoso vapor de duas mil toneladas e sessenta homens de tripulação. Neste último caso, em lugar de bordejar gentilmente em redor das flores e das relvas da ilha de Wight, ou de ir mergulhar nessas prodigiosas paisagens marinhas do alto norte da Escócia, vai dar a volta ao mundo, carregado de bíblias para os pequenos patagônicos e de champanhe e de amor para as lindas missionárias, vestidas de marinheiras. A vida de iate tem os seus costumes especiais, a sua etiqueta, a sua fraseologia, a sua moral própria, e sobretudo a sua literatura. A literatura de iate é vasta – William Black, o autor das *Asas brancas*, do *Nascer do sol*, da *Princesa de Thule*, o seu romancista oficial; um paisagista maravilhoso, de resto, tendo na sua pena todo o vigor do pincel de um Jules Breton.

Temos igualmente neste mês a *shooting-season*, a estação da caça ao tiro, que abre no primeiro de setembro com uma solenidade tal, e no meio de um interesse público tão intenso, tão fremente – que me dá sempre ideia do que devia ter sido, nas vésperas da Grande Revolução, a abertura dos Estados Gerais. Peço perdão desta abominável comparação – mas a carne é fraca, e eu considero esta estação sublime. É nela que se caça o *grouse*, e é durante ela que se come o *grouse*. Não sabem o que é o *grouse*? É um pássaro do tamanho da perdiz, que vive (Deus o abençoe!) nos *moors*, ou descampados

da Escócia... Agora deixem-me repousar um momento e ficar aqui, num êxtase manso, pensando no *grouse*, com as mãos cruzadas sobre o estômago, o olho enternecido, lambendo o lábio... Não imaginem que eu sou um guloso. Mas nunca se deve falar nas coisas boas sem veneração. Lord Beaconsfield, esse mestre do bom gosto, deu-nos o exemplo quando, tendo mencionado num dos seus livros o *ortolan*, esse outro delicioso pássaro, acrescentou que o peitinho gordo do *ortolan* é mais delicioso que o seio da mulher, o seu aroma mais perturbador que os lilases e o sabor da sua febra melhor que o sabor da verdade. Pode-se dizer o mesmo do *grouse*.

Continuando, temos a *burglary-season*, a estação dos assaltos e roubos às casas. Esta começa também em setembro, quando a gente rica sai de Londres e deixa os seus palacetes ou fechados ou ao cuidado de um velho e sonolento guarda-portão. Os salteadores de Londres, corpo social tão bem organizado como a própria polícia, procede então sistematicamente, por quadrilhas disciplinadas, usando os mais perfeitos meios científicos no arrombamento e no saque dessas propriedades abarrotadas de coisas ricas...

Temos a *lecture-season*, ou estação das conferências. O seu nome explica-a e seria longo detalhar-lhe a organização. Basta dizer que nesta estação não há talvez um bairro em Londres (quase podia dizer uma rua), nem uma aldeia no resto do país, em que se não veja, cada noite, um sujeito, com um copo de água, dissertando sobre um assunto, diante de uma audiência compacta, atenta, interessada e que toma notas. Os assuntos são *tudo* – desde a ideia de Deus até à melhor maneira de fabricar graxa. E os conferentes são *todo o mundo* – desde o professor

Huxley até um qualquer cavalheiro, o senhor Fulano de Tal, que sobe à plataforma a contar as suas impressões de viagem às ilhas Fiji, ou as aptidões curiosas que observou no seu cão...

Há ainda outras estações que basta enunciar: a *hunting-season*, a estação da caça à raposa (isto é todo um mundo); a *cricket-season*, a estação em que se joga o críquete – e em que se veem destes edificantes espetáculos: doze cavalheiros, vindos do fundo da Austrália, outros doze partindo dos altos da Escócia, e encontrando-se em Londres a jogar ao desafio uma tremenda partida que dura três dias, na presença arrebatada de um povo em delírio!

Temos também a *angling-season*, a estação da pesca à linha, instituição nobilíssima a que a humanidade deve o salmão e a truta. É o desporto favorito da alta burguesia culta, da magistratura, dos homens de sapiência, daquela parte da velha aristocracia sobre que mais pesam as responsabilidades do Estado. Todo este mundo, de solene respeitabilidade e de alto cerimonial – pesca à linha. Talvez por isso, de todos os desportos ingleses, a pesca à linha é um dos que têm produzido uma literatura mais considerável – tão considerável que a sua bibliografia, a simples enumeração dos seus tratados, ocupa um livro de duzentas páginas! Aí observo com respeito a notícia de um ponderoso estudo sobre a *pesca à linha entre os assírios!*...

Só esta semana a literatura da pesca à linha nos deu já dois livros, segundo as listas: *A carteira de um pescador à linha* e *Pela beira dos rios*.

Temos ainda a *travelling-season*, a estação das viagens, quando o famoso turista inglês faz a sua aparição no continente. Nesta época (setembro e outubro), todo

o inglês que se respeita (ou que, não podendo em sua consciência respeitar-se, pretende ao menos que o seu vizinho o respeite) prepara umas dez ou doze malas e parte para os países do sol, do vinho e da alegria. Os anjos (se o não sonharam, como diz João de Deus) devem assistir então, do seu terraço azul, a um espetáculo bem divertido: toda a Inglaterra fervilhando no porto de Dover – e daí sucessivamente partirem longos formigueiros de turistas, riscando de linhas escuras o continente, indo alastrar os vales do Reno, negrejando pela neve dos Alpes acima, serpenteando pelos vergéis da Andaluzia, atulhando as cidades da Itália, inundando a França! Tudo isto são ingleses. Tudo isto traz um *Guia do viajante* debaixo do braço. Tudo isto toma notas. Isto às vezes viaja com a esposa, a cunhada, uma amiga da cunhada, uma conhecida desta amiga, sete filhos, seis criados, dez cães, e outros cães conhecidos destes cães; e isto paga por tudo isto sem resmungar! Não; não digo bem, resmungando sempre. Esta viagem de prazer passa-a quase sempre o inglês a praguejar (mentalmente – porque nem a Bíblia nem a respeitabilidade lhe permitem praguejar alto).

A verdade é que o inglês não se diverte no continente: não compreende as línguas; estranha as comidas; tudo o que é estrangeiro, maneiras, *toilettes*, modos de pensar, o choca; desconfia que o querem roubar; tem a vaga crença de que os lençóis nas camas do hotel nunca são limpos; o ver os teatros abertos ao domingo e a multidão divertindo-se amargura a sua alma cristã e puritana; não ousa abrir um livro estrangeiro porque suspeita que há dentro coisas obscenas; se o seu *Guia* lhe afirma que na catedral de tal há seis colunas e se ele encontra só cinco, fica infeliz toda uma semana

e furioso com o país que percorre, como um homem a quem roubaram uma coluna; e se perde uma bengala, se não chega a horas ao comboio, fecha-se no hotel um dia inteiro a compor uma carta para o *Times*, em que acusa os países continentais de se acharem inteiramente num estado selvagem e atolados numa pútrida desmoralização. Enfim, o inglês, em viagem, é um ser desgraçado. É evidente que eu não aludo aqui à numerosa gente de luxo, de gosto, de literatura e de arte: falo da vasta massa burguesa e comercial. Mas mesmo esta encontra uma compensação a todos os seus trabalhos de turista quando, ao recolher à Inglaterra, conta aos seus amigos como esteve aqui e além, e trepou ao Monte Branco, e jantou numa *table d'hôtel* em Roma, e, por Júpiter!, fez uma sensação dos diabos, ele e as meninas!...

Que mais estações temos ainda? A *speech-season*, a estação dos discursos, quando, nas férias do parlamento, todos os homens públicos se espalham pelo país discursando, perante enormes *meetings*, sobre os negócios públicos. É uma das feições mais curiosas da vida política em Inglaterra.

Há outras muitas estações em setembro e outubro, mas não me lembram agora. E enfim, para não ser injusto, devo mencionar também o outono.



De todas estas, para mim, naturalmente, a mais interessante é a *book-season*, a estação dos livros.

Isto não quer dizer que fora desta estação (outubro a março) se não publiquem livros em Inglaterra – longe disso, Santo Deus! Como não quer dizer que fora da

London-season se não dance, ou fora da *travelling-season* se não viaje. Significa simplesmente que as grandes casas editoras de Londres e de Edimburgo reservam, para as lançar nesta época, as suas *grandes novidades*. Um livro de Darwin, um estudo de Matthew Arnold, um poema de Tennyson, um romance de George Meredith serão evidentemente guardados para a estação. De resto, durante todo o ano, não se interrompe, não cessa essa publicidade fenomenal, essa vasta, ruidosa, inundante torrente de livros, alastrando-se, fazendo pouco a pouco, sobre a crosta da terra vegetal do globo, uma outra crosta de papel impresso em inglês.

Não sei se é possível calcular o número de volumes publicados anualmente em Inglaterra. Não me espantaria que se pudessem contar por dezenas de milhares. Aqui tenho eu diante de mim, no número de ontem do *Spectator*, a lista dos livros lançados esta semana: NOVENTA E TRÊS OBRAS! E isto é apenas a lista do *Spectator*. Apenas o que se chama aqui “literatura geral”... Não se contam as reimpressões; nem as edições dos clássicos, em todos os formatos, desde o fólio, que só um Hércules pode erguer, ao volume miniatura, cujo tipo reclama microscópio, e em todos os preços, desde a edição que custa cinquenta libras até à que custa cinquenta réis; não se contam as traduções de livros estrangeiros, sobretudo as literaturas da Antiguidade; não se conta, enfim, essa incessante produção das universidades, essa outra levada de gregos e latinos, de comentários, de glossários, de in-fólios, que lançam de si, aos caixões, as imprensas de Clarendon.

Há nesta literatura geral uma espécie de que o inglês não se farta – a literatura de viagens. Já não falo nos romances: isso não constitui hoje uma produção literária, é uma fabricação industrial.

Na vida doméstica inglesa, a novela tornou-se um objeto de primeira necessidade, como a flanela ou as fazendas de algodão; e, portanto, toda uma população de romancistas se emprega em manufaturar este artigo, por grosso, e tão depressa quanto a pena pode escrever, arremessando para o mercado as páginas mal secas no ansioso conflito da concorrência.

Mas a gula, a gulodice de livros de viagem é também considerável, e de resto bem explicável numa raça expansiva e peregrinante, com esquadras em todos os mares, colônias em todos os continentes, feitorias em todas as praias, missionários entre todos os bárbaros, e no fundo da alma o sonho eterno, o sonho amado de refazer o Império Romano. Isto produziu um outro tipo de industrial das letras – o prosador viajante.

Antigamente contava-se a viagem quando casualmente se tinha viajado: o homem que visitava países longínquos, se achava em aventuras pitorescas, à volta, repousando ao canto do seu lume, tomava a pena e ia revivendo esses dias numa agradável rememoração de impressões e paisagens. Hoje, não. Hoje empreende-se a viagem unicamente para se escrever o livro. Abre-se o mapa, escolhe-se um ponto do universo bem selvagem, bem exótico, e parte-se para lá com uma resma de papel e um dicionário. E toda a questão está (como a concorrência é grande) em saber qual é o recanto da Terra sobre que ainda se não publicou livro! Ou, quando o país é já toleravelmente conhecido, se não terá ainda alguma aldeola, algum afastado riacho sobre que se possam produzir trezentas páginas de prosa...

Quem hoje encontrar, em algum intrincado ponto do globo, um sujeito de capacete de cortiça, lápis na mão,

binóculo a tiracolo, não pense que é um explorador, um missionário, um sábio coligindo floras raras – é um prosador inglês preparando o seu volume.

Nada elucida como um exemplo. Aqui está a lista dos livros de viagens publicados em Londres nestas *duas últimas semanas*.

É claro que eu não os li, nem sequer os enxerguei. Copio os títulos, somente, da lista de dois jornais de crítica: o *Atheneum* e a *Academy*. Note-se que estes livros são quase sempre bem estudados; dão o traço e a linha que pinta, a paisagem com a sua cor e luz, a cidade com o seu movimento e feições; são gráficos e são críticos; têm a geografia e têm a observação; e mais ou menos fazem reviver, com o detalhe característico, o povo visitado, na sua vida doméstica, a sua religião, a sua agricultura, o seu desporto, os seus vícios, a sua arte, se a tem. Calcule-se, pois, a importância desta literatura, que se toma assim um inquérito sagaz, paciente, correto, feito ao universo inteiro.

Aqui está, com os títulos traduzidos, o que se publicou nestes quinze dias: *A minha jornada a Medina; Entre os filhos de Han; Nas águas salgadas; Longe, nos pampas; Santuários do Piemonte; O novo Japão; Uma visita à Abissínia; Vida no oeste da Índia; Pelo Mahakam acima, e pelo Bania abaixo; A cavalo pela Ásia Menor; Cenas de Ceilão; Através de cidades e prados; No meu bangaló; As terras dos matabeles; Fugindo para o sul; Terras do sol da meia-noite; Peregrinações na Patagônia; O Sudão egípcio; Terra dos magiares; Através da Sibéria; Notas do mundo do Oeste; Caminhos da Palestina; Norsk, Lapp e Finn (onde será isto, Santo Deus!); Guerras, peregrinações e ondas (que título, Deus piedoso!); A linda Atenas; A península do Mar Branco; Homens*

e casos da Índia; A bordo do “raposa”; Desporto na Crimeia e Cáucaso; Nove anos de caçadas na África; Diário de uma preguiçosa na Sicília; A leste do Jordão...

Ainda há outros, ainda há muitos – e em quinze dias!

Seria curioso dar paralelamente a lista de poemas, livros de poesias, odes, baladas, tragédias, anunciados ou já publicados na primeira quinzena da estação; mas não tenho paciência em revolver todo esse lirismo. Há uma “grande sensação”: o livro de Dante Rossetti, um dos mestres modernos: o resto é apenas um bando amoroso e triste de rouxinóis.

Não menos espessas, nem menos compactas, são as listas dos livros de teologia, controvérsia, exegese, etc. – exalando de si uma melancolia de cemitério. Em metafísica há o costumado sortimento – maciço e vago, como diria Herbert Spencer. Em história, biografia, crítica, as listas bibliográficas vêm riquíssimas... Enfim, ao que parece, é uma formidável e grandiosa *estação de livros*. Aos romances, nem aludo: montões, montanhas – e monturos!

Uma pastora meio selvagem das Ardenas, que nunca vira outro espetáculo mais grato ao seu coração do que as cabras que guardava, foi um dia trazida das suas serranias a Paris, quando no bulevar passava, com a tricolor ao vento, um regimento em marcha. A pobre donzela fez-se branca como a cera, e só pôde murmurar numa beatitude suprema:

– Jesus! Tanto homem!

Eu sei que estou aqui fazendo o papel ridículo desta pastora, e balbuciando, com a boca aberta, como se chegasse também das Ardenas:

– Jesus! Tanto livro!

Mas não é este grito, como o da pastora, natural?

O beduíno do deserto do Oeste que, passando a serrania líbica, avista pela primeira vez, imenso, lento, enchendo um vale, o rio Nilo, exclama espantado:

– Alá! Tanta água!

A água é a sua preocupação: todas as tristezas das areias que habita vêm da falta da água; mais que ninguém sente as maravilhas que a água produz; e no seu grito há uma tímida repreensão a Alá! “Tanta água aqui e tão pouca lá donde eu venho!...”

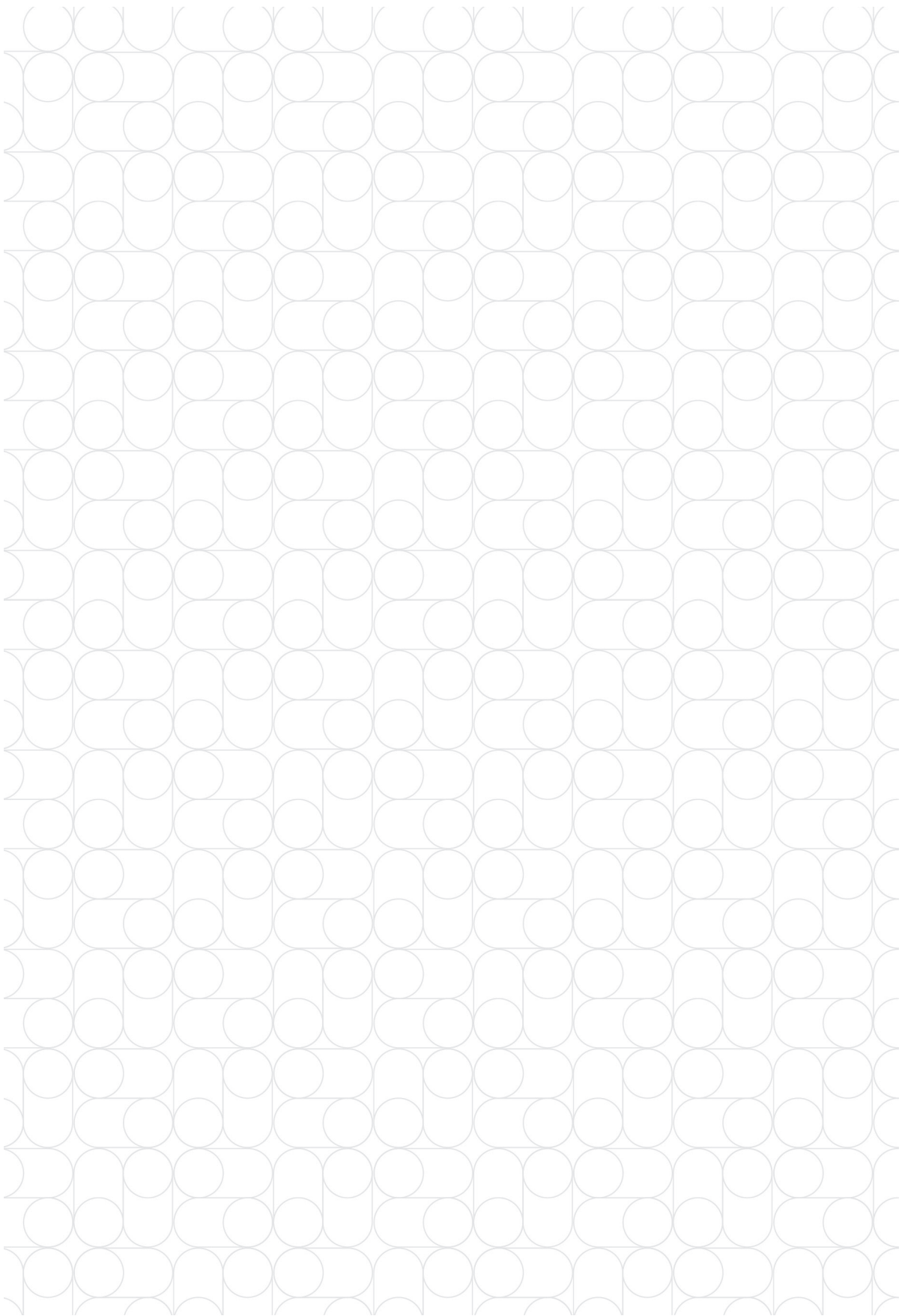
Assim eu venho... Mas o resto da comparação complete-a, antes, o leitor astuto.



...O VOTO DO
...EVIDA SO
...NO BOM DIA DE
...TER A ETERNIDADE
...UM POVO LEONDA
...ERICLES NÃO BAS
...ANIAM PARA OVE A
...VELHA GRÉCIA VIVES
...SE NOVA E RADIOSA
...NO NOSSO ESPÍRITO
...FOI-LHE PRECISO TER
...ARISTÓFANES E
...LO-SO
...MENTE
...AOS SE
...COM
...TEZA
...RERAS
...DE AM

A EÇA DE
QUEIROZ
1845-1900

A EÇA DE
QUEIROZ
1845-1900



O INVERNO EM LONDRES

Eis aí o inverno. Já todos os dias o encontro e, agora mesmo, lhe ouço fora, na rua, sob a névoa tristonha desse fim de outubro, a voz dolente e vaga: não é o velho semideus de atributos mitológicos, com a barba em flocos de neve sobre o manto branco de neve, soprando nos dedos, e o clássico feixe de lenha a tiracolo: é um rapagão enfarruscado, de casquete e chicote em punho, que vai conduzindo uma carroça negra com um forte *percheron* aos varais, pelo macadame já endurecido da geada, e soltando, de porta em porta, o seu pregão melancólico: *Coals! Coals!* (“Carvão! Carvão!”)

Estão, pois, findos os dias purpureados do lindo outono inglês! Nada iguala o encanto suavizador e meigo dos meados de outubro, neste condado do sul. Um passeio, ao meio da tarde, nas pitorescas margens do Severn, ou ainda ao longo do Avon, riba que a memória de Shakespeare torna quase sagrada, ou pelas colinas amáveis de Surrey, é o mais belo, o mais útil repouso que pode ter o espírito sobressaltado, cansado dos livros, ou do duro movimento da vida.

Tem-se aqui alguma coisa daquela paz etérea que os poetas pagãos sonhavam nas perspectivas inefáveis dos Elísios: somente a natureza particular do norte, as linhas da arquitetura saxônica, o arranjo das culturas, dão a feição romântica e elegíaca que falta à paisagem latina.

Caminha-se numa luz ligeira, de um dourado triste, de um enternecimento quase magoado: o verde das relvas sem fim que se pisam, verde repousado e adormecido sob as grandes ramagens das árvores seculares e aristocráticas, solenes, isoladas, imóveis num recolhimento religioso, leva a alma insensivelmente para alguma coisa de muito alto e de muito puro: há um silêncio de uma extraordinária limpidez, como o que deve haver por sobre as nuvens, um silêncio que não existe na paisagem dos climas quentes, onde o labor incessante das seivas, muito forte, parece fazer um vago rumorido, um silêncio que pousa no espírito com a influência de uma carícia. E a cada momento são fundos encantadores de paisagem, de um vaporizado azul, com alguma torre de abadia coberta de heras, que surge de entre robles, ou uma rica avenida de parque, onde se entreveem vestidos claros correndo sobre as relvas, ou a histórica arquitetura de um castelo, de bandeira feudal na torre, que de repente aparece numa elevação com os seus terraços de mármore escuro, os grandes prados onde pastam ou repousam os animais de luxo, os faiscentes meandros do rio entre a verdura e sons tristes de trompa, vindos da profundidade dos arvoredos...

Daqui a dias, porém, por colina e vale, só haverá a triste névoa úmida que dura meses, ou a neve redemoinhando ao vento...

Esta monotonia que começa escurecendo os campos desde novembro vai causar este ano uma inovação

excelente nos costumes sociais da Inglaterra. Vai haver de dezembro a maio uma *estação de inverno*, em Londres.

Como sabem, Londres só é habitada desde os começos de maio até aos primeiros dias quentes de agosto. O resto do ano, Londres é a caída Palmira ou a tenebrosa planície do deserto da Petreia. Ficam lá, é verdade, entre três a quatro milhões de humanidade; mas é uma humanidade subalterna, feita de barro vilão, sem valor social em Inglaterra: é a humanidade que não tem castelos, nem parques de três léguas, nem o seu nome no *Livro de ouro*, nem iates de luxo para bordejar nas costas da Escócia; é a humanidade que não tem nas artérias o famoso *sangue normando*, esse sangue invejado, mais precioso que o de Cristo, cantado por todos os poetas da corte, e que foi importado pelos brutamontes cobertos de ferro e peludos como feras que acompanharam a essas ilhas Guilherme da Normandia. E enfim a humanidade que Carlos Stuart, *o Bem Amado*, chamava a *canalha*, e que o grande sacerdote da *Bela Helena*, o pobre Offenbach, designava, com tanto critério, pelo nome de *vil multidão* – é o trabalhador, o artífice, o artista, o professor, o filósofo, o operário, o romancista, tudo o que pensa, cria e produz.

É esta fresca ralé que fica em Londres: de modo que apenas a humanidade superior, os *dez mil de cima*, como aqui tão pitorescamente se diz, partem para os seus castelos, as suas vilas à beira-mar, ou os seus iates – Londres, apenas habitada pela turba abjeta, torna-se sobre a face da Terra como a lamentável Cacilhas. Nenhum *gentleman* que se respeite e queira manter o seu bom nome social ousaria confessar que esteve em Londres em janeiro: correria o risco de ser tomado por um tendeiro, ou, pior, por um filósofo, um poeta, um desses seres rastejantes, vis como

o lixo, sem castelo e sem matilha de cães, que nenhuma *lady* quererá ter no seu “rol de visitas”.

Se um *gentleman*, tendo negócios instantes em Londres, é forçado a vir a este deserto de plebeus, guarda um *incógnito* severo; não chegará talvez a pôr barbas postiças; mas só se arrisca pelas ruas no fundo escuro de um cupé com os estores descidos, e o paletó reбуçando-lhe a face. Todavia, uma aventura tão poderosa poucos a ousam!

Pois bem, tudo isto se vai reformar! E este ano será moda passear em Piccadilly, ou florear de rosa ao peito em Pall Mall, em pleno janeiro, na espessura dos nevoeiros. Esta revolução considerável foi, como todas as fecundas revoluções, tramada, pregada, popularizada pelas mulheres.

Havia longos anos que estes anjos sofriam com impaciência a melancolia da vida do campo, durante o longo inverno saxônio. Ainda nos primeiros, depois de deixar as glórias de Londres e os esplendores da *season*, a existência era tolerável. Havia as regatas elegantes de Cowes; ia-se estar uma semana na ilha de Wight; depois vinham as festas da abertura da caça; seguia-se a época dos iates, as viagens às costas da Noruega, às Hébridas, às praias elegantes da Normandia; depois, quando a corte está na Escócia, vinha a caça do veado, os bailes de *gellies* das montanhas. Enfim, vivia-se.

Mas, com a chegada de dezembro, da neve, uma formidável lei social, a *fashion*, obrigava os *dez mil de cima* a recolherem-se aos seus castelos, à solidão do campo. E aí começava para as damas o tédio memorável!

Quando se não tem um *château* e parque como os de Inglaterra, pode parecer um sonho do paraíso o viver

nessas faustosas residências, entre maravilhas de arte, acumuladas por gerações, com mobílias de duzentos contos, um serviço de setenta criados, vinte cavalos na cocheira e um parque de três léguas, um parque de romance para passear sobre a neve dura quando o céu brilha claro. Mas a desgraçada dama, desde o seu primeiro dente acostumada a tantos esplendores, já lhes não encontra encanto; uma simples corrida, num velho fiacre de Londres, de loja em loja, é-lhe cem vezes mais doce.

Depois a vida do castelo é de um vazio pardo e tristonho. Os homens, esses, de manhã, têm a caça, os galopes furiosos, devorando prados, saltando sebes atrás de uma raposa espavorida, ao grito bárbaro de *hally-ho!* Depois à noite, tomado o banho e vestida a casaca, têm o grogue forte no *fumoir*. Mas as desgraçadas damas? Todas bebem grogue – mas raras são as que caçam. O dia é-lhes lúgubre. Uma burguesa, em Inglaterra, tem sempre uma ocupação, mesmo nas existências ricas, borda, pinta em porcelana, faz camisas para os pequenos patagônios, ensina a ler os filhos dos caseiros, escreve as suas memórias ou corresponde-se com um teólogo sobre pontos difíceis de doutrina. Mas um dama das *dez mil* não faz nada; os seus grandes talentos, a *toilette*, a graça de receber, a intriga política, o brilhante da conversação, o *chique estético*, coisas em que prima, não lhe servem no isolamento relativo do castelo, sob as torrentes da chuva. O seu palco natural é o salão de Londres. Ali no campo, nas longas galerias onde pendem as bandeiras que os seus antepassados tomaram em Azincourt ou Poitiers, ou, se os avozinhos nunca invadiram a França, as bandeiras compradas no antiquário da esquina, *milady* boceja; ou estendida num sofá, na sua *robe de chambre* de brocado branco de Gênova, com uma novela caída no regaço, olha os flocos de neve empoando os grandes carvalhos do parque...

Depois vem a noite. O pior. Os homens, que fizeram talvez cinco léguas de galope atrás das raposas ou que se estiveram adestrando em jogos atléticos, têm sono. De gardênia na casaca e pérola negra na camisa, estendidos para o fundo do sofá, derreados, meio adormentados pelo *Noturno* de Chopin que um anjo louro preludia ao fundo da sala, são tão inúteis para a *flirtation*, o espírito, a intriga, o amor, como se fossem empalhados.

Debalde as pobres damas fizeram uma *toilette* de duzentas libras; debalde resplandecem às mil luzes de cera os seus ombros de deusas. De nada vale. O *gentleman* anseia por deixar a sala, ir reconfortar-se com o seu *brandy and soda*, estirar aqueles membros que a raposa cansou em lençóis bem perfumados e bem *bassinés*, e ressonar forte.

Esta situação era intolerável.

E os homens mesmo sofriam. Galopar num cavalo de preço sobre a terra dura da neve, ao ladrar da matilha, por uma manhã de brisa fria – tem encanto. Mas pode-se isso comparar à delícia de ir tagarelar para o clube, ter todas as noites três ou quatro bailes, fazer frases sobre a questão do Oriente, cear com Miss Fanny num quente *boudoir* de veludo, enquanto fora a plebe patinha na lama de Londres! Não, não se pode comparar.

E por isso veio o momento psicológico, como diz esse ilustre homem de prosa, o senhor de Bismarck, em que *ladies* e lordes concordaram que o inverno no campo era bom para os lobos; e que, para pares de Inglaterra, Londres era preferível. E aí está como se vai ter esta coisa inesperada na vida inglesa – o *inverno de Londres*.

E, todavia, Deus sabe que ele não é agradável, esse inverno de Londres! De manhã, ao acordar, tem-se diante da janela uma sonora opaca, espessa, parda, arrepiadora e sinistra: é necessário fazer a barba com o gás flamejando; almoça-se com todas as velas do candelabro acesas, e a carruagem que me conduz é precedida de um archote. Ao meio-dia esta decoração de inverno muda; a sombra perde o tom pardo e, por gradações odiosas, ganha um amarelo de oca e começa a exalar um vapor fétido. Respira-se mal, a roupa toma um pegajoso úmido sobre a pele, os edifícios que nos cercam aparecem com as linhas vagas e quiméricas das cidades malditas do Apocalipse e o estrondo de Londres, este rude, tremendo estrépito, que deve lá em cima incomodar a corte do céu, adquire uma tonalidade surda e roncante como um fragor num subterrâneo.

Depois, à noite, outra mudança: toda esta sombra, este nevoeiro grosso, mole, gorduroso, desfaz-se em chuva... Em chuva, digo eu? Em lama, em lama mal líquida, que escorre, pinga! Vem babada de um céu negro.

O gás parece cor de sangue; como todo o mundo, para combater esta névoa gelante e mortal, bebe forte e bebe seguido, há nas ruas um vago vapor a álcool, que passa os hálitos: isto excita, irrita, impele a turba ao vício. O ruído intolerável das ruas, a pressa da multidão violenta, o rude flamejar das vitrinas dão uma aceleração brutal ao sangue, uma vibração quase dolorosa aos nervos; pensa-se com intensidade, caminha-se com ímpeto, deseja-se com furor; a besta humana inflama-se: quer alguma coisa de forte e de animal, a luta, o excesso, a gula, o abrasado do conhaque, a paixão. Londres, numa noite de inverno, exala violência e crime. E pode-se afirmar que em cada uma das tipoias que, aos milhares e aos milhares, passam

como flechas, com relampejar rubro de lanternas, vai um cidadão ou uma cidadã cometendo ou preparando-se para cometer, com exceção da preguiça, um dos sete pecados mortais.

De uma coisa se pode ter a certeza: é que não há de faltar, aos que vão fazer o seu inverno a Londres, *assunto de cavaco*. Além dos livros que se anunciam, dos escândalos que não hão de faltar, das modas que sempre se inventam, a política, só por si, é todo um ramalhete; revolta certa na Irlanda; processo por alta traição dos chefes da Liga da Terra, deputados da Irlanda; nova guerra no Afeganistão, onde Cabul se insurrecionou; toda a África do Sul em rebelião; complicações sinistras do lado do Oriente; desinteligências estridentes entre os radicais no poder... Enfim, um encanto.

Era em circunstâncias idênticas que o famoso Ganville, o homem das *Memórias*, olhando num começo de primavera para todos os lados do horizonte político e social, e não vendo (em 1830) senão presságios negros de revolta, guerra, crises e perigos para a pátria, dizia, banhado em júbilo, quase em êxtase:

– Meu Deus, que deliciosas noites se vão passar no clube!

O NATAL

O Natal, a grande festa doméstica da Inglaterra, foi este ano triste – dessa tristeza particular que oferece, por um dia de calma ardente, a praça deserta de uma vila pobre, ou dessa melancolia que infundem umas poucas cadeiras vazias em torno de um fogão apagado, numa sala a que se não voltará mais...

O que nos estragou o Natal não foram decerto as preocupações políticas, apesar da sua negrura de borrasca. Nem a rebelião do Transval em que os bóeres debutaram por exterminar o noventa e quatro de linha, um dos mais experimentados e gloriosos regimentos da Inglaterra, e que ameaça ensanguentar toda a África do Sul numa guerra de raças; nem a situação da Irlanda, que já não é governada pela Inglaterra, mas pelo *comité* revolucionário da Liga Agrária – seriam inquietações suficientes para tirar o sabor tradicional ao *plum-pudding* de Natal. As desgraças públicas nunca impedem que os cidadãos jantem com apetite; e misérias da pátria, enquanto não são tangíveis e se não apresentam sob a forma flamejante de obuses rebentando numa cidade sitiada, não tirarão jamais o sono ao patriota.

Não; o que estragou o Natal foi simplesmente a falta de neve. Um Natal como este que passamos, com um sol de uma palidez de convalescente, deslizando timidamente sobre uma imensa peça de seda azul desbotada; um Natal sem neve, um Natal sem casacos de peles, parece tão insípido e tão desconsolado como seria em Portugal a noite de S. João, noite de fogueiras e descantes, se houvesse no chão três palmos de neve e caísse por cima o granizo até de madrugada! Um desapontamento nacional!

Para compreender bem o encanto da neve deste famoso Natal inglês, basta examinar alguma das pinturas, gravuras ou oleografias que o têm popularizado.

O assunto não varia na paisagem repetida: é sempre a mesma entrada de um parque, de aparência feudal, por vésperas do Natal, antes da meia-noite; o céu pesado de neve suspensa parece uma gaze suja; e a perder de vista tudo está coberto da neve caída, uma neve branca, fofa, alta, que faz nos campos um grande silêncio. Junto à grade do parque, uma mulher e duas crianças, atabafadas nos seus farrapos, com lampiões na mão, vão cantando as loas; e ao fundo, entre as ramagens despidas, ergue-se o maciço castelo, com as janelas flamejando, abrasadas da grande luz de dentro e da alegria que as habita.

E toda a poesia do Natal está justamente nessas janelas resplandecendo na noite nevada.

Felizes aqueles para quem essas portas difíceis se abrem. Logo ao entrar na antecâmara, os tetos, as umbreiras, os espaldares das cadeiras, os troféus de caça, aparecem adornados das verduras do Natal, das ramagens sagradas do carvalho céltico; e pelas paredes, em letras douradas, ondeiam os dísticos tradicionais – *merry Christmas!, merry*

Christmas! (“alegre Natal!, alegre Natal!”) E o mesmo grito se repete nos *shake-hands* que se dão ao hóspede.

Sob a chaminé estala e dança a grande fogueira do Natal; a sua luz rica faz parecer de ouro os cabelos louros e de prata as barbas brancas.

Tudo está enfeitado como numa páscoa sagrada: dos retratos dos avós pendem ramos de flores de inverno, as flores da neve, e todas as pratas da casa cintilam sobre os aparadores, numa solenidade patriarcal. Dos grandes lustres balança-se o ramo simbólico da árvore, do *mistletoe*, o ramo do amor doméstico: e aí das senhoras que um momento pararem sob a sua ramagem! Quem assim as surpreender tem direito a beijá-las num grande abraço! Também, que voltas sábias, que estratégia complicada, para evitar o ramo fatídico! Mas, pobres anjos, ou se enganam ou se assustam, e a cada momento é sob o *mistletoe* um grito, um beijo, dois braços que prendem uma cinta fugitiva.

E o piano não se cala nestas noites! É alguma velha canção inglesa, em que se fala de torneios e cavaleiros, ou uma dança da Escócia, que se baila com o gentil cerimonial do passado.

E por corredores e salas, as crianças, os bebês, com os cabelos ao vento, vestidos de branco e cor-de-rosa, correm, cantam, riem, vão a cada momento espreitar os ponteiros do relógio monumental, porque à meia-noite chega Santo Claus, o venerável Santo Claus, que tem três mil anos de idade e um coração de pomba, e que já a essa hora vem caminhando pela neve da estrada, rindo com os seus velhos botões, apoiado ao seu cajado, e com os alforjes cheios de bonecos. Amável Santo Claus! Por um tempo tão frio, naquela idade, deixar a cabana de algodão que ele

habita no País da Legenda e vir, por sobre ondas do mar e ramagens de florestas, trazer a estes bebês o seu Natal!

Também, como eles o adoram, o bom Claus! E apenas ele chegar, como correrão todos, em triunfo, a puxá-lo para o pé do lume, a esfregar-lhe as decrépitas mãos regeladas, a oferecer-lhe uma taça de prata cheia de hidromel quente – que ele bebe de um trago, o glutão! Depois abrem-se-lhe os alforjes. Quantas maravilhas!...

Mas destes personagens que aparecem pelas consoadas, o meu predileto é Father Christmas – o Papá Natal.

Esse, porém, só pode ser admirado em toda a sua glória quando se abre a sala da ceia: então lá está sobre o seu pedestal, ao centro da mesa – que lhe põe em torno, com os cristais e os pratos, um amável brilho da auréola caseira. Bem-vindo, Papá Natal! Boas noites, Papá Natal!

O respeitável ancião, com o seu capuz até aos olhos, todo salpicado de neve, as mãos escondidas nas largas mangas de frade, o olho maganão e jovial, esgarça a boca, num riso de felicidade sem fim, e as suas enormes barbas de algodão pendem-lhe até aos pés. Todas as crianças o querem abraçar, e ele não se recusa, porque é indulgente.

E quanto mais a ceia se anima, mais o seu patriarcal riso se escancara: as bochechas reluzem-lhe de escarlates, as barbas parecem crescer-lhe, e ali está bonacheirão e venerável, com a importância de um deus tutelar e amado, como a encarnação sacramental da alegria doméstica.

E no entanto, fora, na neve, as pobres crianças cantam as loas: e com que vigor também! É que elas sabem

que não serão esquecidas, e que daqui a pouco a grade se abrirá e virá um criado, vergando ao peso de toda a sorte de coisas boas, peças de carne, empadas, vinho, queijos – e mesmo bonecas para os pequenos; porque Santo Claus é um democrata e, se enche os seus alforjes para os ricos, gosta sobretudo de os ver esvaziados no regaço dos pobres.

Tudo isto é encantador. Mas tire-se-lhe a neve e fica estragado. O Natal com uma lua cor de manteiga a bater numa terra tépida de primavera torna-se apenas uma data no calendário. O lume não tem poesia íntima; não há loas; Santo Claus não vem; o Papá Natal parece um boneco insípido; não se colhe o *mistletoe*. Não há mesmo a alegria de abrir a janela e pôr no rebordo, dentro de uma malga, a ceia de migalhas do Natal para os pardais e para os outros passarinhos que tanta fome sofrem pelas neves. Enfim, não há Natal! Foi o que sucedeu este ano...

Resta a consolação de que os pobres tiveram menos frio. E isto é o essencial; pensando bem, se nas cabanas houve mais algum conforto e se se não tiritou toda a noite entre quatro farrapos, é perfeitamente indiferente que nos castelos as damas bocejassem.

Nem eu sei realmente como a ceia faustosa possa saber bem, como o lume do salão chegue a aquecer – quando se considere que lá fora há quem regele e quem rilhe, a um canto, triste, uma côdea de dois dias. E justamente nestas horas de festa íntima, quando para por um momento o furioso galope do nosso egoísmo – que a alma se abre a sentimentos melhores de fraternidade e de simpatia universal e que a consciência da miséria em que se debatem tantos milhares de criaturas volta com uma amargura maior. Basta então ver uma pobre criança

pasmada diante da vitrina de uma loja, e com os olhos em lágrimas para uma boneca de pataco, que ela nunca poderá apertar nos seus miseráveis braços – para que se chegue à fácil conclusão que isto é um mundo abominável. Deste sentimento nascem algumas caridades de Natal; mas, findas as consoadas, o egoísmo parte à desfilada, ninguém torna a pensar mais nos pobres, a não ser alguns revolucionários endurecidos, dignos do cárcere – e a miséria continua a gemer ao seu canto!

Os filósofos afirmam que isto há de ser sempre assim: o mais nobre de entre eles, Jesus, cujo nascimento estamos exatamente celebrando, ameaçou-nos, numa palavra imortal, “que teríamos sempre pobres entre nós”. Tem-se procurado com revoluções sucessivas fazer falhar esta sinistra profecia – mas as revoluções passam e os pobres ficam.

Neste momento, por exemplo, na Irlanda os trabalhadores, ou antes os servos do ducado de Leicester, estão morrendo de fome, e o duque de Leicester está retirando anualmente, do trabalho duro que eles fazem, quatrocentos contos de réis de renda! É verdade que a Irlanda está em revolta; é verdade que, se o duque de Leicester se arriscava a visitar o seu ducado da Irlanda, receberia, sem tardar, quatro lindas balas no crânio.

E o resultado? Daqui a vinte anos os trabalhadores de Leicester estarão de novo a sofrer a fome e o frio – e o filho do duque de Leicester, duque ele mesmo então, voltará a arrecadar os seus quatrocentos contos por ano.

Não é possível mudar. O esforço humano consegue, quando muito, converter um proletariado faminto numa burguesia farta; mas surge logo das entranhas da

sociedade um proletariado pior. Jesus tinha razão: haverá sempre pobres entre nós. Onde se prova que esta humanidade é o maior erro que jamais Deus cometeu.

Aqui estamos sobre este globo há doze mil anos a girar fastidiosamente em torno do Sol e sem adiantar um metro na famosa *estrada do progresso e da perfectibilidade*: porque só algum ingênuo de província é que ainda considera *progresso* a invenção ociosa desses bonecos pueris que se chamam máquinas, engenhos, locomotivas, etc., ou essas prosas laboriosas e difusas que se denominam *sistemas sociais*.

Nos dois ou três primeiros mil anos de existência, trepamos a uma certa altura de civilização, mas depois temos vindo rolando para baixo numa cambalhota secular.

O tipo secular e doméstico de uma aldeia árida do Himalaia, tal como uma vetusta tradição o tem trazido até nós, é infinitamente mais perfeito que o nosso organismo doméstico e social. Já não falo de gregos e romanos: ninguém hoje tem bastante gênio para compor um coro de Ésquilo, ou uma página de Virgílio; como escultura e arquitetura, somos grotescos; nenhum milionário é capaz de jantar como Lúculo; agitavam-se em Atenas ou Roma mais ideias superiores num só dia do que nós inventamos num século; os nossos exércitos fazem rir, comparados às legiões dos germânicos; não há nada equiparável à administração romana; o bulevar é uma viela suja ao lado da Via Ápia; nem uma Aspásia temos; nunca ninguém tornou a falar como Demóstenes – o servo, o escravo, essa miséria da Antiguidade, não era mais desgraçado que o proletário moderno.

De fato, pode-se dizer que o homem nem sequer é superior ao seu venerável pai – o macaco; exceto em duas coisas temerosas – o sofrimento moral e o sofrimento social.

Deus tem só uma medida a tomar com esta humanidade inútil: afogá-la num dilúvio. Mas afogá-la toda, sem repetir a fatal indulgência que o levou a poupar Noé; se não fosse o egoísmo senil desse patriarca borracho, que queria continuar a viver para continuar a beber, nós hoje gozaríamos a felicidade infável de *não sermos...*

LITERATURA DE NATAL

Uma das coisas encantadoras que nos traz o Natal são esses lindos livros para crianças, que constituem a *literatura de Natal*.

Não falo desses extraordinários volumes dourados publicados pelos editores franceses, em encadernações decorativas como fachadas de catedrais, que custam uma fortuna; contêm um texto que nunca ninguém lê e são oferecidos às crianças; mas realmente servem para obsequiar os papás. Os pobres pequenos nada gozam com esses monumentos tipográficos; apenas se lhes permite ver de longe as gravuras a aço, sob a fiscalização da mamã, que tem medo que se deteriore a encadernação; e o resplandecente volume orna daí por diante à jardineira da sala, ao lado do candeeiro vistoso.

Em Inglaterra existe uma verdadeira literatura para crianças, que tem os seus clássicos e os seus inovadores, um movimento e um mercado, editores e gênios – em nada inferior à nossa literatura de homens sisudos. Aqui, apenas o bebê começa a soletrar, possui logo os seus livros

especiais: são obras adoráveis, que não contêm mais de dez ou doze páginas, intercaladas de estampas, impressas em tipo enorme, e de um raro gosto de edição. Ordinariamente o assunto é uma história em seis ou sete frases, e decerto menos complicada e dramática que *O conde de Monte Cristo* ou *Nona*; mas, enfim, tem os seus personagens, o seu enredo, a sua moral e a sua catástrofe.

Tal é, para dar um exemplo, a lamentável tragédia dos *Três velhos sábios de Chester*: eram muitos velhos e muito sábios; e para discutirem coisas da sua sabedoria meteram-se dentro de uma barrica, mas um pastor que vinha a correr atrás de uma ovelha deu um encontrão ao tonel, e ficaram de pernas ao ar os três velhos sábios de Chester!

Como estas há milhares: a *Cavalgada de João Gilpen* é uma obra de gênio.

Depois, quando o bebê chega aos seus oito ou nove anos, proporciona-se-lhe outra literatura. Os sábios, a barrica, os trambolhões, já o não interessariam; vêm então as histórias de viagens, de caçadas, de naufrágios, de destinos fortes, a salutar crônica do triunfo, do esforço humano sobre a resistência da Natureza.

Tudo isto é contado numa linguagem simples, pura, clara – e provando sempre que na vida o êxito pertence àqueles que têm energia, disciplina, sangue-frio e bondade. Raras vezes se leva o espírito da criança para o país do maravilhoso – não há nestas literaturas nem fantasmas, nem milagres, nem cavernas com dragões de escamas de ouro: isso reserva-se para a gente grande. E quando se fala de anjos ou de fadas é de modo que a criança, naturalmente, venha a rir-se desse lindo sobrenatural, e a considerá-lo do gênero *boneco*, com os seus próprios carneirinhos de algodão.

O que se faz às vezes é animar de uma vida fictícia os companheiros inanimados da infância: as bonecas, os polichinelos, os soldados de chumbo. Conta-se-lhes, por exemplo, a tormentosa existência de uma boneca honesta e infeliz ou os sofrimentos por que passou em campanha, numa guerra longínqua, uma caixa de soldados de chumbo. Esta literatura é profunda. As privações de soldados vivos não impressionariam talvez a criança – mas todo o seu coração se confrange quando lê que padecimentos e misérias atravessaram aqueles seus amigos, os guerreiros de chumbo, cujas baionetas torcidas ela todos os dias endireita com os dedos: e assim pode ficar depositado num espírito de criança um justo horror da guerra.

As lições morais que se dão deste modo são inumeráveis, e tanto mais fecundas quanto saem da ação e da existência dos seres que ela melhor conhece – os seus bonecos.

Depois vêm ainda outros livros para os leitores de doze a quinze anos: popularizações de ciências; descrições dramáticas do universo; estudos cativantes do mundo das plantas, do mar, das aves; viagens e descobertas; a história; e, enfim, em livros de imaginação, a vida social apresentada de modo que nem uma realidade muito crua ponha no espírito tenro securas de misantropia, nem uma falsa idealização produza uma sentimentalidade mórbida.

É no Natal principalmente que esta literatura floresce. As lojas dos livreiros são então um paraíso. Não há nada mais pitoresco, mais original, mais decorativo, que as encadernações inglesas; e as estampas, as cores leves e agudas, oferecem quase sempre verdadeiras obras de arte, de graça e de humor.

Não sei se no Brasil existe isto. Em Portugal, nem em tal jamais se ouviu falar. Aparece uma ou outra dessas edições de luxo, de Paris, de que falei, e que constituem ornatos de sala. A França possui também uma literatura infantil tão rica e útil como a de Inglaterra; mas essa Portugal não a importa: livros para completar a mobília, sim; para educar o espírito, não.

A Bélgica, a Holanda, a Alemanha, prodigalizam estes livros para crianças; na Dinamarca, na Suécia, eles são uma glória da literatura e uma das riquezas do mercado. Em Portugal, nada.

Eu às vezes pergunto a mim mesmo o que é que em Portugal leem as pobres crianças. Creio que se lhes dá Filinto Elísio, Garção, ou outro qualquer desses mazorros sensaborões quando os infelizes mostram inclinação pela leitura.

Isto é tanto mais atroz quanto a criança portuguesa é excessivamente viva, inteligente e imaginativa. Em geral, nós outros, os portugueses, só começamos a ser idiotas quando chegamos à idade da razão. Em pequenos, temos todos uma pontinha de gênio; e estou certo que se existisse uma literatura infantil como a da Suécia ou da Holanda, para citar só países tão pequenos como o nosso, erguer-se-ia consideravelmente entre nós o nível intelectual.

Em lugar disso, apenas a luz do entendimento se abre aos nossos filhos, sepultamo-la sob grossas camadas de latim! Depois do latim, acumulamos a retórica! Depois da retórica, atulhamo-la de lógica (de lógica, Deus piedoso!). E assim vamos erguendo até aos céus o monumento da camelice!

Pois bem; eu tenho a certeza que uma tal literatura infantil penetraria facilmente nos nossos costumes domésticos e teria uma venda proveitosa. Muitas senhoras inteligentes e pobres se poderiam empregar em escrever essas fáceis histórias: não é necessário o gênio de Zola ou de Thackeray para inventar o caso dos três velhos sábios de Chester. Há entre nós artistas, de lápis fácil e engraçado, que comentariam bem essas aventuras num desenho de simples contorno, sem sombras e sem relevo, lavado a cores transparentes... E quantos milhares de crianças se fariam felizes com esses bonitos livros – que para serem populares e se poderem despedaçar sem prejuízo devem custar menos de um tostão!

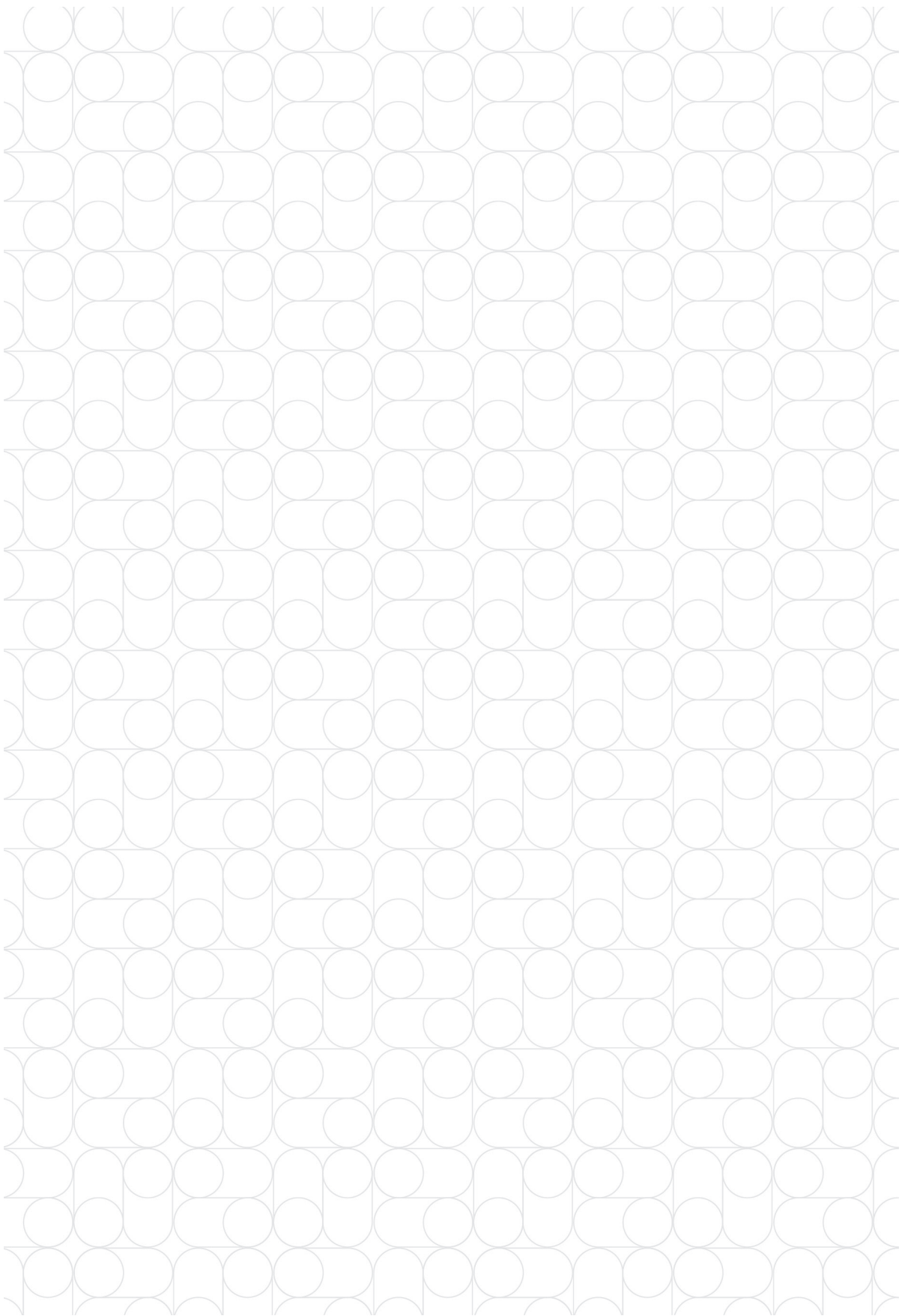
Eu bem sei que esta ideia de compor livros para crianças faria rir Lisboa inteira. Também não é a Lisboa que eu a ofereço. Lisboa não se ocupa destes detalhes.

Lisboa quer coisa superior; quer a bela estrofe lírica, o rico drama em que se morre de paixão ao luar, o fadinho ao piano, o saboroso namoro de escada, a endecha plangente, boa facadinha à meia-noite, o discurso em que se cita o Gólgota, a andaluza de cuja – enfim, tudo o que o romantismo português inventou de mais nobre. Educar os seus filhos inteligentemente está decerto abaixo da sua dignidade.

Mas, enfim, se estas linhas animassem aí no Brasil, ou entre a colônia portuguesa, um escritor, um desenhista e um editor a prepararem alguns bons livros, bem engraçados, bem alegres, para os bebês – eu teria feito ao império um serviço colossal, que não sei como me poderia ser recompensado.

Uma boa fazenda, de rendimento certo, numa província rica, com casa já mobilada e alguns cavalos na cavalaria, não seria talvez demais. Se a gratidão do Governo imperial quisesse juntar a isto, para alfinetes, um ou dois milhões em ouro, eu não os recusaria. E se me não quisessem dar nada, bastar-me-ia então que um só bebê se risse e fosse alguns minutos feliz. Pensando bem – é esta a recompensa que prefiro.





ISRAELISMO

As duas grandes “sensações” do mês são incontestavelmente a publicação do novo romance de Lord Beaconsfield, *Endymion*, e a agitação na Alemanha contra os judeus. Literariamente, pois, e socialmente, o mês pertence aos israelitas. Este extraordinário movimento antijudaico, esta inacreditável ressurreição das cóleras piedosas do século XVI, é vigiada com tanto mais interesse em Inglaterra quando aqui, como na Alemanha, os judeus abundam, influenciando na opinião pelos jornais que possuem (entre outros, o *Daily Telegraph*, um dos mais importantes do reino), dominando o comércio pelas suas casas bancárias e, em certos momentos mesmo, governando o Estado pelo grande homem da sua raça, o seu profeta maior, o próprio Lord Beaconsfield. Aqui, decerto, estamos longe de ver desencadear um ódio nacional, uma perseguição social contra os judeus; mas há suficientes sintomas de que o desenvolvimento firme deste Estado israelita, dentro do Estado cristão, começa a impacientar o inglês. Não vejo, por exemplo, que o que se está passando na Alemanha, apesar de exalar um odioso cheiro de auto de fé, provoque uma grande indignação da imprensa liberal

de Londres; e já mesmo um jornal da autoridade do *Spectator* se vê forçado a atenuar, perante os graves protestos da colônia israelita, artigos em que descrevera os judeus como uma corporação isolada e egoísta, à semelhança das comunidades católicas, trabalhando só no próprio interesse, encerrando-se na força da sua tradição e conservando simpatias e tendências manifestamente hostis às do Estado que os tolera. Tudo isto é já desagradável.

Mas que diremos do movimento na Alemanha? Que em 1880, na sábia e tolerante Alemanha, depois de Hegel, de Kant e de Schopenhauer, com os professores Strauss e Hartmann, vivos e trabalhando, se recomeça uma campanha contra o judeu, o matador de Jesus, como se o imperador Maximiliano estivesse ainda, do seu acampamento de Pádua, decretando a destruição da lei rabínica e ainda pregasse em Colônia o furioso *Grão de Pimenta*, geral dos dominicanos, é fato para ficar de boca aberta todo um longo dia de verão. Porque enfim, sob formas civilizadas e constitucionais (petições, *meetings*, artigos de revista, panfletos, interpelações), é realmente a uma perseguição de judeus que vamos assistir, das boas, das antigas, das manuelinas, quando se deitavam à mesma fogueira os livros do rabino e o próprio rabino, exterminando assim, economicamente, com o mesmo feixe de lenha, a doutrina e o doutor.

E é curioso e edificante espetáculo ver o venerável professor Virchow, erguendo-se no parlamento alemão, a defender os judeus, a sabedoria dos livros hebraicos, as sinagogas, asilo do pensamento durante os tempos bárbaros – exatamente como o ilustre legista Roenchlin os defendia, nas perseguições que fecharam o século XV!

Mas o mais extraordinário ainda é a atitude do governo alemão; interpelado, forçado a dar a opinião oficial, a opinião de Estado, sobre este rancor obsoleto e repentino da Alemanha contra o judeu, o governo declara apenas, com lábio escasso e seco, “que não tenciona por ora alterar a legislação relativamente aos israelitas”! Não faltaria, com efeito, mais que ver os ministros do império, filósofos e professores decretando, a D. Manuel, a expulsão dos judeus, ou restringindo-lhes a liberdade civil até os isolar em vielas escuras, fechadas por correntes de ferro, como nas judiarias do gueto. Mas uma tal declaração não é menos ameaçadora. O Estado dá a entender apenas que a perseguição não há de partir da sua iniciativa; não tem, porém, uma palavra para condenar este estranho movimento antissemitico, que em muitos pontos é presentemente organizado pelas suas próprias autoridades.

Deixa a colônia judaica em presença da irritação da grossa população germânica – e lava simplesmente as suas mãos ministeriais na bacia de Pôncio Pilatos.

Não afirma sequer que há de fazer respeitar as leis que protegem o judeu, cidadão do império; tem apenas a vaga tenção, vaga como a nuvem da manhã, de as não alterar *por ora!*

O resultado disto é que numa nação em que a sociedade conservadora forma como um largo batalhão, pensando o que lhe manda a “ordem do dia” e marchando em disciplina, à voz do coronel, cada bom alemão, cada patriota, vai imediatamente concluir desta linguagem ambígua do governo que, se a corte, o Estado-maior, os *feld-marechais*, o senhor de Bismarck, todo esse mundo venerado e obedecido não veem o ódio ao judeu com

entusiasmo, não deixam, todavia, de o aprovar em seus corações cristãos... E o novo movimento vai certamente receber, daqui, um impulso inesperado.

Que digo eu? Já recebeu. Apenas se soube a resposta do ministério, um bando de mancebos, em Leipzig, que se poderiam tomar por frades dominicanos mas que eram apenas filósofos estudantes, andaram expulsando os judeus das cervejarias, arrancando-lhes assim o direito individual mais caro e mais sagrado ao alemão: o direito à cerveja!

Mas donde provém este ódio ao judeu? A Alemanha não quer, decerto, começar de novo a vingar o sangue precioso de Jesus. Há já tanto tempo que essas coisas dolorosas se passaram!... A humanidade cristã está velha e, portanto, indulgente; em dezoito séculos esquece a afronta mais funda. E infelizmente hoje já ninguém, ao ler os episódios da Paixão, arranca furiosamente da espada, como Clóvis, gritando, com a face em pranto:

– Ah, infames! Não estar eu lá com os meus francos!

Além disso, este movimento é organizado pela burguesia, e as classes conservadoras da Alemanha são muito jurídicas para não aprovarem, no segredo do seu pensamento, o suplício de Jesus. Dada uma sociedade antiga e próspera, com a sua religião oficial, a sua moral oficial, a sua literatura oficial, o seu sacerdócio, o seu regime de propriedade, a sua aristocracia e o seu comércio, que se há de fazer a um inspirado, a um revolucionário, que aparece seguido de uma plebe tumultuosa, pregando a destruição dessas instituições consagradas, a fundação de uma nova ordem social sobre a ruína delas e, segundo a expressão legal, “excitando o ódio dos cidadãos contra o governo”? Evidentemente, puni-lo.

Pede-o a lei, a ordem, a razão de Estado, a salvação pública e os interesses conservadores. É justamente o que a Alemanha, com muita razão, faz aos seus socialistas, a Karl Marx e a Bebel Ora, estes maus homens não querem fazer na Alemanha contemporânea uma revolução, decerto, mais radical que a que Jesus empreendeu no mundo semítico. É verdade que o Nazareno era um Deus; para nós, certamente, humanidade privilegiada, que o soubemos amar e compreender; mas em Jerusalém, para o doutor do templo, para o escriba da lei, para o mercador do bairro de Davi, para o proprietário das searas que ondulavam até Belém, para o centurião severo encarregado da ordem, Jesus era apenas um insurreto.

E se Bismarck estivesse de toga, no pretório, sobre a cadeira curul de Caifás, teria assinado a sentença fatal tão serenamente como o dito Caifás, certo que nesse momento salvava a sua pátria da anarquia. Os conservadores de Jerusalém foram lógicos e legais, como são hoje os de Berlim, de São Petersburgo ou de Viena; no mundo antigo, como agora, havia os mesmos interesses santos a guardar. Que diabo! É indispensável que a sociedade se conserve nas suas largas bases tradicionais; e outrora, como hoje, a salvação da ordem e a justificação dos suplícios.

É possível que este gozo que nós, conservadores, hoje temos de triturar os messias socialistas, encarcerar os Proudhon, mandar para a Sibéria os Bakunine e crivar de multas os Félix Pyat venha a custar caro a nossos netos. Com o andar dos tempos, todo o grande reformador social se transforma pouco a pouco em Deus: Zoroastro, Confúcio, Maomé, Jesus, são exemplos recentes! As formas superiores do pensamento têm uma tendência fatal a tornar-se na futura lei revelada; e toda a filosofia termina,

nos seus velhos dias, por ser religião. Augusto Comte já tem altares em Londres; já se lhe reza. E assim como hoje exigimos capelas aos santos padres, aos que foram os autores divinos, os nobres criadores do catolicismo; talvez um dia, quando o socialismo for religião do Estado, se vejam em nichos de templo, com uma lamparina de frente, as imagens dos santos padres da revolução: Proudhon de óculos, Bakunine parecendo um urso sob as suas peles russas, Karl Marx apoiado ao cajado simbólico do pastor de almas.

Como a civilização caminha para o oeste, isto passar-se-á aí para o século XXVIII, na Nova Zelândia ou na Austrália, quando nós, por nosso turno, formos as velhas raças do Oriente, as nossas línguas idiomas mortos, e Paris e Londres montões de colunas truncadas como hoje Palmira e Babilônia, que o zelandês e o australiano virão visitar, em balão, com bilhete de ida e volta... Logicamente, então, como são detestados hoje na Alemanha os herdeiros dos que mataram Jesus – só haverá repulsão e ódio pelos descendentes de nós outros, que estamos encarcerando Bakunine, ou multando Pyat. E como toda a religião tem um período de furor e extermínio, esses nossos pobres netos serão perseguidos, passarão ao estado de raça maldita e morrerão nos suplícios... *C'est raide!*



Mas voltemos à Alemanha.

Ainda que o Pedro Eremita desta nova cruzada constitucional seja um sacerdote, o reverendo Streker, capelão e pregador da corte, é evidente que ela não tira a sua força da paixão religiosa. As cinco chagas de Jesus nada têm que ver com estas petições que por toda a parte

se assinam, pedindo ao governo que não permita aos judeus adquirirem propriedades, que não sejam admitidos aos cargos públicos, e outras extravagâncias góticas! O motivo do furor antissemitico é simplesmente a crescente prosperidade da colônia judaica, colônia relativamente pequena, apenas composta de quatrocentos mil judeus, mas que, pela sua atividade, a sua pertinácia, a sua disciplina, está fazendo uma concorrência triunfante à burguesia alemã.

A alta finança e o pequeno comércio estão-lhe igualmente nas mãos; é o judeu que empresta aos Estados e aos príncipes; é a ele que o pequeno proprietário hipoteca as terras. Nas profissões liberais, absorve tudo; é ele o advogado com mais causas e o médico com mais clientela; se na mesma rua há dois tendeiros, um alemão e outro judeu, o filho da Germânia ao fim do ano está falido, o filho de Israel tem carruagem! Isto tornou-se mais frisante depois da guerra; e o bom alemão não pode tolerar este espetáculo do judeu engordando, enriquecendo, reluzindo, enquanto ele, carregado de louros, tem de emigrar para a América à busca de pão.

Mas se a riqueza do judeu o irrita, a ostentação que o judeu faz da sua riqueza enlouquece-o de furor. E, neste ponto, devo dizer que o alemão tem razão. A antiga legenda do israelita, magro, esguio, adunco, caminhando cosido com a parede e coando por entre as pálpebras um olhar turvo e desconfiado – pertence ao passado. O judeu hoje é um gordo. Traz a cabeça alta; tem a pança ostentosa e enche a rua. É necessário vê-los em Londres, em Berlim, ou em Viena; nas menores coisas, entrando em um café ou ocupando uma cadeira de teatro, têm um ar arrogante e ricaço, que escandaliza. A sua pompa espetaculosa de Salomões *parvenus* ofende o nosso gosto contemporâneo,

que é sóbrio. Falam sempre alto, como em país vencido, e em um restaurante de Londres ou de Berlim nada há mais intolerável que a gralhada semítica. Cobrem-se de joias; todos os arreios das carruagens são de ouro, e amam o luxo grosso. Tudo isto irrita.

Mas o pior ainda, na Alemanha, é o hábil plano com que fortificam a sua prosperidade e garantem a sua influência – plano tão hábil que tem um sabor de conspiração; na Alemanha, o judeu, lentamente, surdamente, tem-se apoderado das duas grandes forças sociais – a Bolsa e a imprensa. Quase todas as grandes casas bancárias da Alemanha, quase todos os grandes jornais, estão na posse do semita. Assim, torna-se inatacável. De modo que não só expulsa o alemão das profissões liberais, o humilha com a sua opulência rutilante e o traz dependente pelo capital; mas, injúria suprema, pela voz dos seus jornais, ordena-lhe o que há de fazer, o que há de pensar, como se há de governar e com que se há de bater!

Tudo isto ainda seria suportável se o judeu se fundisse com a raça indígena. Mas não. O mundo judeu conserva-se isolado, compacto, inacessível e impenetrável. As muralhas formidáveis do Templo de Salomão, que foram arrasadas, continuam a pôr em torno dele um obstáculo de cidadelas. Dentro de Berlim há uma verdadeira Jerusalém inexpugnável; aí se refugiam com o seu Deus, o seu livro, os seus costumes, o seu sabá, a sua língua, o seu orgulho, a sua secura, gozando o ouro e desprezando o cristão. Invadem a sociedade alemã; querem lá brilhar e dominar, mas não permitem que o alemão meta sequer o bico do sapato dentro da sociedade judaica. Só casam entre si; entre si, ajudam-se regiamente, dando-se uns aos outros milhões, mas não favoreceriam com um troco um alemão

esfomeado; e põem um orgulho, um coquetismo insolente em se diferenciar do resto da nação em tudo, desde a maneira de pensar até à maneira de vestir. Naturalmente, um exclusivismo tão acentuado é interpretado como hostilidade – e pago com ódio.

Tudo isto, no entanto, é a *luta pela existência*. O judeu é o mais forte, o judeu triunfa. O dever do alemão seria exercer o músculo, aguçar o intelecto, esforçar-se, puxar-se para a frente para ser, por seu turno, o mais forte. Não o faz; em lugar disso, volta-se miseravelmente, covardemente, para o governo, e peticiona, em grandes rolos de papel, que seja expulso o judeu dos direitos civis, porque o judeu é rico, e porque o judeu é forte.



O governo, esse, esfrega as mãos, radiante. Os jornais ingleses não compreendem a atitude do senhor de Bismarck, aprovando tacitamente o movimento antijudaico. É fácil de perceber; é um rasgo de gênio do chanceler. Ou pelo menos uma prova de que lê com proveito a história da Alemanha.

Na Idade Média, todas as vezes que o excesso dos males públicos, a peste ou a fome desesperava as populações; todas as vezes que o homem escravizado, esmagado e explorado mostrava sinais de revolta, a Igreja e o príncipe apressavam-se a dizer-lhe: “Bem vemos, tu sofres! Mas a culpa é tua. É que o judeu matou Nosso Senhor e tu ainda não castigaste suficientemente o judeu.” A populaça então atirava-se aos judeus; degolava, assava, esquartejava, fazia-se uma grande orgia de suplícios; depois, saciada, a turba reentrava na treva da sua miséria a esperar a recompensa do Senhor.

Isto nunca falhava. Sempre que a Igreja, que a feudalidade, se sentia ameaçada por uma plebe desesperada da canga dolorosa – desviava o golpe de si e dirigia-o contra o judeu.

Quando a besta popular mostrava sede de sangue – servia-se à canalha sangue israelita.

É justamente o que faz, em proporções civilizadas, o senhor de Bismarck. A Alemanha sofre e murmura; a prolongada crise comercial, as más colheitas, o excesso de impostos, o pesado serviço militar, a decadência industrial, tudo isto traz a classe média irritada. O povo, que sofre mais, tem ao menos a esperança socialista; mas os conservadores começam a ver que os seus males vêm dos seus ídolos.

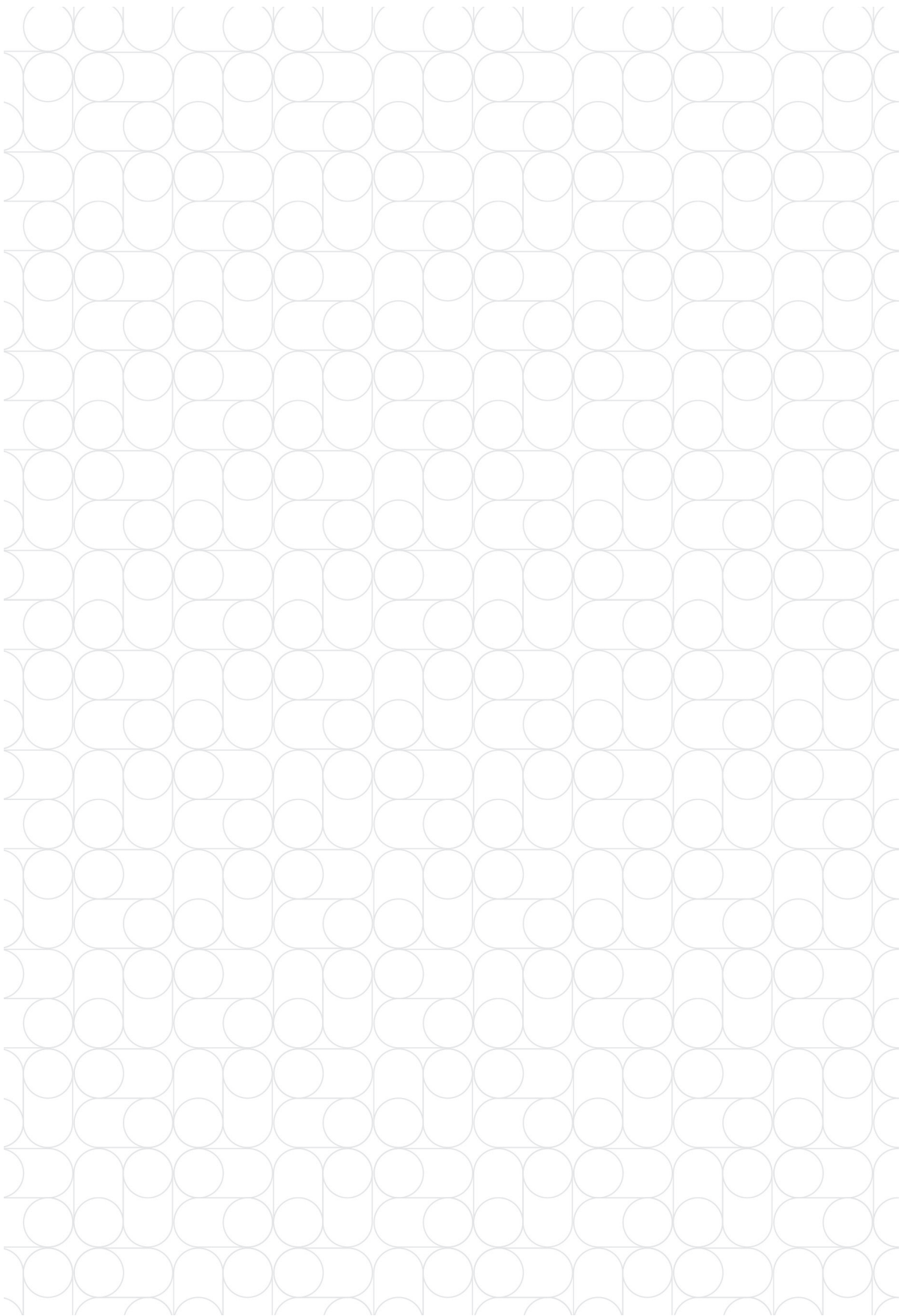
Para o calmar e ocupar, o que mais serviria ao chanceler seria uma guerra, mas nem sempre se pode inventar uma guerra, e começa a ser grave encontrar em campo a França preparada, mais forte que nunca, com os seus dois milhões de bons soldados, a sua fabulosa riqueza, riqueza inconcebível, que, como dizia há dias a *Saturday Review*, é um fenômeno inquietador e difícil de explicar.

Portanto, à falta de uma guerra, o príncipe de Bismarck distrai a atenção do alemão esfomeado – apontando-lhe para o judeu enriquecido. Não alude naturalmente à morte de Nosso Senhor Jesus Cristo. Mas fala nos milhões do judeu e no poder da sinagoga. E assim se explica a estranha e desastrosa declaração do governo.

Da outra “sensação”, o romance de Lord Beaconsfield, *Endymion*, não me resta, nesta carta, espaço para rir. Figuram nele, sob nomes transparentes, Beaconsfield,

ele próprio, Napoleão III, o príncipe de Bismarck, o cardeal Manning, os Rothchilds, a imperatriz Eugênia, duquesas, lordes, marechais... Enfim, um ramalhete de flores, pelo qual o editor Longman pagou *cinquenta e quatro contos de réis fortes*.

Jovens de letras, meus amigos, ponde vossos olhos neste exemplo de ouro! Sê prudente, mancebo; nunca, ao entrar na carreira literária, publiques poema ou novela, sem a antecipada precaução de ter sido durante alguns anos – primeiro-ministro de Inglaterra!



A IRLANDA E A LIGA AGRÁRIA

É necessário falar da Irlanda, falar da Liga Agrária, falar de Parnell...

Há seis meses que este homem, esta associação, esta ilha inquieta, são o cuidado supremo, a preocupação pungente da Inglaterra e de tudo o que em Inglaterra pensa, desde os homens de Estado até aos caricaturistas. E dentro em breve o sentimento europeu, o sentimento universal, vai-se exaltar pela *questão da Irlanda*, como outrora pela *questão da Polónia*.

A questão da Polónia! Oh, saudosos dias passados! Foi esse um dos meus primeiros entusiasmos. Nesse tempo, ser polaco era sinónimo de ser herói; e a forma mais usual da paixão, numa alma de vinte anos, não consistia no desejo de se subir ao balcão de Julieta, mas de partir e ir tomar as armas pela Polónia. Em Coimbra, sempre que nos reuníamos mais de quatro amigos, fazíamos logo esse projeto, gritando: “Viva a Polónia!” Os jornais transbordavam de poemas à Polónia e de injúrias

ao Urso do Norte! Empenhavam-se batinas e compêndios para socorrer a Polônia, em subscrições entusiásticas. Em benefício da Polônia eu representei muito melodrama em que, ora virgem traída e vestida de branco, soluçava com as minhas tranças soltas – ora traidor, soltando gargalhadas cínicas, cravava um ferro no peito de Condé!

Por fim, não éramos mais insensatos do que o povo de Paris em 1848, marchando em procissão a reclamar do governo provisório a libertação da Polônia. “Mas é uma guerra com a Rússia, é um conflito europeu!”, diziam os prudentes. E os entusiastas respondiam: “Não tem dúvida; a França é o messias, é a salvadora dos oprimidos; a França é o Cristo das nações; sendo necessário, deve morrer por elas.”

Mas desde 1848 muita água tem passado sob as pontes, como dizem em Paris; e mesmo muito sangue.

Por estes tempos de *oportunismo* e de *naturalismo*, a pobre Irlanda não inspirará jamais o culto piedoso que votamos outrora à Polônia.

De resto, a Polônia e a Irlanda constituem dois casos diferentes. É certo, porém, que vistos de longe, através da névoa lacrimosa da sentimentalidade, oferecem similitudes. A Irlanda pode talvez considerar-se uma Polônia constitucional; há aqui, como na Polônia, uma raça oprimida, cujo solo foi dividido entre os grandes vassalos, as famílias históricas da nação conquistadora, e que desde então tem permanecido em servidão agrária. Somente na Irlanda o arbitrário e os abusos que esta situação origina são recobertos pelo regime parlamentar de um belo verniz de legalidade; e a Irlanda sofre as misérias de um país vencido e explorado – mas dentro das formas constitucionais.

O irlandês parece-se com o polaco em certos pontos: são ambos arrebatados, imprudentes, espirituosos, generosos e poetas. Como o polaco, o irlandês católico odeia o conquistador, sobretudo por ele ser herético de nacionalidade, misturando com o ódio político o conflito de religião. Como na Polônia, há na Irlanda a legenda patriótica da independência, das revoltas sufocadas, dos agitadores heroicos, legenda que fala à imaginação popular tanto como a mesma religião, inspirando iguais fanatismos, de tal sorte que o irlandês é tão devoto dos seus santos como dos seus patriotas; como o polaco despreza o russo, assim o irlandês olha o anglo-saxônio como um bárbaro e um estúpido, e tem por ele toda a antipatia desdenhosa que uma raça de improvisadores pode ter por uma raça de críticos e de analistas. Na ordem social, como na ordem doméstica, há entre a Polônia e a Irlanda outras curiosas afinidades. A última tática da Irlanda, mesmo, é imitada da Polônia; a Irlanda vai apelar para a Europa e é Victor Hugo quem falará em nome dela, num manifesto com o título de *Opressor oprimido*.

Mas a Inglaterra realmente não se parece com a Rússia; nem mesmo através da névoa da sensibilidade, através da paixão pela causa da Irlanda, o mais esclarecido dos liberais pode ser confundido com o mais boçal dos despotismos. E todavia, a Inglaterra, para não perturbar os interesses tirânicos de um milhar de ricos proprietários, deixa na miséria quatro milhões de homens. Tem todo o território irlandês ocupado militarmente. Apenas um patriota começa a ter influência na Irlanda, prende o patriota. Quando a eloquência dos deputados irlandeses se torna inquietadora, abafa-a, quebrando sem escrúpulos uma tradição parlamentar de séculos. Vai governar a Irlanda

pela lei marcial, como qualquer czar. E, para surpreender os planos da Liga Agrária, viola os segredos das cartas.



Esta questão da Irlanda apresenta-se tão complexa, tão confusa, como o próprio caos antes da grande façanha de Jeová. Na Irlanda começa por haver três nações distintas com interesses contraditórios: os irlandeses católicos, os irlandeses protestantes ou orangistas, os ingleses e proprietários escoceses. A questão da propriedade é sem dúvida a essencial; mas existem outras: a questão religiosa, a questão policial, a questão judicial, a questão municipal, etc., etc. E sobre cada uma destas questões, é difícil achar dois irlandeses de acordo. Cada aldeia se torna assim um campo de batalha; e, como são eloquentes e sarcásticos, o grande fluxo labial, a paixão do epigrama, amplificam e azedam as dissensões.

Mesmo dentro da Igreja Católica, que deveria conservar a tradição da unidade, tumultua a discórdia: o clero paroquial está em luta com os dignitários episcopais; e é raro que o clero de um condado não divirja, de sentimentos e de prédica, com o clero do condado vizinho. No mundo dos patriotas revolucionários, não existe uma harmonia melhor: a Liga Agrária não aceita os fenianos e os fenianos abominam as tendências parlamentares dos *home rulers*; e dentro mesmo do partido dos *home rulers*, há democratas e conservadores. É um numeroso conflito por toda a pobre Irlanda.

Os irlandeses dizem, porém, que se lhes fosse dada a autonomia, horas depois de declarada a República Irlandesa, todas estas questões se resolveriam de *per si* e o país seria como um mar que amansa e fica em equilíbrio.

Até agora, porém, essa falta de unidade é aduzida justamente como evidência dos perigos que teria essa autonomia.

Os ingleses pensam sinceramente que no momento em que a Irlanda saísse de sob a tutela do bom senso e do saber inglês, no instante que essa raça impressionável, excitada, fanática e pouco culta fosse abandonada a si mesma, começaria uma guerra civil, uma guerra religiosa, diferentes guerras agrárias, que bem depressa fariam da Verde Erin um montão de ruínas numa poça de sangue.

Se os irlandeses se não entendem bem sobre os *males da Irlanda*, os ingleses compreendem-se menos acerca dos *remédios para a Irlanda*. E a confusão em que se está provém principalmente da abundância da discussão. Não há vilota, ou mesmo aldeia de Inglaterra, que não tenha um jornal do tamanho da *Gazeta de Notícias*, com oito páginas de tipo cerrado. E de alto a baixo esta vastidão de papel, desde que começou a agitação da Liga Agrária, é ocupada por estudos e artigos sobre a Irlanda. Multiplique-se isto pelas três ou quatro mil gazetas que a pobre Inglaterra nutre sobre a sua epiderme; juntem-se-lhe os artigos dos semanários, dos quinzenários, das revistas e dos magazines, os panfletos, as brochuras, os ensaios inumeráveis como as estrelas do céu, os livros e tratados de toda a sorte, os discursos do parlamento, as arengas dos *meetings*, as conferências, os sermões, as controvérsias públicas, as lições, enfim, toda essa colossal literatura que nestes últimos meses tem tomado por assunto a Irlanda.

E digam-me se, com todo este mundo de informação, de discussão, de teorias, de projetos, de sistemas, de

opiniões, de imaginações – não é natural que o cérebro da Inglaterra esteja, nesta questão da Irlanda, perfeitamente desorganizado. O meu está. Mas neste caos mental tenho ilustres companheiros: o grande Carlyle costumava dizer que a sinceridade e a elevação de alguns patriotas irlandeses era a *única coisa nítida e clara* que ele conseguia distinguir no escuro tumulto da confusão irlandesa...

Há também outra coisa que se percebe bem: é que a população trabalhadora da Irlanda morre de fome, e que a classe proprietária, os *land-lords*, indignam-se e reclamam o auxílio da polícia inglesa quando os trabalhadores manifestam esta pretensão absurda e revolucionária – comer!

Aqui está, por exemplo, Sua Graça o duque de Leicester, para não citar outros de nomes menos sonoros; os seus rendimentos na Irlanda sobem a *quatrocentos contos de réis* – e o infeliz tem ainda uns duzentos contos mais das suas propriedades na Inglaterra! Este fidalgo, escuso talvez dizê-lo, não sofre frio e não passa fome; por outro lado, a população de rendeiros que trabalham as suas terras e que com o seu suor e o seu esforço lhe arrancam do solo este rendimento – a única coisa que realmente têm é fome e frio. Mas este ano tiveram mais fome e mais frio que de costume; e lá foram em farrapos, e com os pés nus sobre a neve, suplicar a Sua Graça o duque de Leicester que lhes fizesse neste ano uma diminuição de dez por cento nas rendas – exageradas, absurdas e devoradoras. Sua Graça respondeu (pela boca dos seus administradores, naturalmente; por sua própria boca um duque inglês nunca fala senão com outro duque), que as suas circunstâncias não lhe permitiam essa liberalidade – e que a repetição de uma tal súplica não podia ser tolerada.

E os rendeiros de Sua Graça lá voltaram, de cabeça baixa, para o frio e para a fome.

Direi de passagem que se o pedido, em lugar de ser feito pelos seus rendeiros da Irlanda, partisse dos seus rendeiros da Inglaterra, Sua Graça apressar-se-ia a satisfazê-lo rasgadamente. É porque a Irlanda é um país conquistado e, quando o proletário se queixa, a polícia fila-o pela gola; mas, em Inglaterra, quando o operário inglês ergue a sua voz de leão, a polícia fica imóvel, os duques empalidecem e o edifício monárquico e feudal treme nas suas bases.

Mas, a propósito de Sua Graça o duque de Leicester (gozemos o mais tempo possível esta ilustre companhia: *quand on prend du duc on n'en saurait trop prendre*), deixem-me dizer-lhes em resumo quais são as relações agrárias entre um proprietário, um *land-lord* e os seus rendeiros.



O solo, é claro, pertence ao lorde. Por que título, não sei; talvez uma de suas avós, numa noite que estava mais decotada, atraísse o inconstante olhar do amável Carlos II, nos saraus galantes da Restauração; desse olhar provém, acaso, esta bela propriedade. O alegre Stuart era tão generoso! Tinha-se vivido tão pobremente, tão tristemente, sob a ditadura puritana dos Cromwell!... Depois, se Carlos II tinha pouco dinheiro (o desgraçado recebia uma mesada do rei de França!), não lhe faltavam terras na Irlanda. Três léguas de pastos, ou de terreno arável, por um beijo e os seus acessórios, não é caro para um Stuart. E para uma fraca dama ou para seu marido, é um famoso negócio. Note-se, por Deus, note-se que eu estou fazendo estas suposições sobre um tipo de lorde abstrato. Nem toda a minha simpatia pelos trabalhadores

irlandeses me levaria a suspeitar das puríssimas senhoras da Casa de Leicester...

Como proprietário do solo, pois, o lorde arrenda-o às famílias que, de geração em geração, vivem nas suas terras; o irlandês prende-se ao solo como uma árvore pelas raízes, e muitas vezes prefere morrer a abandonar um torrão árido que o não nutre. A emigração irlandesa, para a América, sai principalmente da população operária das cidades. Ora, nos contratos de renda, o homem de trabalho está absolutamente à mercê do senhor da propriedade.

O valor das rendas é puramente arbitrário. Não há tipo de renda baseado sobre a avaliação das terras; existe o que se chama a avaliação de Griffith, feita há mais de trinta anos pelo agrônomo desse nome; mas esta avaliação, equitativa e favorável ao trabalhador, não é jamais aceita pelos proprietários. Nisto está a origem de todas as misérias da Irlanda; as rendas, absurdamente elevadas, absorvem todo o produto da terra, e o rendeiro escassamente pode viver, muito menos economizar.

Além do solo, o proprietário deve fornecer a habitação e os instrumentos de trabalho; se na fazenda não existe casa, ou se ela necessita reparações, o *land-lord* dará naturalmente alguma madeira, uma mão-cheia de pregos, um molho de colmo, para que o trabalhador erga a cabana miserável, muito inferior, como conforto, aos currais dos nossos gados; e a esta generosidade régia, o *land-lord* juntará talvez um velho arado e um ferro de enxada. Mas estes dons são adiantamentos que ele sobrecarrega com preços duplos ou triplos do seu valor, e de que se faz embolsar por prestações trimestrais.

Não é possível ser mais grandioso ou mais nobre.

Aqui está, pois, o rendeiro de posse de um teto, de um terreno e de ferramenta. Parece que só lhe resta começar a cultivar.

Assim seria, se não fosse na Irlanda. Mas a natureza, mãe fecunda e amante, comporta-se aqui ainda pior que os lordes; se a natureza tivesse assento na Câmara dos Pares de Inglaterra, não seria mais áspera, mais hostil ao pobre e mais avara de si mesma. A natureza, quando não se apresenta ao trabalhador irlandês sob o aspecto de solo pedregoso, mostra-se sob o aspecto de pântano.

Oferece-lhe de um lado um penedo, do outro um charco. E diz-lhe com a sua ternura de mãe:

Escolhe. De qual preferes tirar tu os meios de subsistência?

O pobre irlandês o que preferiria era ir-se embora; mas como por toda a parte encontraria um proprietário igual, os mesmos pedregulhos e idênticos lamaçais – fica. E é então que se apresenta de novo a generosidade do lorde. Sua Graça está pronta (porque Sua Graça é compassiva) a escoar o pântano, a desempedrar o solo, a fazer melhoramentos na terra. Sua Graça vai mesmo mais longe; Sua Graça (Deus o recompense!) oferece a semente. E mais ainda: Sua Graça (que as bênçãos do céu o vistam!) dá os adubos.

E aqui está um rendeiro feliz, que tem a casa, os instrumentos, a semente, os adubos... Somente Sua Graça marca os preços que lhe convêm aos melhoramentos feitos, à semente e aos adubos; e no fim do ano a renda que era originariamente de dez está em vinte e cinco!

Como os terrenos são pobres, os invernos abomináveis, o pobre rendeiro não pode pagar; dirige-se então ao agiota – ou ao lorde mesmo. E desde esse momento está numa rede de dívidas, letras, colheitas empenhadas, juros acumulados, protestos, o demônio – de que jamais se poderá desenredar. O resultado é previsto: o lorde (pelo seu agente) penhora-o, apossa-se do grão que está nos celeiros, do gado que está nos currais, do pequeno bragal que está na arca, das arrecadas da mulher, das enxergas – e expulsa-o da casa e da propriedade – da casa que ele talvez construiu, da propriedade que ele com o seu trabalho melhorou! Tal qual como na Idade Média.

Estas expulsões, que se chamam *evictions*, são o terror irlandês. Que há de fazer um miserável com mulher, crianças, às vezes uma avó entrevada, que se vê de uma hora para a outra no meio de uma estrada, por um terrível inverno, sem um farrapo para se cobrir, sem uma côdea de pão, sem casa, sem destino e sem esperança? E note-se que isto passa-se em regiões como as da Irlanda, pouco habitadas, com um casal de légua em légua.

Esta falta de vizinhos torna estas expulsões mais terríveis. Quantas milhas a caminhar sob a chuva ou sob a neve, com as crianças chorando de fome, os doentes levados numa padiola, até que se encontre algum rendeiro mais feliz que ainda tem um canto de cabana onde asile a família errante! Mas por pouco tempo – porque todos são pobres, todos estão endividados, todos ameaçados da expulsão...

E durante esse tempo Sua Graça banqueteia-se, bebe *Chateaux Margaux* de seis mil-réis a garrafa, caça, etc. – e aluga a fazenda, donde expulsou o miserável número

um, ao rendeiro número dois. Somente o número dois, como a encontra melhorada pelo antecedente, paga-a mais cara; e depois de explorado, sugado, espremido, durante dois ou três anos, é expulso – para dar lugar ao número três. Este infeliz passa pelo mesmo processo de trituração, *et sic per omnia...*

E as expulsões são inevitáveis, porque, com a altura absurda das rendas, é impossível que o rendeiro as possa pagar – e viver.



Isto, como compreendem, é apenas um vago contorno da realidade, apontada nas suas feições essenciais.

Descendo-se a detalhes – vê-se então uma horrorosa treva de injustiça e miséria. Mas como podem tais coisas passar-se no século XIX, e ao lado do povo inglês? Como permite uma nação tão justa a existência de tanto opróbrio? – dir-me-ão.

Justamente essa pergunta a fazia Victor Hugo há dias a Parnell, o chefe da Liga Agrária, na sua célebre entrevista. E eu responderei com as palavras de Parnell.

Tais coisas passam-se no século XIX. E o povo inglês não as sabia; pelo menos eram-lhe contadas de tal modo que, em lugar de piedade, só sentia cólera.

E isto é exato. Os males da Irlanda eram conhecidos pela voz dos seus agitadores. Mas estes homens, desde O'Connell, cometeram sempre o erro de misturar as queixas de um proletariado oprimido às aspirações de independência nacional; de sorte que a Inglaterra não atendia à reclamação dos trabalhadores, pela irritação que

lhes causavam as exigências dos patriotas. O povo inglês não pode ouvir falar em que a Irlanda se separe e se constitua em república; mas está pronto a ordenar que se lhe dê um justo regime de propriedade.

O erro dos fenianos foi confundir a questão nacional com a questão agrária; o rendeiro miserável aparecia então aos ingleses com o aspecto de um rebelde à União; e envolvendo-os ambos no mesmo ódio, porque lhes supunha idênticas ambições, sufocou sem discernimento a voz que só pedia pão e a voz que reclamava autonomia.

E todavia o povo inglês sentiu sempre instintivamente que a Irlanda sofria. Muitas vezes pediu para ela uma reforma das leis agrárias. Era, porém, um pedir vago, sem coesão; mais a expressão de sensibilidades feridas do que a intimação da vontade nacional.

De sorte que os parlamentos, saídos da classe que tem interesse em manter a Irlanda na miséria, contentavam-se em fazer reformas de detalhes, reformas insignificantes e imperceptíveis, para dar uma satisfação à compaixão inglesa; e o regime antigo ficava inatacado como dantes. Mas isto bastava para que alguns humanitários dissessem com um suspiro de alívio: “Enfim lá se fez alguma coisa pela Irlanda!” De fato, não se tinha feito nada.

Era, pois, necessário que a questão da propriedade fosse separada da questão da independência; que se fizesse um movimento legal dentro da constituição, com o fim exclusivo de terminar os abusos dos *land-lords*, calando toda a ideia de arrancar a Irlanda ao Reino Unido. Então haveria a certeza de que o povo inglês, vendo a questão agrária e os seus horrores, isoladamente, no seu relevo próprio, desembaraçada das reclamações rebeldes e das

agitações separatistas – determinasse dar a tantos males, e tão antigos, um remédio radical. Foi isto que tentou a Liga Agrária.

Esta carta é longa; e apresentando esta formidável entidade – a Liga Agrária, eu devo fazer como o ilustre Ponson du Terrail, quando introduziu um novo personagem, o herói providencial, num fim de folhetim: deixar a história das suas façanhas, das suas virtudes e da sua beleza, com o interesse suspenso, até ao folhetim seguinte. Não se esqueçam que ficamos no momento em que, neste palco da história irlandesa, subitamente aparece ao fundo, misteriosa e grave, a Liga Agrária.

LORD BEACONSFIELD

I

Recomeçando hoje estas *Cartas de Inglaterra* – que eu não podia escrever de Lisboa, onde estive alguns meses gozando os ócios de Títiro, *sub tegmine fagi*, à sombra dessa faia constitucional que se chama o Grêmio – devo memorar, ainda que tarde, a morte de Benjamin Disraeli, Lord Beaconsfield, ocorrida no dia 19 de maio, pela madrugada, em Londres, na sua casa de Curzon Street. A doença de Lord Beaconsfield, uma complicação de gota, asma e bronquite, arrastou-se cruel e longa; o mal, porém, foi debelado e Lord Beaconsfield sucumbiu realmente à fraqueza, à fadiga dos setenta e sete anos de uma existência tão episódica, tão cheia, tão emotiva, que ela ficará como o seu melhor romance, bem superior em estilo e interesse a *Tancredo* ou a *Endymion*.

Desde o primeiro dia, Lord Beaconsfield perdeu logo a esperança de se restabelecer; mas passou a encarar a morte como encarara sempre as suas derrotas políticas: com uma coragem desdenhosa e fria e um ar de fácil

superioridade. Durante a doença, aos acessos agudos da dor, respondia ele com esses sarcasmos mordentes e rebrilhantes, que tinham sido sempre a sua desforra querida perante um adversário mais forte.

No dia 18, à noite, caiu pouco a pouco numa sonolência comatosa, e assim permaneceu até ao romper da manhã; momentos antes de morrer, agitou-se, ergueu-se, ainda dilatou o peito, lançou os braços ao ar – como costumava fazer nos grandes debates da Câmara; depois recaiu sobre o travesseiro, estendeu as mãos a Lord Rowton e Lord Barrigton, seus secretários, e murmurou debilmente: “Estou vencido!” – e ficou como adormecido para sempre. E, considerando que nesse momento toda a Inglaterra, o mundo inteiro, esperavam ansiosamente notícias daquele quarto de Curzon Street, onde expirava o homem que sessenta anos antes era um pobre escrevente de cartório – pode-se dizer que nesta carreira tão feliz a morte mesma foi feliz.

O seu próprio funeral teria agradado à sua imaginação – a certos lados delicados da sua imaginação de artista. O testamento que deixou não permitiu que se celebrassem funerais públicos na Abadia de Westminster – disposição estranhável num homem que mais que tudo amou a pompa e os grandiosos cerimoniais; mas não teve também o lúgubre cenário da morte, os crepes, as plumas negras, as tochas, os fumos, as caveiras bordadas – tudo isso que deveria ser tão antipático ao seu luminoso espírito. Foi sepultado no seu querido castelo de Hughenden, no meio das árvores do seu parque, por uma fresca manhã de maio, na capela toda ornada de flores como para uma alegria nupcial; o caminho que lá levava ia por entre jasmineiros e rosais; em vez do dobre dos sinos de Westminster, teve o

gorjear das suas aves; e o caixão, seguido pelos príncipes de Inglaterra, por todos os embaixadores, pela aristocracia que ele governara – desaparecia sob coroas, ramos e molhos de *primroses*, que a rainha Vitória mandara, com estas palavras escritas pela sua mão: “As flores que ele amava.”

Depois, ao outro dia, em todas as catedrais da Inglaterra, em cada capela rústica, o clero fez do púlpito o elogio de Lord Beaconsfield; nas universidades, nos institutos, nas academias, os professores comemoraram aquela carreira soberba; pelas plataformas dos *meetings*, nas assembleias comerciais, em qualquer parte onde se juntam homens, alguma voz se ergueu a honrar os seus serviços e o seu gênio; Lord Granville, na Câmara dos Lordes, na Câmara dos Comuns, Gladstone, fizeram, em sessão solene, o seu panegírico público; e durante dias toda a imprensa inglesa, a imprensa de todo o mundo civilizado (exceto a de Portugal, infelizmente), vieram cheias do seu nome, da comemoração dos seus livros, da sua pitoresca história.

E assim Lord Beaconsfield desapareceu – como fora o desejo de toda a sua vida – num rumor de apoteose.



E todavia nada parece mais injustificado que uma tal apoteose. Lord Beaconsfield, por fim, foi um homem de Estado que fez romances. Ora os seus romances, como obras de arte, já começam a aparecer a esta geração de ciência e de análise tão falsos, tão fictícios, como as novelas lírico-religiosas do visconde de Arlincourt; e como homem de Estado o nome de Lord Beaconsfield não fica decerto ligado a nenhum grande progresso na sociedade inglesa. Criar o título de imperatriz das Índias

para a rainha de Inglaterra, roubar Chipre, restaurar certas prerrogativas da coroa, tramar o fiasco do Afeganistão, não constituem decerto títulos para a sua glorificação como reformador social; por outro lado, escrever *Tancredo* ou *Endymion* não basta para marcar numa literatura que teve contemporaneamente Dickens, Thackeray e George Eliot.

Como sucede, além disto, que a Inglaterra, país tão prático, tão bem equilibrado, se deixe levar em um tal arranque de admiração pelo homem que foi a personificação, a encarnação de tudo quanto é contrário ao temperamento, às maneiras, ao gosto inglês? É que Lord Beaconsfield, mais que nenhum outro contemporâneo, impressionou a imaginação inglesa – e na fria Inglaterra, como sob céus mais cálidos, são grandes as influências da imaginação.

Podia-se às vezes sorrir das suas fantásticas obras de arte, protestar contra as suas teatrais combinações políticas, mas através de protestos e sorrisos a sua própria personalidade nunca deixou de maravilhar e de fascinar. Qualquer inglês, medianamente educado, a quem se pergunte a sua opinião sobre Lord Beaconsfield, dirá: “Foi um homem extraordinário!”

Extraordinário – é como ele se nos representa, agora que se vê o conjunto da sua existência, que não parece ter sido um produto natural dos fatos ou das ocasiões, mas uma criação subjetiva da sua própria vontade, e como um enredo de romance talhado pela sua pena. Se não, veja-se. Tendo nascido judeu – tornou-se o chefe de uma aristocracia saxônia e normanda, a mais orgulhosa da Terra; começando em um obscuro círculo literário e vegetando algum tempo em um cartório de Londres – veio a ser o mais famoso primeiro-ministro de um grande império; não

possuindo senão dívidas – bem cedo se tomou o inspirador das grandes fortunas territoriais; homem de imaginação, de poesia, de fantasia, foi o ídolo das classes médias de Inglaterra, as mais práticas e utilitárias que jamais dirigiram uma nação comercial; sem religião e sem moral, governou um protestantismo que não concebe ordem social possível fora da sua estreita religião e da sua estreita moral; confessando o seu desprezo pela onipotência da ciência moderna – foi o grande homem de uma sociedade que quer dar a todo o progresso uma base puramente científica; enfim, sendo o *menos inglês possível*, tendo um modo de ser e de sentir quase estrangeiros, dirigiu anos e anos a Inglaterra, o país mais hostil ao espírito estrangeiro, e que conhecia bem que não era compreendida pelo homem que a governava. Tudo isto parece paradoxal – e a existência de Lord Beaconsfield foi com efeito um perpétuo paradoxo em ação. Para realizar tudo isto era necessário que o seu gênio, por um lado, por outro a sua habilidade, fossem grandes. E realmente em dons pessoais nada lhe faltou: prodigiosa finura de espírito, uma vontade de aço, uma coragem serena de herói, uma infinita veia sarcástica, um fogo ruidoso de eloquência, o absoluto conhecimento dos homens, a luminosa penetração no fundo dos caracteres e dos temperamentos, um poder sutil de persuasão, um irresistível encanto pessoal, e tudo isto envolvido (como numa atmosfera luminosa) por alguma coisa de brilhante, de rico, de largo, de imprevisto, que era ou fazia o efeito de ser o *seu gênio*.



Eu por mim começo por admirar a sua própria aparência. Diz-se que fora formoso como um Apolo – e que isto concorrera muito para os seus primeiros triunfos; agora, já tão velho, era apenas pitoresco.

A sua grande testa, sobre a qual caíam aqueles dois extraordinários caracóis paralelos, o seu olhar recolhido e como concentrado em pensamentos muito fundos, o nariz de pura raça israelita, a boca descaída na sua eterna curva sarcástica, o beijo inferior muito recurvo e muito pendente e a sua estranha pera de Mefistófeles – constituíam uma destas fisionomias que se sente que vão ficar na galeria da história e que servirão a futuros historiadores para explicar um destino e um gênio. Em novo, e quando as modas românticas o permitiam, vestia-se de cetim e veludo, recobria-se de um luxo de medalhões e joias, as suas próprias calças tinham bordados de ouro. Agora era mais sóbrio de *toilette*; usava apenas esses casacos compridos como túnicas, a que os homens de origem judaica são particularmente afeiçoados, e o seu único adorno eram os belos ramos que lhe enchiam o peito. Um jornalista francês, num dia de crise política em que Lord Beaconsfield devia fazer um discurso decisivo, encontrou-o momentos antes, num dos salões da Câmara, ocupado a encher de água o tubozinho de cristal que, por trás da botoeira da casaca, conservava frescas as suas rosas. Todo o homem está neste traço.

De raça oriental, teve sempre o amor do fausto, das pedrarias, dos ricos tecidos, da pompa; os seus romances transbordam de descrições de palácios, de festas perante as quais as mais ricas galas de Salomão são como desbotados cenários de teatro de feira; o seu estilo ressentia-se deste gosto; é um suntuoso estofo, com recamos de ouro, cravejado de joias, cintilante e espesso, caindo em belas pregas ao comprido da ideia. O dinheiro, o ouro, preocuparam-no sempre, menos pela sua influência social que pelo mero esplendor da sua amontoação. Os seus heróis possuem fortunas tão prodigiosas que seriam impossíveis

nas condições econômicas do mundo moderno: Lotário, o famoso Lotário, querendo dar um presente de anos a uma senhora católica, oferece-lhe uma catedral toda de mármore branco, que ele mandou construir e que dedicou à santa do nome dela; o seu custo excederia decerto dois mil contos fortes. Confessemos que é chique. Pois bem: presentes destes dava-os Lotário todos os dias. O banqueiro Sidônia, uma das mais curiosas criações de Lord Beaconsfield, querendo dar ao seu amigo Tancredo uma carta de crédito para os banqueiros da Síria, redige-a deste modo: “Pague à vista, ao portador, tanto ouro quanto seria necessário para reconstruir os quatro leões de ouro maciço que ornavam a porta direita do Templo de Salomão.” Também muito chique.

Estou certo que um dos grandes prazeres de Lord Beaconsfield era poder manejar os milhões de Inglaterra. Todos os seus ministérios custaram caudalosos rios de dinheiro; gastava o ouro como a água – e dava-se ao luxo de realizar por si, e à custa do seu país, as larguezas épicas do seu banqueiro Sidônia. Mesmo quando estava no poder, estava ainda no romance.



As linhas da sua biografia são conhecidas. Seu pai era um destes literatos, medíocres e trabalhadores, que vão desenterrando e colecionando, através de in-fólios e bibliotecas, casos curiosos e arcaicos de história e de literatura.

Benjamin Disraeli nasceu por isso entre os livros – literalmente entre os livros, porque a casa em que viviam os Disraeli oferecia o espaço de uma boceta, e no quarto da criança, entre a acumulação vetusta dos calhamaços,

havia apenas espaço para uma cadeira e para um berço. O velho Disraeli era judeu; mas felizmente para os destinos futuros de seu filho rompeu com a sinagoga, e todos os Disraeli se fizeram cristãos. Benjamin tinha então dezessete anos, e o seu padrinho na pia batismal foi um certo Samuel Rogers, notável por ser ao mesmo tempo um dos mais ricos banqueiros da *City* e um dos poetas mais elegíacos do seu tempo – e notável ainda por não ficar na história nem como banqueiro nem como poeta, mas como um requintado *gourmet*, o grande Lúculo de Londres, que deu os mais célebres, os mais finos jantares da Europa.

Assim marcado com o rótulo cristão, Benjamin Disraeli largou a caminhar pela vida fora, mas foi encalhar bem depressa num cartório de tabelião – onde se diz que, durante dois anos, este moço orgulhoso, que já então se considerava um semideus, redigiu procurações e testamentos. Com a mesma pena, porém, ia escrevendo *Vivian Grey*; e da tempestuosa sensação que este romance produziu data a sua grande carreira. A obra, à parte algumas fugitivas cintilações de um gênio ainda desequilibrado, é, no seu conjunto, ao mesmo tempo pesada e vaga; mas satisfazia os gostos escandalosos e intrigantes da sociedade de então, pondo em cena todas as individualidades marcantes de Londres: políticos, dândis, rainhas da moda, poetas, especuladores.

O melhor resultado de *Vivian Grey* foi tornar Disraeli Júnior (como ele então se assinava) o favorito de Lady Blenington e do conde de Orsay, as duas dominantes figuras de Londres dessa época, e que tinham de sociedade o mais seleta, mais inteligente, mais apetecido salão de Inglaterra.

Estes dois formavam um tipo destinado a reinar. Lady Blenington era uma mulher de graciosa e olímpica beleza, de uma extrema audácia de caráter e de alta energia intelectual. O conde de Orsay, esse era o homem que durante vinte anos governou a moda, o gosto, as maneiras, com a mesma indisputada autoridade com que hoje o príncipe de Bismarck arbitra na Europa.

Usar um modelo de gravata ou admirar um poeta que não tivessem sido aprovados pelo conde de Orsay seria correr o mesmo risco de uma nação que hoje, sem autorização secreta do príncipe de Bismarck, organizasse uma expedição militar. Lady Blenington, entre outras coisas embaraçadoras, tinha uma filha; e o belo de Orsay, não sei por que, nem ele o soube jamais, casou com essa menina. Os noivos vieram viver com Lady Blenington; e, bem depressa, entre seu brilhante marido e sua resplandecente mãe, a pobre condessa de Orsay foi como uma pálida lâmpada bruxuleando entre dois astros. Fez então uma coisa sensata e espirituosa: apagou-se de todo, desapareceu. E o conde de Orsay e Lady Blenington, livres daquela senhora que entristecia, regelava as salas com o seu ar honesto e frio, começaram então a cintilar tranquilamente, como constelações conjuntas no firmamento social de Londres. E Londres curvou-se diante desta nova e original situação doméstica, como se curvava diante de uma nova sobrecasaca do conde de Orsay, ou diante de uma decisão literária de Lady Blenington.

Benjamin Disraeli tornou-se bem depressa um dos heróis deste salão – onde desde logo se mostrara com esse ar de tranquila superioridade, de correto desdém, que foi um dos segredos da sua força. Ordinariamente conservava-se calado, apoiado ao mármore da chaminé,

numa pose de Apolo melancólico, abandonando-se à carícia ambiente dos olhares das damas, que viam nele a encarnação radiante do poético Vivian Grey. As pessoas mais íntimas, começando por Lady Blenington, já lhe chamavam sempre Vivian, *querido Vivian*. O conde de Orsay fizera-lhe o retrato a sépia – honra que ele dava raramente, e a mais apetecida nesse curioso mundo.

Todos estes triunfos de Disraeli Júnior não deixavam de surpreender Disraeli Sênior. Um dia, dizendo-lhe alguém que seu filho estava compondo um romance, em que entravam duques e toda a sorte de grandes, o velho e laborioso literato exclamou: – Duques, senhores! Mas meu filho nunca viu um sequer!

Viu muitos depois, viu-os todos – e governou-os com uma vara de ferro. Mas nesse tempo o belo Disraeli Júnior era ainda radical, ou tomara ao menos essa atitude. Meditava mesmo a sua *Epopéia da Revolução*, a sua única obra em verso, uma vaga rapsódia, que eu nunca li, mas de que os críticos mais benévolos falam como de um volume de duzentas páginas sem uma só linha tolerável. E, coisa curiosa, este homem tão fino, tão cético, tão experiente, nunca perdeu a candura quase cômica de se considerar um grande poeta como Virgílio ou como Dante, e a esperança fantástica de que as gerações futuras poriam a *Epopéia da Revolução* ao par da *Eneida*, ou da *Divina Comédia*.

Apesar de poeta abominável e de perfeito dândi – ou talvez por isso mesmo –, Benjamin Disraeli era conhecido nesse tempo como um dos chefes do movimento da Jovem Inglaterra.

A Jovem Inglaterra consistia num grupo de rapazes, ardentes e aristocratas, que se tinham embebido da

revolução através da literatura; falavam muito da humanidade e queriam sobretudo um *burgo padre* que os nomeasse deputados; cultivavam pelos salões o amor platônico; quereriam ver o povo feliz, contanto que estivessem eles no poder para promover essas felicidades, e (traço decisivo das suas maneiras e da sua pose) quando se escreviam uns aos outros, tratavam-se por *my darling – meu amor!*

Tinham ainda outros distintivos: usavam o cabelo à nazarena, mostravam a coragem (enorme nesse tempo) de admirar o odiado Byron, e procuravam elevar e aperfeiçoar a arte da cozinha em Inglaterra!

No entanto, Benjamin Disraeli já estava bem decidido a sacudir o seu radicalismo – quando fosse necessário aos interesses da sua carreira. E essa carreira via-a ele então, apesar de desconhecido e pobre, tão claramente triunfante no futuro como se a tivesse diante dos seus olhos escrita, parte por parte, num programa.

Em pleno reinado dos *tories*, é característica já a sua resposta a Lord Melbourne, primeiro-ministro então, que lhe perguntava o que ele tencionava fazer.

Sereu o primeiro-ministro daqui a pouco – respondeu o dândi com as suas grandes maneiras à Vivian Grey.

Lord Melbourne viu nesta resposta uma odiosa e insolente jactância. E assim parecia quando, tempo depois, Disraeli, já deputado por Wycombe, fez o seu primeiro discurso – e o viu sufocado pelas gargalhadas e pelos apupos. Como não podia dominar o tumulto, calou-se, dizendo apenas estas palavras mais:

Hoje não me quisestes ouvir. Um dia virá em que eu me farei escutar!

E um dia veio em que não só a Câmara dos Comuns, mas a Inglaterra, todo o continente, a terra civilizada, escutavam com ansiedade as palavras que iam cair dos seus lábios e que traziam consigo a paz ou a guerra na Europa.

II

A reputação de salão que gozava Lord Beaconsfield levou algum tempo a transformar-se em popularidade; mas a sua popularidade, apenas obtida, penetrou rapidamente a enorme massa trabalhadora, e tornou-se em poucos anos essa vasta e ressoante nomeada que fez o seu nome familiar, quase doméstico, em toda a parte onde se fala inglês, na mais rude aldeia de pescadores de Cornwall, no *bush* da Austrália, entre os mesmos montanheses bárbaros das Highlands, e que, quando ele se dirigia ao congresso de Berlim, atraía às estações do caminho de ferro as populações da Alemanha a contemplarem o *grande inglês*. E este reconhecimento de glória constitui um dos fenômenos mais curiosos da carreira de Lord Beaconsfield; porque, em geral, não se avalia bem a dificuldade portentosa de obter uma fama, mesmo medíocre.

Não há nada tão ilusório como a extensão de uma celebridade; parece às vezes que uma reputação chega até aos confins de um reino – quando na realidade ela escassamente passa das últimas casas de um bairro.

No momento de sua prodigiosa voga, o velho Alexandre Dumas ficou assombrado de que o magistrado

de uma vila vizinha de Paris, homem ilustrado, de resto, não soubesse com que letras se escrevia esse glorioso nome de Dumas!

E se nós pudéssemos reduzir a números as proporções das glórias contemporâneas, ficaríamos aterrados perante a grotesca mesquinhez dos resultados. Nós outros, jornalistas, críticos, artistas, homens de estudo e de curiosidade literária, julgamos quase impossível que haja alguém na Europa que não tenha lido Victor Hugo, ou que, pelo menos, não conheça esse nome de sílabas fáceis que há meio século fere, a grande estrondo, o ouvido humano; pois bem, pode-se dizer que fora de França apenas cinco mil pessoas talvez terão lido Victor Hugo – e que não passará decerto de dez mil o número de criaturas que lhe saiba o nome, incluindo mesmo a vasta massa democrática de que ele é o épico oficial. E já isto constitui um famoso progresso – desde o tempo em que Voltaire ambicionava ter *cem leitores!*

A conhecida alegoria da fama, cantando o nome de um varão com as suas cem bocas, aplicadas às suas cem tubas, e voando de um a outro confim do universo – é uma das imagens mais descaradamente falsas que nos legou a Antiguidade. Esse estrondear das cem tubas morre como um suspiro dentro da área humilde de um corrilho ou de uma *coterie*: e nada viaja com uma lentidão igual à da fama. Um fardo de fazendas gasta quatro dias a vir de Londres a Lisboa – e os nomes de Tennyson, Browning, Swinburne, os três grandes poetas da Inglaterra, e que há quarenta anos são a sua mais pura glória, ainda cá não chegaram. É verdade que todo o mundo necessita flanelas – e nem todo o mundo suporta poesia.

Mas uma celebridade não encontra só dificuldades em transpor a fronteira – acha-as sobretudo e quase insuperáveis em fixar a atenção da grande turba dos seus concidadãos. Principalmente num país como a Inglaterra, em que a áspera luta pela existência, a sôfrega preocupação do pão diário, o feroz conflito da concorrência, não permitem esses pachorrentos vagares, os vagares portugueses ou espanhóis, em que se está de barriga ao sol, pronto a reparar, a admirar o menor foguete que estala nos ares.

Em Inglaterra, o duque de Wellington era decerto popular – porque ganhou a batalha de Waterloo, e portanto, segundo a crença contemporânea, salvara a Inglaterra da invasão. Gladstone é conhecido em cem cidades e mil aldeias, porque aliviou a nação dos seus grandes impostos. Mas estes formam as exceções; as outras celebridades inglesas, ou seja, políticos como Lord Salisbury, ou filósofos como Spencer, ou poetas como Browning, ou artistas como Herkomer – permanecem profundamente ignorados da grande massa do público. São reputações de salão, de academia, de clube, de redação de jornal.

Ora, Lord Beaconsfield realmente nunca fez coisa alguma para se tornar popular e sempre lembrado; nunca ligou o seu nome a uma grande instituição, a um grande benefício público, a uma campanha vitoriosa. Tudo, ao contrário, nesta original personalidade parecia destiná-lo à impopularidade: a sua origem, os seus gostos e hábitos anti-ingleses, a sua poderosa veia sarcástica, a sua oratória requintada e sutil, o gongorismo metafísico das suas concepções literárias e certos lados muito acentuados do seu fundo semítico. E a isto acrescia que, para a grande maioria da nação, ele representava um *parvenu* de autoridade

oligárquica, surdamente hostil à ideia de democracia e de soberania popular.

A sua assombrosa popularidade parece-me provir de duas causas: a primeira é a sua ideia (que inspirou toda a sua política) de que a Inglaterra deveria ser a potência dominante do mundo, uma espécie de Império Romano, alargando constantemente as suas colônias, apossando-se dos continentes bárbaros e *britanizando-os*, reinando em todos os mercados, decidindo com o peso da sua espada a paz ou a guerra do mundo, impondo as suas instituições, a sua língua, as suas maneiras, a sua arte, tendo por sonho um orbe terráqueo que fosse todo ele um Império Britânico, rolando em ritmo através dos espaços.

Este ideal, que tomou o nome de *imperialismo* nos dias de glória de Lord Beaconsfield, é uma ideia querida a todo o inglês; os mesmos jornais liberais que, com tanto furor, denunciavam os perigos desta política romana, no fundo gozavam uma imensa satisfação de orgulho em proclamarem a sua inconveniência. Havia tanta prosápia britânica em conceber um tal império como em o condenar, e em dizer, com um ar de nobre renunciamento: “Não nos convém a responsabilidade de governar o mundo!”

Lord Beaconsfield, sendo a encarnação oficial desta ideia imperial, tornou-se naturalmente tão popular como ela. Foi considerado então como o instrumento da grandeza exterior da Inglaterra, como o homem que a fazia dominante e temida, que mantinha alta e reluzindo terrivelmente aos olhos do mundo a espada de John Bull. Gladstone, Bright, a grande escola liberal, reconhecida pela “escola de Manchester”, era agora acusada de ter, com a sua política de abstenção só ocupada de melhoramentos

materiais, de finanças, de civilização interna, deixado definhado, morrer, o prestígio inglês na Europa.

E aí vinha agora aquele extraordinário judeu, apoiado na riqueza, na prosperidade interior que lhe tinham legado os liberais, colocar de novo a Inglaterra à frente das nações, fazendo ressoar ao longe e ao largo a sua voz de leão...

Todo o país andou durante anos inchado com esta grandiosa flúcia, que Lord Beaconsfield ia sempre entre-tendo com os seus discursos belicosos, as ameaças teatrais, as concentrações de frotas, um constante movimento de regimentos, invasões aqui e além; a ocupação de Chipre, a quase absorção da propriedade do istmo de Suez, sempre algum lance brilhante em que a Inglaterra aparecia, entre os fogos de bengala da sua eloquência, como a senhora do mundo. E John Bull adorava isto, apesar de ver que a espada da Inglaterra, depois de flamejar um momento nos ares, era invariavelmente recolhida à bainha; apesar de compreender que o dinheiro se gastava como a água das fontes; apesar de sentir que os impostos cresciam; apesar de perceber que a Inglaterra estava tomando sobre os ombros responsabilidades desproporcionadas com a sua força.

Depois, um dia, o grande senso prático da Inglaterra viu claramente a necessidade de brilhar menos aos olhos do mundo – e de se ocupar da máquina interior, que começava a desarranjar-se; pôs fora o grandioso Beaconsfield, e chamou o prático Gladstone – o homem que reconstituiu as finanças, que alivia os impostos, que faz as grandes reformas interiores... Mas, apesar de tudo, Beaconsfield ficou como o tipo do estadista que, mais que nenhum outro, amou e desejou a grandeza imperial da pátria.

A esta causa de popularidade deve juntar-se outra – o reclamo. Nunca um estadista teve um reclamo igual, tão contínuo, em tão vastas proporções, tão hábil. Os maiores jornais de Inglaterra, de Alemanha, de Áustria, mesmo de França, estão (ninguém o ignora) nas mãos dos israelitas. Ora, o mundo judaico nunca cessou de considerar Lord Beaconsfield como um judeu – apesar das gotas de água cristã que lhe tinham molhado a cabeça. Este incidente insignificante nunca impediu Lord Beaconsfield de celebrar nas suas obras, de impor pela sua personalidade a superioridade da raça judaica – e, por outro lado, nunca obstou a que o judaísmo europeu lhe prestasse absolutamente o tremendo apoio do seu ouro, da sua intriga e da sua publicidade. Em novo, é o dinheiro judeu que lhe paga as suas dívidas; depois, é a influência judaica que lhe dá a sua primeira cadeira no parlamento; é a ascendência judaica que consagra o êxito do seu primeiro ministério; é, enfim, a imprensa nas mãos dos judeus, é o telégrafo nas mãos dos judeus, que constantemente o celebraram, o glorificaram como estadista, como orador, como escritor, como herói, como gênio!



Como romancista, Lord Beaconsfield nunca escreveu propriamente um romance tal como nós modernamente o compreendemos. Alguns dos seus romances são panfletos em que os personagens constituem argumentos vivos, triunfando ou sucumbindo, não segundo a lógica dos temperamentos e das influências do meio, mas segundo as necessidades da controvérsia ou da tese. Outros formam verdadeiras alegorias, como as tem a pintura decorativa nas muralhas dos monumentos públicos. Num dos mais célebres – *Lothair* – há um mancebo ideal,

encarnação do espírito inglês, que ama sucessivamente três mulheres: uma italiana casada com um americano, bela criatura de perfil clássico e formas de deusa, que representa a democracia; uma ardente rapariga de cabelos negros e revoltos, sempre em êxtase, que é a personificação da Igreja Católica; e enfim uma doce e loura donzela, séria, grave e terna, que simboliza o protestantismo. Depois de hesitar entre estas três paixões – decide-se, como um bom inglês, por casar com o protestantismo, quero dizer, com a loura, conservando um culto vago e secreto pela democracia, quero dizer, pela soberba americana de perfil marmóreo. Moral: a felicidade de um povo está na posse de uma forte moral cristã, aliada a um uso moderado da liberdade. Isto dava um excelente e aparatoso fresco na sala de um parlamento. E Lord Beaconsfield acentua os detalhes alegóricos com uma tal ingenuidade – que faz por vezes sorrir; assim, por exemplo, a americana, isto é, a democracia, aparece sempre em *soirées* e festas vestida à grega, com uma estrela de brilhantes na fronte, como a cabeça da república nas moedas francesas de cinco francos!

O meio em que os seus romances se passam tem quase sempre um ar feérico: tudo são, como disse há pouco, palácios de um fabuloso e sombrio luxo, festas como as não tiveram os Médicis, fortunas de banqueiros, de duques, perante as quais os Cresos, os Monte Cristos, os Rothschilds, todos os ricos da lenda ou da realidade, aparecem como desprezíveis pelintras.

A linguagem destes personagens corresponde ao esplendor das suas moradas e ao nebuloso dos seus destinos. Misses de dezoito anos, habitando prosaicamente Belgrave Square, falam aos seus namorados com a pompa

alegórica do *Cântico dos Cânticos*; e quando (o que é frequente) dois brilhantes espíritos como Sidônia ou Mrs. Coningsby conversam, veem-se, cruzando rapidamente de um a outro lábio, as imagens rutilantes, os luminosos conceitos, como se as duas criaturas se estivessem recitando um ao outro números do *Intermezzo* ou sonetos de Petrarca.

Esta linguagem, de resto, convém às ideias, aos sentimentos, às aventuras que ele atribui aos seus tipos principais; tudo o que é humano e real fica absolutamente de fora dessas transcendentis criações; falando como poetas, comportam-se naturalmente como quimeras.

O seu mais famoso herói – Tancredo – vai a Jerusalém e à Síria com este fim: *penetrar o mistério asiático*. Não percebem? É fácil. Sendo Jerusalém e as planícies da Síria o único ponto do universo em que Deus, em tempo, conversou com o homem, em que aparecem os profetas e os messias, em que das sarças, do murmúrio dos rios e do eco dos desertos surgiram as Leis Novas, dando à humanidade destinos novos – o moço Tancredo parte, para que lá, nesses lugares, Deus lhe fale, um raio de luz o divinize, uma religião lhe seja revelada, e tendo partido de Londres como simples lorde possa regressar a Regent Street como messias e regenerador de sociedades!

E (perguntar-me-ão) o que sucede a Tancredo na Síria? O que sucede a todos os personagens de Lord Beaconsfield, que nas primeiras páginas partem para sobre-humanos destinos, como os antigos cavaleiros da Távola Redonda: sucede-lhe que casa com uma linda e honesta menina, e que tem muitos filhos no meio de muita felicidade...

E o *mistério asiático*? Parece que o não achou. Mas descobriu coisas curiosas, e de rara fábula; por exemplo,

um povo pagão, onde reina uma bela sacerdotisa de Apolo, que celebra ainda hoje nobres cultos helênicos, e que se namora de Tancredo. Mas Tancredo, cavaleiro cristão, depois de a defender da invasão de um outro povo, que adora ídolos infames, foge, foge à desfilada, deixando a clássica rainha a gemer de amor aos pés da estátua de Astarté.

Depois ele mesmo está para ser rei do Líbano. Enfim, uma grandiosa e rutilante salsada. E tudo isto se passa aí por 1855, no tempo da exposição de Paris.

Mas que prodigioso talento, que arte, que amplidão de imaginação para pôr de pé, em todo o seu brilho, este desordenado monumento de idealismo!



Com efeito, que artista fino, e por vezes poderoso!

Apesar deste abuso do gongorismo na ficção, do vago e ao mesmo tempo do amaneirado das suas concepções, destes enredos e destes personagens que por vezes parecem uma mistificação – os seus romances nunca deixam de interessar; direi mesmo, nunca deixam de cativar. Atravessa-os sempre um entusiasmo sincero – em que se sente o amor poético com que ele segue os seus generosos heróis, as suas belas mulheres nesses destinos fora da realidade. Depois, a sua fina sensibilidade, o seu idealismo um pouco convencional, mas de grande elã, os requintes de um gosto supremo – levam-no a dotar os seus personagens, e a ação em que eles se movem, de uma tal beleza espiritual, de uma tão alta nobreza de costumes, que os olhos enlevam-se, a imaginação namora-se desse mundo fictício, dessa humanidade de poema, onde nada existe de

vulgar ou de baixo, e onde brilham formas maravilhosas e transcendentais do pensar, do sentir e do viver.

Isto dá-lhe uma qualidade encantadora: *é luminoso*. Personagens, paisagens, interiores, o próprio movimento da aventura – tudo está banhado numa luz serena e graciosa. Pintando as coisas fora da verdade social, não tendo de lhe apresentar as sombras tristes, exclui dos seus vastos quadros tudo o que na vida é duro, brutal, feio, mau, estúpido – as formas várias da baixeza humana.

Escrevia para uma sociedade rica, nobre, literária, requintada – e mostra-lhe um mundo de ouro e cristal, girando numa bela harmonia, batido de uma luz cor-de-rosa...



Tenho insistido neste lado *não real* dos livros de Lord Beaconsfield. Todavia, um homem destes, antigo dândi, crítico, estadista, habituado a governar, observador por necessidade, não podia deixar de ter acumulado uma grande experiência dos caracteres e da sociedade; e essa experiência deveria necessariamente transparecer nas suas pinturas da vida. E lá está, com efeito. Por entre as suas grandes criações simbólicas, de indisciplinada imaginação (Tancredo, Lothair, Sibyl), move-se todo um mundo real, de uma vida exata e forte, figuras de carne, postas de pé com um singular vigor de desenho e cor. São os seus personagens secundários, os seus políticos, os seus intrigantes, os seus homens de letras, as suas mulheres da moda, os seus lordes elegantes. Todos estes tipos foram copiados do natural. Londres conhecia-os, dava-lhes logo os nomes; e o escândalo destes retratos foi mesmo uma das grandes causas do sucesso de Lord

Beaconsfield. Mas, mesmo para quem não frequenta a sociedade de Londres e não conhece os originais, estes tipos interessam – porque *vivem*.

Ordinariamente são apenas esboços – mas magistrais; e aparecendo assim em destaque, ao lado de criações de pura imaginação, descomedidamente poéticas e de contornos flutuantes, esses tipos reais adquirem um relevo maior, como perfis da verdadeira humanidade, mostrando-se por entre o nebuloso de uma mitologia.

São eles os que interessam, e da vasta galeria de Lord Beaconsfield só eles ficarão lembrados.



Seria impossível, neste estudo ao correr da pena, feito só de impressões, marcar todos os traços de uma individualidade tão complexa como a de Lord Beaconsfield.

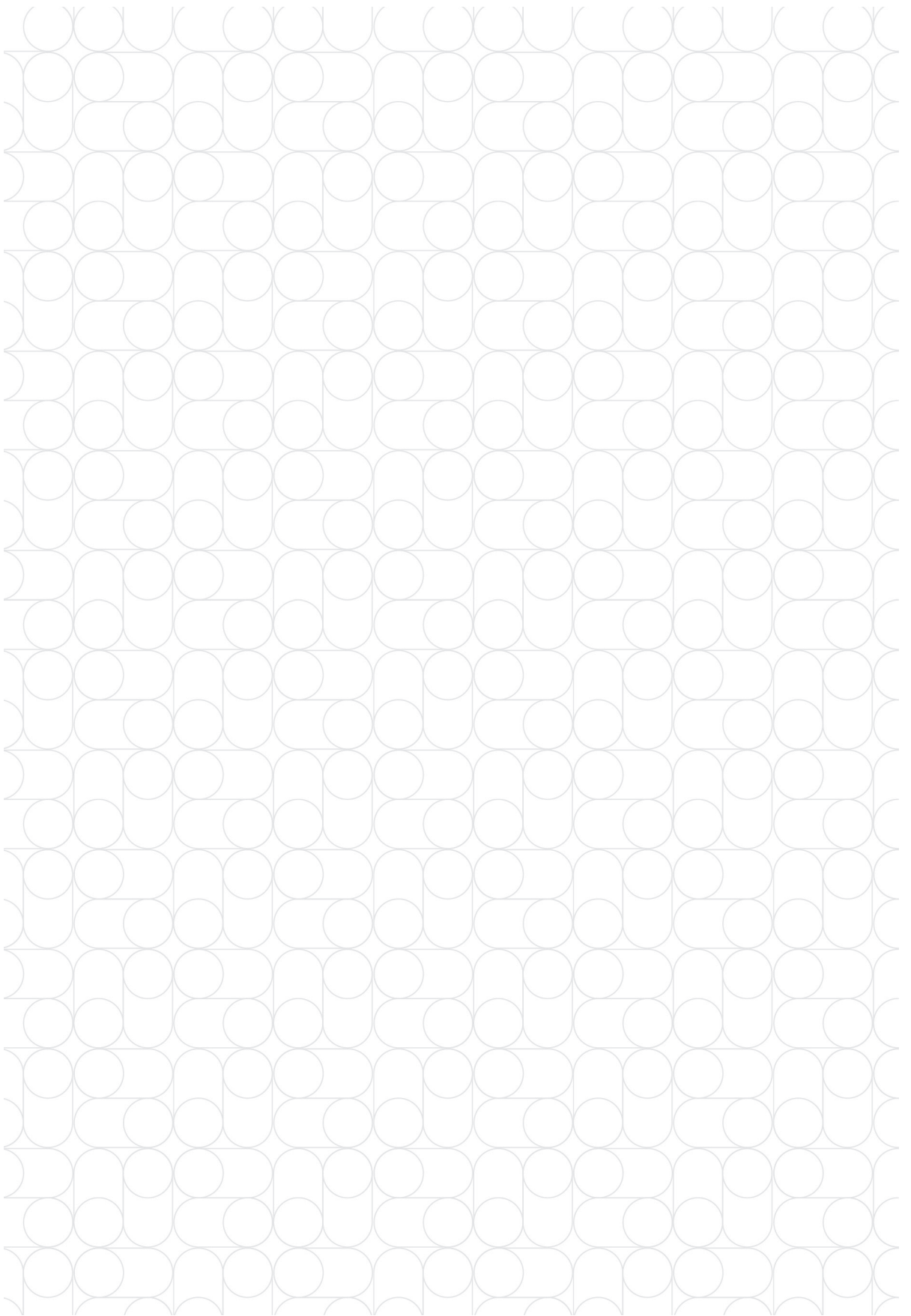
Poucos homens têm produzido um tão curioso conflito de apreciações; diz-se dele que foi um grande homem de Estado e diz-se também que foi apenas um charlatão; a crítica tem-no apresentado como um romancista de gênio – e como um mau alinhavador de novelas! Homem de partido, sofreu em política e em literatura ora a idolatria, ora o rancor da parcialidade partidária. Uma coisa porém tinha a seu favor: é que todos os mediócrs o detestavam.

É difícil, de resto, separar nele o político do romancista; sempre fez política nas obras de arte, que se tornavam assim ressoantes manifestos das suas ideias de estadista – e fez romance no governo, que parecia muitas vezes um cenário de drama, sobre o qual ele estava de pena na mão, combinando os lances de efeito. Seja como for, a

Inglaterra perdeu nele um dos seus gênios mais pitorescos e mais originais.

Individualmente, foi um *feliz*. Tendo, em novo, lançado o plano da sua vida futura, como quem prepara um enredo de romance, realizou-o plenamente em todos os pontos, num contínuo triunfo. Foi formoso, foi amado, foi rico, teve a melhor esposa de Inglaterra (como ele dizia), deixou uma vasta obra literária, foi o confidente escolhido da sua rainha, governou a sua pátria, pesou nos destinos do mundo, e findou numa apoteose. Foi então absolutamente, ininterrompidamente, ditoso? Não. Este homem triunfante viveu acompanhado de um secreto, de um pequenino, de um ridículo desgosto: nunca pôde falar bem francês!





OS INGLESES NO EGITO

I

O QUE RESTA DE ALEXANDRIA – A ESTREIA DE ARABI PAXÁ – ALGEMAS AO CAFÉ

Até há cinco ou seis semanas, Alexandria podia ser descrita no estilo convidativo dos *Guias de viajantes* como uma rica cidade de duzentos e cinquenta mil habitantes, entre europeus e árabes, animada, especuladora, próspera, tornando-se rapidamente uma Marselha do Oriente. Nenhum *Guia*, porém, por mais servilmente lisonjeiro, poderia chamar-lhe interessante.

Apesar dos seus dois mil anos de idade, de ter sido, depois de Atenas e Roma, o maior centro de luxo, de letras e de comércio que floresceu no Mediterrâneo, a velha cidade dos Ptolomeus não possuía hoje nenhum monumento do seu passado, a não contarmos, ao lado de

um velho cemitério muçulmano, uma coluna erigida outrora por um prefeito romano em honra de Diocleciano, conhecida pelo sobrenome singular de Pilar de Pompeu, e mais longe, estendido num areal, um obelisco faraônico do templo de Luxor, que gozava a grotesca alcunha de Agulha de Cleópatra. E esta mesma relíquia está agora em Londres, no aterro do Tâmis, pousada numa peanha de bronze, alumada pela luz elétrica, aturdida pelo estrondo dos comboios...

Os bairros europeus de Alexandria quase recentes (há cinquenta anos, antes de Mehemet Ali dar o impulso à sua reedificação, a grande metrópole que espantava o califa Omar estava reduzida a uma aldeia vivendo da pesca e do comércio de esponjas) compunham-se principalmente de uma vasta praça, a famosa Praça dos Cônsules, orgulho de todo o Levante, e de ruas largas, com nomes franceses, estuque francês nas fachadas, tabuletas francesas nas lojas, cafés franceses, lupanares franceses – como um *faubourg* de Bordéus ou de Marselha transportado para o Egito e empenachado aqui e além de palmeiras.

A parte árabe da cidade não tinha nenhum pitoresco oriental: eram arruamentos quase direitos, com casebres lavados a cal e terminando em terraço, pousados num solo, meio de terra e meio de areia, que a menor brisa do mar espalhava em nuvens pelo ar.

Cidade feia à vista, desagradável ao olfato, reles, insalubre, Alexandria visitava-se à pressa, ao trote de uma tipoia, e depressa se apagava da memória, apenas o comboio do Cairo deixava a estação e se ausentavam, entre as primeiras culturas do Delta, ao longo dos canais, as filas de íbis brancos, os mais velhos habitantes do Egito, outrora deuses, ainda hoje aves sagradas...

Todavia, tal qual era, Alexandria, com a sua baía atulhada de paquetes, de navios mercantes e de navios de guerra; com os seus cais cheios de fardos e de gritaria, os seus grandes hotéis, as suas bandeiras flutuando sobre os consulados, os seus enormes armazéns, os seus centenares de tipoias descobertas, os seus mil cafés-concertos e os seus mil lupanares; com as suas ruas, onde os soldados egípcios, de fardeta de linho branco, davam o braço à marujada de Marselha e de Liverpool, onde as filas de camelos, conduzidos por um beduíno de lança ao ombro, embaraçavam a passagem dos trâmueis americanos, onde os xeques, de turbante verde, trotando nos seus burros brancos, se cruzavam com as caleches francesas dos negociantes, governadas por cocheiros de libré – Alexandria realizava o mais completo tipo que o mundo possuía de uma cidade levantina, e não fazia má figura, sob o seu céu azul-ferrete, como a capital comercial do Egito e uma Liverpool do Mediterrâneo.

Isto era assim há cinco ou seis semanas. Hoje, à hora em que escrevo, Alexandria é apenas um imenso montão de ruínas.

Do bairro europeu, da famosa Praça dos Cônsules, dos hotéis, dos bancos, dos escritórios das companhias, dos cafés-lupanares, resta apenas um confuso entulho sobre o solo e, aqui e além, uma parede enegrecida que se vai aluindo.

Pela quarta vez na história, Alexandria deixou de existir.

Tratando-se do Egito, terra das antigas maldições, pode-se pensar, em presença de tal catástrofe, que passou por ali a cólera de Jeová – uma dessas cóleras de que ainda

estremecem as páginas da Bíblia quando o Deus único, vendo uma cidade cobrir-se da negra crosta do pecado, corria dentre as nuvens a cicatrizá-la pelo fogo como uma chaga viva da Terra. Mas desta vez não foi Jeová. Foi simplesmente o almirante inglês Sir Beauchamp Seymour, em nome da Inglaterra e usando com vagar e método, por ordens do governo liberal do Sr. Gladstone, os seus canhões de oitenta toneladas.

Seria talvez desonesto, decerto seria desproporcionado, o juntar aos nomes dos homens fortes que nestes últimos dois mil anos se têm arremessado sobre Alexandria e a têm deixado em ruínas – aos nomes de Caracala, o pagão, de Cirilo, o santo, de Diocleciano, o perseguidor, e de Ben-Amon, o sanguinário – o nome de Sr. William Gladstone, o humanitário, o paladino das nacionalidades tiranizadas, o apóstolo da democracia cristã. Mas se por um lado, evidentemente, a política do Sr. Gladstone não é um produto de pura ferocidade pessoal, como a de Caracala, que fez arrasas Alexandria porque um poeta dessa cidade finalmente dado às letras o molestara num epigrama – por outro lado esta brusca agressão de uma frota de doze couraçados, cidadelas de ferro flutuando sobre as águas, contra as decrépitas fortificações de Mehemet Ali, este bombardeamento de uma cidade egípcia estando a Inglaterra em paz com o Egito, parece-se singularmente com a política primitiva do califa Omar ou dos imperadores persas, que consistia nisto: ser forte, cair sobre o fraco, destruir vidas e empolgar fazendas. Donde se vê que isso a que se chama aqui a “política imperial da Inglaterra” ou “os interesses da Inglaterra no Oriente”, pode levar um ministro cristão a repetir os crimes de um pirata muçulmano, e o Sr. Gladstone, que é quase um santo, a comportar-se pouco

mais ou menos como Ben-Amon, que era inteiramente um monstro. Antes não ser ministro de Inglaterra! E foi o que pensou o venerável John Brighth, que, para não partilhar a cumplicidade desta brutal destruição de uma cidade inofensiva, deu a sua demissão do Gabinete, separou-se dos seus amigos de cinquenta anos e foi modestamente ocupar o seu velho banco de oposição...



Tudo o que se prende imediatamente com a aniquilação de Alexandria é de fácil história – sobretudo traçando só as linhas principais, as únicas que podem interessar quem está, moral e materialmente, a três mil léguas do Egito e das suas desgraças.

No princípio de junho passado, o almirante inglês Sir Beauchamp Seymour achava-se nas águas de Alexandria, comandando uma formidável frota, e tendo ancorado ao seu lado uma esquadra francesa com o pavilhão do almirante Conrad. A França e a Inglaterra estavam ali com morrões acesos, vigiando Alexandria, de camaradagem, como tinham estado nos últimos dois anos no Cairo, de pena atrás da orelha, fiscalizando, de camaradagem, as finanças egípcias: porque sabem decerto que, tendo o Egito (endividado até ao alto das pirâmides para com as burguesias financeiras de Paris e Londres) omitido o pagamento de alguns cupões – a França e a Inglaterra, protegendo maternalmente os interesses dos seus agiotas, instalavam no Cairo dois cavalheiros, os Srs. Coloin e Blegnières, ambos com funções de secretários da Fazenda no ministério egípcio, ambos encarregados de colher a receita, geri-la e aplicar-lhe a parte mais pingue à amortização e juros da famosa dívida egípcia!

De sorte que as duas bandeiras, da Inglaterra e da França, eram na realidade dois enormes papéis de crédito, içados no tope dos couraçados. No almirante Seymour e no almirante Conrad reapareceram os dois burgueses, Coloin e Blegnières. E na baía de Alexandria, perante o Egito, um dos grandes falidos do Oriente, as frotas unidas das duas altas civilizações do Ocidente representavam simplesmente a usura armada.

Isto era assim na realidade. Oficialmente, porém, os couraçados estavam ali fazendo uma demonstração naval, de fato realizando uma intervenção estrangeira – porque se tinham dado casos no Egito e o quédiva declarara-se coacto. Todos os que conhecem a história contemporânea de Portugal e de outros curiosos países constitucionais sabem o que significa esta deliciosa frase: “El-rei está coacto!” Isto quer dizer que sua majestade se acha em palácio, cercado de uma população carrancuda que agarrou em chuços, arranjou uma bandeira no alto de um pau e vem impor esta fórmula prodigiosamente desagradável para el-rei: diminuição de autoridade régia e aumento de liberdade pública...

Se el-rei conserva por trás do palácio alguns regimentos fiéis, enverga nesse momento a farda de generalíssimo e manda acutilar o seu povo; se desgraçadamente, porém, os soldados estão unidos aos cidadãos, então el-rei declara-se coacto, e pede a um rei vizinho, mais forte e menos atarantado, que lhe mande uma divisão, a restabelecer a ordem – isto é, a assegurar a sua majestade a sua soma intacta de autoridade régia, dispersando a tiro a tentativa de liberdade pública. Isto hoje realmente já se não usa na Europa; mas no Oriente, ao que parece, é ainda um método muito decente de acalmar os descontentamentos nacionais.

O quediva, esse excelente e pacato moço, tinha sido vítima de um pronunciamento planeado, à maneira espanhola, mas posto em cena à moda turca. Um coronel, Arabi Bei, que em breve ia ser o famoso Arabi Paxá, apresentou-se com outros oficiais no palácio e depois do salamaleque, que na etiqueta turca consiste em beijar devotadamente a aba da sobrecasaca do quediva, como nós em Lisboa beijamos a túnica de Santo Antônio, lembrou a Sua Alteza a necessidade de fazer reformas, algumas puramente militares e em proveito dos coronéis, outras políticas, para bem da grande populaça felá, e tão largas que constituíam uma mudança de regime. Sua Alteza escutou, murmurou aquelas frases sobre o *amor da nação*, a *felicidade dos súditos* que o cerimonial indica nas ocasiões de atrapalhação régia, e pareceu tão satisfeito com o interesse que aqueles oficiais tomavam pela prosperidade do vale do Nílo que os recompensou à maneira oriental – convidando-os a um banquete. Em torno da festiva mesa a cordialidade foi grande; o champanhe espumou contra as prescrições do Alcorão e, entre o sabor das trufas e o aroma dos ramos, o futuro do Egito apareceu cor-de-rosa. O café foi servido, nos jardins; e quando de um lado entravam os escudeiros com os licores, do outro surgiram beleguins com algemas. Arabi e os seus camaradas, levando ainda na boca o último charuto que lhes oferecera Sua Alteza, foram conduzidos às palhas do cárcere.

Não há nada mais delicioso – nem mais turco.

A Europa toda, a quem agrada a energia, aplaudiu com estrépito a energia de Sua Alteza!

II

A DESFORRA DE ARABI – REFORMADORES E CORONÉIS

O PROGRAMA FELÁ – A CONFERÊNCIA DE CONSTANTINOPLA

A CONFUSÃO DO GRÃO-TURCO – AS ESQUADRAS

O quediua teve em seguida alguns tranquilos dias de triunfo.

Ao abrir o seu *Times* ou o seu *Journal des Débats* (porque este príncipe é ilustrado), ele podia regozijar-se, vendo que esses dois ponderosos órgãos da opinião europeia o consideravam um potentado enérgico e cheio de nervo, como cabe a um descendente do grande Mehemet Ali, vivamente zeloso dos seus direitos, sabendo manter a ordem nos seus estados com duas mãos de ferro, digno, enfim, da simpatia das potências.

Uma manhã, porém, o palácio apareceu cercado de tropas – doze mil homens com dezoito peças de artilharia – suplicando que Sua Alteza soltasse Arabi e lhe confiasse o Ministério da Guerra. E davam esta razão, honrosa para a lógica árabe: que, aprovando o exército as reformas de Arabi Bei, entendia que ele as executaria muito mais confortavelmente sentado na poltrona de ministro da Guerra do que estirado nas palhas do cárcere.

O quediua, que acabava talvez de saborear no *Times* mais uma glorificação da sua energia, concordou e declarou até que sempre respeitara Arabi. Ali mesmo, sobre o joelho, o nomeou paxá – e Arabi Paxá passou da enxovia para o poder, ao som das bandas marciais...

Em tais circunstâncias um caudilho europeu lança o seu programa tão ruidoso, tão brilhante, subindo tão alto no céu do progresso como os foguetes que estalam nesse dia – e de que ordinariamente, como dos foguetes, fica apenas um tição apagado. E estamos tão acostumados a isto, aqui nestas regiões privilegiadas onde a locomotiva silva, que as gazetas sisudas começaram a desconfiar de Arabi, desde que o não viram adiantar-se com o seu programa nas mãos. Não o tinha.

Em país muçulmano, sob a lei do Alcorão, não o há; nem era de resto natural que um soldado egípcio (como disse, com uma *gauche* e desnecessária ironia, o Sr. Gambeta) tivesse encontrado por acaso *princípios de oitenta e nove inéditos*, nos sarcófagos dos faraós. Não, decerto. Mas Arabi trazia três ou quatro ideias que, se houvesse uma Europa decente, que lhe permitisse a realização, podiam ser o começo de um novo Egito, um Egito possuindo-se a si mesmo, um Egito governando-se a si mesmo, um *Egito para os egípcios* – não uma raça escrava enfeudada à família de Mehemet Ali, muito menos um refatório franco para os esfomeados europeus.

A meu ver, o que impediu sempre que Arabi fosse um reformador – era o ser ele um coronel felá, filho de felá, nascido numa dessas tristes aldeias, montões de choças feitas de lama seca que negrejam ao comprido do Nilo, tendo vivido na abjeta miséria dos felás – a pior que existe sobre a Terra –, ele, mais que ninguém, tinha

direito a erguer-se em nome dos longos agravos do felá, mas ao mesmo tempo Arabi era um soldado que ganhara os seus postos nas prolongadas guarnições do Alto Egito e nas campanhas do Sudão, que voltara de lá com todo o orgulho da farda e todo o pedantismo do sabre, não só repassado de militarismo mas enfrascado em militância – e, portanto, pronto, desde que a sua voz ressoava tão alto, a pô-la ao serviço das pretensões do exército... Ele representava, por origem e por profissão, as duas grandes classes do povo egípcio – o soldado e o felá – e desde o momento em que entre os egoístas, os voluptuosos, os escravos e os interesseiros, ele pareceu ser o único homem no Egito que se arriscava de bom grado pelas suas ideias ao exílio e à enxovia – tornou-se bem depressa, e naturalmente, chefe do partido popular, que queria as grandes reformas nacionais, e, pela mesma ocasião, caudilho do partido militar, que só apetecia vantagens de classe. Assim, em Arabi o patriotismo confundia-se infelizmente com a insubordinação.

Nas suas reformas encontravam-se, numa triste mistura, ao lado de ideias largas, liberais, contendo a reivindicação dos direitos do trabalhador, as mais especiosas exigências do quartel, revelando o oficial revoltado. Era com o mesmo entusiasmo, e como se as duas coisas tivessem igual valor na obra da regeneração do Egito – que ele pedia uma constituição parlamentar e aumento de soldo e de posto para os coronéis seus camaradas. Que aconteceu? Que na Europa, aqueles que desejavam a continuação do regime querdival (empresa financeira donde saíam grossos dividendos) fizeram tanto ruído em torno das escandalosas pretensões da tropa que não deixaram escutar os justos pedidos do povo, e desacreditaram facilmente Arabi,

escondendo o seu bom lado de patriota, pondo em relevo o seu mau lado de coronel turbulento.

Toda a revolução dirigida por coronéis é justamente suspeita ao nosso moderno espírito europeu; mas Arabi é um egípcio; e no Egito, onde o povo felá, apesar de tão inteligente como qualquer das nossas plebes, é pouco mais que uma irresponsável horda de escravos, e onde o exército constitui a classe culta – a obra de progresso tem necessariamente de ser feita pelo soldado. Na Europa, porém, não se sabe isto – ou antes, finge-se que não se sabe. As exigências da tarimba puseram na sombra as reclamações da cabana – e Arabi perdeu na Europa a autoridade que podia ter como chefe dos felás por falar de espada na mão, de entre um quadro de soldados...

Decerto, Arabi não é um Mazzini nem um Louis Blanc. É um árabe do antigo tipo, que apenas leu um livro – o Alcorão. Mas, como homem, possui qualidades de inteligência, de coração, de caráter – que não ousam negar aqueles mesmos que o estão combatendo tão brutalmente. E como patriota, está à altura dos grandes patriotas; havia certamente muito egípcio no Egito que abominava o sórdido regime quederal e sofria de ver o rico vale do Nilo devorado pelo estrangeiro, como outrora pelos gafanhotos; mas esses limitavam-se a curvar tristemente os ombros, invocando o nome de Alá.

Este é o primeiro que entendeu que Alá, apesar de grande e forte, não pode atender a tudo, e que, portanto, se resolveu a tirar a espada em nome do felá, contra a opressão coligada dos paxás turcos e de agiotas cristãos.

Quais eram, por fim, as reformas de Arabi, esse monstro de sedição?

Arabi queria em primeiro lugar o fim da autoridade absoluta do quediva e o Egito governado por uma assembleia eleita; e, como consequência desse novo regime, uma reforma radical no uso dos dinheiros públicos, que até aí iam parte para a corte do quediva, parte para o harém do sultão, senhor suserano do Egito, parte para as cortes cerradas de funcionários estrangeiros, parte, uma grande parte, para pagar os cupões de dívida em Paris e Londres, ficando tão pouco para as necessidades do país que havia dois anos que quase se não dava soldo ao exército!

Arabi não negava a dívida externa contraída por esse esplêndido perdulário Ismail Paxá, mas reconhecida pela nação e garantida pela sua honra; somente não admitia que a França e a Inglaterra estivessem instaladas no Cairo, à boca dos cofres, esperando a chegada do imposto para empolgar uma parte leonina; de tal sorte que, para satisfazer a voracidade do credor europeu, esmagava-se com tributos o felá, que, por mais que se esfalfasse dia e noite, tinha por fim de recorrer ao usurário europeu. Coisa estupenda! A Europa apresentava-se oficialmente como credora e, para se fazer embolsar, fornecia secretamente o agiota!...

Mas o ponto delicado das reformas de Arabi era quando tocavam com a situação dos estrangeiros do Egito. Havia aí pretensões monstruosas. Arabi exigia que se abolisse o privilégio pelo qual os estrangeiros estabelecidos no Egito e enriquecendo no Egito não pagam imposto. O desalmado queria que não houvesse esses tribunais de exceção para os estrangeiros, que, sob o nome de *tribunais mistos*, distribuem duas justiça – uma de mel para o europeu, outra de fel para o árabe. Enfim, esse homem fatal pretendia que os empregos públicos não fossem dados exclusivamente a estrangeiros – e que

se não pagassem anualmente, como se pagavam, mais de três mil contos de bom dinheiro egípcio a franceses, ingleses e italianos repoltreados em sinecuras em todas as repartições do vale do Nilo, e quase todos tão úteis ao Estado como aquele inglês que, com uma carta de recomendação de Lord Palmerston, foi nomeado coronel do exército egípcio e ao fim de nove anos, depois de ter recebido perto de oitenta contos de soldos, ainda não tinha visto o seu regimento e ainda mesmo não tinha uniforme!

Tais eram, em resumo, as abomináveis ideias de Arabi, e não se imagina facilmente a apoplética indignação que elas causaram à França republicana e à livre Inglaterra. Arabi foi considerado uma fera. Na Bolsa de Paris, no Stock Exchange de Londres, onde os fundos egípcios tinham descido, pedia-se com energia a supressão imediata desse iníquo aventureiro.

Os gritos estridentes dos estrangeiros no Egito, ameaçados nas suas pessoas e nos seus privilégios, enterneciam a Europa.

As potências ocidentais trocaram as suas vistas, segundo a hedionda frase diplomática, e concordou-se que o Egito estava em anarquia. O quediva, esse já se declarara coacto, e urgia descoactar rapidamente esse amável príncipe, tão doce ao estrangeiro. A Inglaterra e a França, pois (países que dizem ter interesses superiores no Egito), mandaram as suas esquadras às águas de Alexandria, para aterrar Arabi. Pode-se perguntar até que ponto seis couraçados, sem tropas de desembarque e ancorados numa baía, conseguiriam atarantar um ministro da Guerra, seguro no Cairo, a dez horas de caminho de ferro, cercado de vinte mil homens de tropas regulares,

apoiado por quatro milhões de população felá, aliado aos grandes chefes beduínos e santificado pela aprovação religiosa dos ulemás...

Hoje, aqueles mesmos que aconselharam essa manifestação, como o *Times*, confessam, com o rubor nas colunas, que foi uma insensatez. Em todo o caso, fez-se – e acompanhada de um documento, um papelucho diplomático que, pelo cômico intenso do seu conteúdo, parecia arrancado a alguma farsa descabelada de Labiche. Esse escrito, apresentado gravemente pelos cônsules de França e Inglaterra, intimava o quediva a que demitisse Arabi, o exilasse para o Alto Egito, para além das cataratas, conservando-lhe, para o não descontentar de todo, as suas honras de paxá e os seus soldos de coronel! Não sentis aqui, amigos, toda a folia de um *vaudeville*? De um lado o quediva abandonado, em palácio, envolvido por uma revolução vitoriosa, refugiado na equívoca fidelidade de alguns ajudantes de campo e de alguns eunucos; do outro lado Arabi, tendo por si o exército, a nação, o deserto e as mesquitas. E a Europa sugere àquele quediva que desterre para a Núbia este Arabi! Conheceis coisa alguma que mais reclame a verve do chorado Offenbach? Os jornais ingleses hoje confessam também entre dentes que o papelucho era estúpido. Se o era! E estão daí a ver o resultado: Arabi encolheu os ombros, adjudicou-se mais o Ministério da Marinha e substituiu alguns dos outros ministros, antigos familiares do quediva, por homens seus e gente de nervo e de arranque.

Perante esta resposta dada ao seu ultimato, a Europa ficou, se me é lícito este dizer irreverente – de orelha murcha. E então tomou a decisão das grandes crises: delegou diplomatas que se sentaram em torno de

uma mesa de pano verde, e enterraram pensativamente a cabeça entre os punhos. Chamou-se a isto a Conferência de Constantinopla. O seu fim, todo louvável, era resolver a questão do Egito.

E ainda lá está, fina e sutil, a resolver! Alexandria ardeu, deixou de existir; o canal de Suez é patrulado por canhoneiras inglesas; o general Sir Garnet Wolseley marcha sobre o Cairo; a terra do Egito é terra britânica – e ela ainda lá está, a resolver!

Quanta habilidade naquela assembleia! Naquela assembleia, quanta autoridade! Ainda lá está...

Ainda lá está, à margem das águas doces do Bósforo, em torno da mesa de pano verde, com a cabeça enterrada entre os punhos!...

Depois de reunida a conferência, a Europa, naturalmente, lembrou-se que o Egito é ainda uma dependência dos estados do sultão, paga tributo ao sultão, e que portanto ao sultão competia ir restabelecer a ordem nos seus agitados domínios.

Questão obscura e embrulhada esta das relações do Egito com a Turquia.

É o que diva um príncipe vassalo? A diplomacia hesita. Por um lado, os que divas sucedem-se por hereditariedade, têm exército, armam marinha, cunham moeda, declaram guerras, fazem tratados; por outro lado, pagam tributo. Mas constitui ele uma afirmação de vassalagem de paxá a sultão? É uma simples oferta de príncipe muçulmano ao chefe do Islão, como o presente que o rei católico de Espanha manda todos os anos ao papa? É uma prestação anual de tremenda soma, porque Mehemet Ali e depois

Ismail Paxá compraram aos osmanlis a sua independência? É simplesmente um *pourboire*?... Seja como for, o tributo existe – e, fundada nele, a Europa apelou para o sultão. Arabi, bom crente, devia venerar o sultão; o sultão, bom pai, podia exterminar Arabi. E aqui começa a famosa comédia das vacilações do sultão.

Por um lado, o sultão desejaria mandar tropas ao Egito, ocupá-lo sob o pretexto de o tranquilizar e refazer dele uma província turca, um paxalato dependente do serralho, tal qual era antes de Mehemet Ali, quando na riqueza do vale do Nilo estava o verdadeiro tesouro dos califas; por outro lado, porém, o sultão não queria desembarcar no Egito como cabo de polícia da Europa, pela razão de que, prevendo este caso, os ulemás da Mesquita de Al-Azhar, o grande centro religioso e o grande centro letrado do Islão, o Vaticano e a Sorbonne do Oriente, possuindo no mundo muçulmano uma autoridade igual à de um concílio no mundo católico – tinham declarado que se o sultão, em nome da Europa cristã, pegasse em armas contra gente maometana, tornava-se *ipso facto* apóstata, e *ipso facto* perdia o califado. Por um lado, também o sultão, tendo, ao que se diz, recebido de Arabi promessas de depor o quediva e proclamar em seu lugar Helim Paxá, que é em Constantinopla o conselheiro e o favorito do serralho – conspirava com Arabi contra o quediva; mas, por outro lado, tinha notícia das inteligências de Arabi com o xerife de Meca, que, sendo o descendente direto de Maomé, possui mais que o sultão direitos ao califado, e é nesta santa pretensão apoiado por todas as tribos da Arábia; e, receando assim que Arabi se tornasse o autor de um cisma no islamismo, o sultão procurava minar-lhe a influência crescente – conspirava com o quediva contra Arabi. Por

um lado, ainda uma vaga revolução constitucional em país muçulmano era odiosa ao Sultão; mas, por outro, a maneira como Arabi, alma desse movimento, estava tratando do alto parte da Europa coligada lisonjeava profundamente o seu coração turco. Enfim, este miserando chefe dos crentes não sabia onde havia de dar com a sua cabeça imperial... Não se pense por este dizer ligeiro que eu não respeito o sultão: Abdul-Hamid não é um califa do antigo tipo, embrutecido pelo uso de três mil mulheres – mas, segundo a expressão do príncipe de Bismarck, “um dos espíritos mais finos da Europa”. Ora, o príncipe de Bismarck é um entendedor; ainda que, a meu ver, duas coisas estragam esta famosa finura: primeira, o ser excessiva, de modo que Abdul-Hamid, a maior parte das vezes, tropeça e fica enredado na engenhosa complicação dos seus próprios fios; depois, o estar ao serviço não de ideias práticas mas de fantasias místicas, como a que se lhe atribui de renovar, na ordem espiritual e em seu proveito, o império profético de Maomé.

Enfim, instado pela Europa a intervir no Egito, e não querendo que a Europa interviesse, porque isso seria a perda do seu pingue tributo anual, o sultão decidiu-se a enviar Dervixe Paxá, uma velha raposa podre de manhas, com a missão de fazer reentrar Arabi no aprisco dos humildes. Mas apenas Dervixe Paxá começava esta operação, eis que o sultão inquieto, vendo Arabi e o xerife de Meca de mãos dadas sobre o túmulo do profeta, remete a Arabi a Grande Ordem do Medjidieh, a mais nobre condecoração turca, o favor supremo que pode cair das mãos do califa, acompanhada de uma florida carta de amizade e de uma esplêndida placa de diamantes.

Isto tudo dá a medida da confusão do grão-turco.

Arabi, assim glorificado pelo califa, resplandeceu aos olhos do mundo muçulmano com um prestígio maior; Dervixe Paxá, um instante aturdido, redobrou de duplicidade; e foi então entre Dervixe, e Arabi, e o quediva, e o sultão, e as potências, e os cônsules, e os paxás, e os coronéis, uma intriga tão emaranhada que eu preferia fazer-lhes um resumo lúcido dos vinte e cinco volumes das *Façanhas de Rocambole* do que penetrar na espessura inextricável deste imbróglio turco-europeu. Uma dessas intrigas fastidiosas que devem enervar, fazer chorar de seca e de fadiga a Providência, se ela, como afirmam filósofos que estão na sua intimidade, é obrigada a observar minuciosamente todos os sucessos humanos! Quanto o homem, com a sua tolice, deve, por vezes, fazer bocejar Deus!

Durante estes sucessos, enquanto a Europa chafurdava no atoleiro diplomático, as duas esquadras, de França e de Inglaterra, lá continuavam diante de Alexandria *manifestando*. Do romper do sol ao ocaso, imóveis nas águas calmas, com as camisolas da marujada secando nas vergas, ali estavam *manifestando*...

Os oficiais repousavam de vez em quando desta rígida atitude de *manifestação* arranjando um piquenique em terra, indo fazer um *robber* de *whist* ao clube inglês, ou organizando, sob as sombras dos jardins de Ramleh, honestas partidas de críquete.

III

EPISÓDIO ORIENTAL – MUÇULMANOS
E CRISTÃOS – UMA ESTRUMEIRA SOCIAL –
OPINIÕES DE MESA-REDONDA –
OS FUNCIONÁRIOS EUROPEUS DO CAIRO –
AS DÍVIDAS DE ISMAIL PAXÁ –
O DIA 11 DE JUNHO

Achando-se as coisas assim, amanheceu o dia 11 de junho, que de ora em diante na história nesse curto instante de notoriedade humana que enfaticamente se chama a *história* – será conhecido por este galicismo: *o massacre de Alexandria*.

O primeiro episódio oriental que eu vi, ao desembarcar há doze anos em Alexandria, foi este: no cais da alfândega, faiscante sob a luz tórrida, um empregado europeu – europeu pelo tipo, pela sobrecasaca, sobretudo pelo boné agalado – estava arrancando a pele das costas de um árabe, com aquele chicote de nervo de hipopótamo que lá chamam curbaxe, e que é no Egito o símbolo oficial da autoridade.

Em redor, sem que esse espetáculo parecesse desusado ou escandaloso, alguns árabes transportavam fardos; outros empregados agalados, de chicote na mão, davam ordens por entre o fumo do cigarro...

Saciado ou cansado, o homem do curbaxe, que era um magrizela, atirou um derradeiro pontapé à anatomia

posterior do árabe – como quem, ao fim de um período escrito com verve, assenta vivamente o seu ponto final – e, voltando-se para o meu companheiro e para mim, ofereceu-nos, de boné na mão, os seus respeitosos serviços. Era um italiano, e encantador. A esse tempo o árabe (como quase todos os felás, um soberbo homem de formas esculturais), depois de se ter sacudido como um terra-nova ao sair da água, fora-se agachar a um canto, com os olhos luzentes como brasa, mas quieto e fatalista, pensando decerto que Alá é grande nos céus e necessário na Terra o curbaxe do estrangeiro.

Quando, no dia 11 de junho, eu li esses telegramas repassados de pânico, em que se anunciava à Europa que a população árabe massacrava os europeus nas ruas de Alexandria – não sei por que revii logo o cais da alfândega, o italiano serviçal de boné agalado, o curbaxe estalando nas costas escuras do árabe. Isto não é trazido como alegoria, para dizer que as relações dos europeus e dos egípcios se reduzem a estas duas atitudes – um braço com manga de pano fino erguendo o curbaxe e um dorso seminu esperando a sova; muito menos quero insinuar que o massacre do dia 11 foi a tardia vingança destas brutalidades burocráticas...

O Egito não é a Serra Leoa; e o Crescente ainda não anda tão de rasto que consinta em ser sistematicamente espancado pela cruz. Mas a verdade é que no Egito um qualquer empregado europeu da alfândega, das docas, ou dos caminhos de ferro, que não ousaria erguer a mão para um carregão europeu, retalha a pele de um egípcio tão naturalmente e com tanta indiferença como se sacode uma mosca importuna.

É que o europeu de Alexandria considerava o felá egípcio como um ser de raça ínfima, incivilizável, mero animal de trabalho, pouco diferente do gado; e, se tivesse o estilo de La Bruyère, descrevê-lo-ia como La Bruyère descrevia os aldeãos do tempo de Luís XIV, “vultos escuros, curvados sobre a terra e tendo a vaga aparência de seres humanos...”

Nestas condições de desprezo, usa-se facilmente o curbaxe e invariavelmente a insolência...

E note-se que o europeu não tinha muito mais respeito pelo egípcio das classes superiores ou cultas. Qualquer amanuense de consulado julgaria da sua dignidade de europeu não ceder o passo ao mais velho e nobre xeque, senhor de dez tribos e descendente do profeta; e o mais insignificante empregado dos telégrafos, leitor do *Figaro*, não nutriria senão desdém pelos sábios doutores da Universidade de Al-Azhar, que não vão ao café ler o *Figaro* e pouco sabem de telegrafia.

Mas este absurdo desprezo por uma nobre raça, a quem a civilização tanto deve, não se manifestava só entre os europeus de Alexandria, colônia de aluvião, formada pelos detritos das populações do Mediterrâneo; não ouvimos nós ainda há dias o próprio Sr. Gambeta declarar das alturas da tribuna da câmara francesa, esse Sinai da burguesia, que o povo egípcio só podia ser governado a chicote?

A complicada abundância da nossa civilização material, as nossas máquinas, os nossos telefones, a nossa luz elétrica, tem-nos tornado intoleravelmente pedantes; estamos prontos a declarar desprezível uma raça, desde que ela não sabe fabricar pianos de Erard; e se há algures

um povo que não possua como nós o talento de compor óperas cômicas consideramo-lo *ipso facto* votado para sempre à escravidão...

Por outro lado, os egípcios olhavam para o europeu como para a última e mais terrível praga do Egito, uma outra invasão de gafanhotos, descendo – não do céu, onde ruge a cólera de Jeová, mas dos paquetes do Mediterrâneo, com a sua chapeleira na mão – a alastrar, devorar as riquezas do vale do Nilo. E este prejuízo não é especial às classes incultas: o paxá mais bem informado, educado em França, lendo como nós a *Revista dos Dois Mundos*, nunca reconhecerá o que o Egito deve à energia, à ciência, ao capital europeu; para ele, como para o último burriqueiro das praças do Cairo, o europeu é mais que o intruso – é o *intrujão*.

O árabe de modo nenhum se julga inferior a nós; as nossas indústrias, as nossas invenções, não o deslumbram; e estou mesmo certo que, do calmo repouso dos seus haréns, o grande ruído que nós fazemos sobre a Terra lhe parece uma vã agitação. Ele sente por nós o pasmo misturado de desdém que pode sentir um filósofo vendo trabalhar um pelotiqueiro. O pensador diz consigo que não é capaz de equilibrar uma espingarda sobre o nariz, e lamenta-o; mas consola-se refletindo que o saltimbanco não é suscetível de ligar duas ideias. Assim, o muçulmano admira um momento o nosso gás, os nossos aparelhos, os nossos realejos, todo o nosso gênio mecânico; depois cofia a barba, sorri e pensa consigo: “Tudo aquilo prova paciência e engenho, mas eu tenho dentro em mim coisa de melhor, e superior mesmo ao vapor e à eletricidade – é a perfeição moral que me dá a lei de Maomé.”

De resto, nós o sabemos pelas xácaras da nossa mocidade, sempre o Crescente detestou a cruz; e pode-se imaginar quais são os seus sentimentos, agora que a cruz, em lugar de o combater como paladino, o explora como agiota.

Se em cidades como Damasco ou Beirute o europeu turista inofensivo que passa com a bolsa aberta excita olhares e murmúrios de ódio, somente porque tudo nele é diferente, desde os dogmas da sua religião até à forma do seu chapéu – calcule-se o que se dá em cidades como Alexandria e como Túnis, onde o europeu não é o turista amável que distribui gorjetas, mas o agenciador sôfrego que vem instalar-se ali como em terra que conquistasse para arredondar depressa um pecúlio, sob a bandeira do seu cônsul.

Acrescente-se que no Egito o europeu aparecia aos olhos do árabe com o caráter odioso de um privilegiado.

Uma coisa parecia intolerável – é que o europeu empolgasse todos os lugares, todos, desde as gordas sinecuras até os diminutos empregos de cem francos por mês.

Vagava um obscuro posto de carteiro ou de telegrafista – e concorriam, de um lado um árabe honesto e ativo, do outro um sacripanta de nacionalidade grega ou maltesa. A quem se dava o emprego? Ao sacripanta.

Este sistema, fecundo, a princípio, quando o Egito era uma bárbara província turca e os europeus chamados eram homens de saber especial e de integridade, começou no tempo de Mehemet Ali, que tentava fazer uma nação sobre as ruínas do velho paxalato e que convidava para essa obra a ciência e o capital europeu; continuou depois

com Said Paxá, esse delicioso *bon vivant*, tão francês que passava os dias a fazer *calembourgs* e que não admitiria em torno de si, e nas repartições de Estado, senão cavalheiros capazes de apreciar o *Charivari*; mas a grande invasão de empregados europeus consumou-se no tempo de Ismail Paxá – que aceitava tudo o que vinha da Europa, os especialistas e os vadios, os que traziam uma ideia e os que só traziam dívidas...

O Egito renovou então a velha lenda do Eldorado. Quem em Paris, ou em Londres, ou em Roma, se via filado pelos credores, com a derradeira sobrecasaca a coçar-se nos cotovelos e sem poder voltar ao seu clube por dever dez francos ao porteiro, obtinha de um diplomata ou de um príncipe uma carta de recomendação para o quediva e tomava o pacote de Alexandria.

Lá, nos primeiros dias, tinha o hotel pago por Sua Alteza – ao fim do mês, emprego dado por Sua Alteza. Qualquer coisa: se era um velho tenor de sala, já sem voz, nomeava-se coronel de cavalaria; se era um militar desacreditado, despachava-se inspetor das escolas. Quem não podia alcançar uma carta para o quediva, ia rojar-se aos pés do cônsul. Quem não ousava apresentar-se ao cônsul, empregava as influências transversais do paço, as mais poderosas – os eunucos, os cozinheiros, as dançarinas... O emprego vinha, fácil e pingue. E o felá pagava toda a malta.

Mas o pior ainda eram os funcionários superiores que as potências instalavam no interior da administração egípcia – tão ciumentas umas das outras que se, por exemplo, a França conseguia acomodar um francês na Diretoria-Geral das Finanças, logo a Inglaterra, para

contrabalançar essa parcela de influência, empurrava um inglês para dentro do Estado-Maior da Marinha; e por seu turno, a Itália, já desconfiada, metia à força um filhote de Roma na Direção da Instrução Pública. Alguns destes cavalheiros tinham decerto habilidades de especialistas; mas a sua abundância mesmo enredava o movimento da máquina administrativa. Está hoje provado que o quediva, cedendo a estas pressões, era obrigado a ter seis empregados para fazer o simples trabalho de um! Todo este mundo formava um estado no Estado.

Nas suas repartições de finanças, nos seus tribunais, nos seus estados-maiores, nas suas comissões, em todos os recantos da sua administração, o Egito só via faces estrangeiras, só escutava línguas estrangeiras, só sentia interesses estrangeiros; e o dinheiro egípcio mantinha esta corte, que só estava ali para anular a influência egípcia. E eram ao menos úteis?... O côsul-geral dos Estados Unidos conta, num livro recente sobre o Egito, que jantara um dia no Cairo com seis empregados superiores, todos estrangeiros, cujos ordenados somados subiam anualmente a perto de *cem contos!* Nas suas repartições, a correspondência, a escrituração, a contabilidade, tudo era feito em língua árabe: *e nenhum deles sabia o árabe!*



Não havia talvez sobre a Terra pior população que a de Alexandria. Essa cidade, que fora outrora o refúgio do saber e do luxo do Oriente, tornara-se nos nossos dias, sob o quediva Ismail Paxá, o barril de lixo da Europa Meridional. Todo o refugio humano da Grécia, das ilhas do Arquipélago, da Itália, da Sicília, de Marselha (e Deus sabe quanto estas belas paragens clássicas abundam em meliantes!), se esvaziava

instintivamente sobre Alexandria, alastrava-a, tornava-a sob o seu belo céu azul-ferrete uma fétida estrumeira social.

Bastava atravessar uma rua para compreender o conjunto dos costumes.

A cada esquina, um café-cantante atulhado de uma malta enxovalhada, que berra, cachimba, emborca aguardente, enquanto sobre o tablado, por trás da ribalta, uma matrona despeitorada e caiada vai rouquejando um estribilho obsceno... De dez em dez casas um lupanar, separado apenas da rua por uma simples cortina... Por toda a parte, o jogo: um sacripanta traz uma pequena roleta, um banco, e no meio da rua instala a batota; em redor apinham-se logo outros sacripantas, e daí a momentos a polícia tem de acudir, porque corre sangue...

O viajante de gosto e de educação tinha de fugir bem depressa desta atmosfera, refugiar-se nalgum quieto café muçulmano, à beira da água tranquila. Aí ao menos só havia árabes que fumavam gravemente o seu chibúque, falavam entre si com polidez, comportavam-se com dignidade.

Ah! Estou daqui a ver a primeira mesa-redonda a que me sentei em Alexandria!

Era presidida por um grego de pele lívida, de suíças reluzentes como verniz de sapatos, com um grilhão de ouro sobre o colete decotado e brilhantes, talvez verdadeiros, numa camisa de oito dias! Que intrujão! Que bandido! Como aquilo rolara por todas as trapaças, todos os deboches do litoral levantino! O bom era ouvi-lo falar do Egito como de um país conquistado, terra de ilotas que tinha obrigação de o vestir, de o calçar, de lhe

encher a bolsa, a ele e aos outros que o aplaudiam em torno da mesa-redonda, todos europeus, agenciadores, empregadotes, simples vadios, todos de grillhões de ouro no relógio, de colarinho decotado, o carão ressudando vício e falar parlapatão, galãs de espelunca...

L'arabe, monsieur – dizia-me este equívoco personagem, num francês do Pireu –, *ce n'est qu'une infecte canaille!*

O infecto canalha eras tu, lívido grego!

É evidente que o que tornou Arabi mais popular no Egito foi a sua hostilidade aos estrangeiros. *O Egito para os egípcios!* Esta frase, todo um programa, calou fundo no ânimo do povo inteiro.

O Egito para os egípcios – não para os empregados estrangeiros, nem para os agiotas estrangeiros...

Ah! Esta questão dos credores! A famosa questão da dívida egípcia! Em que gastou Ismail Paxá esses centenaes de milhões que a Europa lhe emprestou, e que o pobre felá está pagando? Em primeiro lugar, na realização de uma ideia econômica – o converter o Egito, que é um país agrícola, numa nação industrial. O Egito produzia o açúcar – por que o não refinaria? Possuía o algodão – por que o não teceria? E aí começou, à força de milhões, a cobrir as margens do Nilo dessas colossais fábricas, de que hoje só restam ruínas – ruínas de ferro enferrujado e de madeira podre, tão miseráveis e tão tristes ao lado das belas ruínas graníticas dos templos faraônicos, representando, como elas, a servidão de um povo, mas, pela sua fealdade, não podendo ao menos servir, como elas, nem para assunto de uma aquarela...

A outra causa da ruína do quediva foi a sua prodigalidade. Quem não conhece essa lenda ilustre? Quem se não lembra das festas do canal de Suez? Aí cada verba se contou por milhões. Dois milhões para a iluminação do Cairo. Quatro milhões para o banquete de Ismaíia. Despesas com os dois mil convidados durante quinze dias no Cairo e no canal – setenta milhões!... Para o champanhe bebido nessas semanas de bambocha – dois milhões! O felá pagava.

Eh! E eu que estou aqui a falar – também o bebi, esse champanhe que era no fundo o suor do felá espumante e açucarado! Também eu fui hóspede de Ismail Paxá, à custa do felá! Também eu... Calemo-nos, cubramos a frente de cinzas, imploremos o perdão do felá!



O resultado destas fantasias industriais, destes luxos de Salomão, foi que o Egito se achou devendo à Europa centenaes de milhões, por que pagava um juro de sete por cento, e, como burguesa prudente que zela os seus interesses, a Europa tinha pouco a pouco tomado conta da administração do Egito...

Quando Arabi quis modificar este sistema, que convertia o povo egípcio numa horda de servos trabalhando para os financeiros de Paris e Londres – as esquadras de França e Inglaterra apareceram logo, pedindo o desterro de Arabi e o licenciamento do exército, que era o instrumento e a força do partido nacional. Os árabes viram nisto um odioso abuso de força, a Inglaterra e a França querendo manter à bala os interesses dos possuidores dos títulos da dívida egípcia e os privilégios dos intrusos.

Desde esse momento Arabi tornou-se um libertador; e o quediva, que as esquadras vinham proteger contra Arabi, passou a ser o renegado, o traidor.

Esta era a situação no dia 11 de junho. Alexandria tornara-se uma fornalha de excitação. Nas mesquitas pregava-se com furor a cruzada contra o cristão; nos bazares falava-se do estrangeiro como do cão maldito, da ave de rapina, pior que o gafanhoto que devora a seara nos campos férteis do Nilo; e, ou fosse o fanatismo que despertasse, ou fosse a miséria que se queria vingar – todo o bom muçulmano se armava.

Nestas circunstâncias, de uma chufa de botequim pode nascer uma guerra de raças. E, pouco mais ou menos, assim sucedeu. Na manhã do dia 11, na Rua das Irmãs, uma das mais ricas do bairro europeu, um inglês, por um velho hábito, deu chicotadas num árabe; mas, contra todas as tradições, o árabe replicou com uma cacetada. O inglês fez fogo com um revólver. Daí a pouco o conflito entre europeus e árabes, em pleno furor, tumultuava por todo o bairro... Isto durou cinco horas – até que, por ordens telegrafadas do Cairo, a tropa, até aí neutral, acalmou as ruas. E o resultado, bem inesperado mas compreensível, desde que se sabe que os árabes só tinham cacetes e que os europeus tinham carabinas – foi este: perto de cem europeus mortos, mais de trezentos árabes dizimados. Os jornais têm chamado a isto *o massacre dos cristãos*; eu não quero ser por modo algum desagradável aos meus irmãos em Cristo, mas lembro respeitosamente que isto se chame *a matança dos muçulmanos*.

IV

A FUGA DOS EUROPEUS – O GRANDE SONHO INGLÊS

O *CASUS BELLI* – A VÉSPERA DO BOMBARDEAMENTO

Esta *matança de cristãos* – para continuarmos a dar-lhe a sua alcunha diplomática – puxou bruscamente a atenção do mundo que lê jornais para o Egito, e por isso devem aí ter presentes e vivos – sem que se torne necessário o rememorá-los, detalhe a detalhe – todos os episódios que numa semana se desencadearam uns sobre os outros, com uma barafunda de melodrama; a indignação excessiva e tumultosa da Europa, excitada pelo clamor e pelos gritos da imprensa inglesa; o desordenado pânico que se apossou dos europeus residentes no Egito; e o fato, estranho mesmo nessa terra de clássicos êxodos, de uma colônia de mais de cem mil almas abandonando de repente o solo onde, desde gerações, se estabelecera, deixando ocupações, interesses, empregos, casa e fazenda, precipitando-se apavorada para os cais de embarque, apinhando-se em paquetes, em navios de carga, em barcaças, em qualquer coisa que pudesse flutuar na água e fugir da terra funesta, pagando a peso de ouro o direito de se agachar num buraco de porão; a maneira magistral como a Inglaterra, pelos oficiais da sua armada, organizou e policiou esta nova fuga dos hebreus;

enfim, a chegada a Alexandria do quediua, que perdera toda a autoridade no Cairo e colhia a oportunidade de vir abrigar os restos esfrangalhados da sua realeza sob os canhões do almirante Seymour.

Arabi Paxá, que se tornara de fato ditador, correu também a Alexandria – e o seu primeiro passo foi estabelecer tribunais marciais para julgarem os *massacradores* do dia 11.

Note-se que se não tratava, nem por sombras, de punir os europeus que tinham mandado trezentos muçulmanos desta terra de misérias para o paraíso de Alá; mas somente os muçulmanos suspeitos de terem posto mãos violentas sobre cristãos. Ainda assim, os jornais ingleses bradaram logo que não se podia ter confiança na justiça, na imparcialidade dos magistrados egípcios, tão hostis ao estrangeiro como à população – e que tais julgamentos não passavam de uma farsa, onde os réus, que se mostravam um momento à Europa carregados de ferros postiços, eram depois, por trás dos bastidores, aclamados como bons patriotas.

Arabi Paxá propôs então que esses tribunais se compusessem de juízes árabes e de oficiais ingleses. Isto indicava um desejo vivo, quase uma sofreguidão de justiça. E com efeito, se o partido nacional, agora todo-poderoso, se não mostrasse severo – corria o perigo de passar por cúmplice; e se as suas reformas tinham já inspirado tanta antipatia à Europa – o que seria se a ele se pudessem plausivelmente atribuir tais atentados?

De resto, para um muçulmano ortodoxo e fino como Arabi, toda a violência contra o estrangeiro, contra o hóspede, constitui a mais negra violação da lei santa.

Arabi era sincero. Mas a Inglaterra não aceitou as suas propostas...

A Inglaterra não aceitou. A Inglaterra estava armada a bordo dos seus couraçados. E, todavia, mais que nenhuma outra nação, ela sofrera com os tumultos de Alexandria: o seu cônsul, brutalmente espancado, achava-se à morte; alguns dos oficiais da esquadra tinham recebido no uniforme, que é o orgulho da Grã-Bretanha, a lama e as pedradas da população egípcia; a maior parte dos europeus assassinados eram de nacionalidade inglesa; contra a Inglaterra se pregara a guerra nas mesquitas, nos bazares, e até sob a tenda beduína...

Mas a Inglaterra, generosa e paternal, queria esquecer essas injúrias. Pudera!

É que não lhe convinha reconhecer as atrocidades do dia 11 como um mero e casual episódio de fanatismo muçulmano, a que algumas grilhetas e algumas cordas de força poriam definitivamente termo; nem lhe convinha descer dos seus couraçados unicamente para ir a um tribunal ajudar a sentenciar dez ou doze facínoras.

O que à Inglaterra convinha era atribuir a este conflito local a magnitude de uma anarquia nacional e oferecer ou impor o seu préstimo – não para castigar os tumultos de um bairro, mas para pacificar todo um país em desordem. E assim ela rejubilava com a chegada desse dia tão apetecido, tão pacientemente esperado desde o começo do século, tão ansiosamente espiado desde a abertura do canal de Suez, em que teria enfim um pretexto para assentar na terra do Egito o seu pé de ferro, essa enorme pata anglo-saxônia, que, uma vez pousada sobre território alheio, seja um rochedo como Gibraltar, uma

ponta de areia como Adem, uma ilha como Malta, ou todo um mundo como a Índia – nenhuma força humana pode jamais arrear ou mover.

Já se não tratava de libertar o quediva coacto, de defender as algibeiras dos portadores do empréstimo egípcio. Um interesse mais alto, ligado com os destinos do império, levantava-se, dominava tudo.

O Egito estava em anarquia – logo, competia à Inglaterra, paladina da civilização, restabelecer lá a ordem, e impedi-lo de recair no estado bárbaro.

O Egito estava em anarquia – logo, competia à Inglaterra, como grande potência oriental, defender essa parte preciosa da terra egípcia, o canal de Suez, e evitar que ele caísse nas mãos de Arabi ou de outro ditador muçulmano, hostil aos benefícios da civilização.

É o que pouco mais ou menos respondia a Inglaterra, e bem alto, para que o mundo ouvisse – quando Arabi Paxá lhe propôs uma aliança judicial para punir o crime muçulmano do dia 11.

“Não”, dizia John Bull, “não se trata do dia 11! Esqueçam o dia 11. Esqueçamo-lo, como se ele fosse apenas o dia 7. A questão é outra. *O Egito está em anarquia*. É necessário salvar a civilização!”

E estas nobres palavras significavam, despidas dos seus atavios humanitários, que a Inglaterra, sob o pretexto de pacificar o Egito, desembarcaria em Alexandria, ocuparia por motivo de operações militares Port Said e Suez, as duas portas do canal, e depois – depois nunca mais, nesses pontos estratégicos do caminho da Índia, se arriaria a bandeira inglesa!

E, feito isto, ficava realizado o grande sonho britânico: posse absoluta da estrada das Índias; John Bull fazendo sentinela a todas as portas sucessivas que conduzem ao seu império do Oriente; à entrada do Mediterrâneo, Gibraltar e o seu rochedo inexpugnável; no Mediterrâneo, Malta e Chipre, duas ilhas, dois colossais depósitos de guerra; à entrada do canal, Port Said; ao fim do canal e à boca do mar Vermelho, Suez; à beira do Golfo Pérsico, Adem; e daí por diante as suas esquadras varrendo os mares...

Diante desta esplêndida oportunidade se achou a Inglaterra, depois das carnificinas de Alexandria; e, tendo logo declarado *oficialmente* o Egito em anarquia, sem perda de um momento, começou a armar-se.

E, no meio de tudo isto – a Europa? Oh!, a Inglaterra convidava com belos ademanos de desinteresse a Europa a partilhar com ela a honra de pacificar o Egito! Mas sabia bem que nenhuma das potências moveria um soldado; nem mesmo a França, que tinha uma frota na baía de Alexandria, que cooperara na pilhagem do felá e colaborara nas manifestações platônicas; a França, governada por uma democracia burguesa que enriquece, e tornada toda ela uma vasta casa de negócio, não queria por coisa alguma perturbar aquela paz tépida e doce em que amadurece o milhão.

Além disso, as potências já tinham ressalvado a sua dignidade, sentando-se em torno da mesa verde da conferência, à beira das águas luminosas do Bósforo, meditando com a cabeça entre os punhos a solução da questão egípcia. E, enquanto ao resto, estavam-se observando, armadas até aos dentes, desconfiadas, ciumentas,

odiando-se, mas imobilizadas reciprocamente pela própria magnitude dos seus armamentos.

A França receia a Alemanha; a Turquia teme a Rússia; a Áustria está contida por ambas; a Itália necessita a benevolência de todas; e cada uma, por seu turno, treme do senhor de Bismarck, o hediondo papão, o Júpiter trovejante do Olimpo diplomático, que, no seu retiro de Varzin, torturado por toda a sorte de males, passa parte do tempo sob a influência da morfina...

De resto, que todas apeteçam os despojos do Egito só o pode duvidar quem ignore os instintos de pilhagem, de gatunice, de pirataria, que alberga sempre a alma de um povo civilizado; mas nenhuma das potências é, como a Inglaterra, uma ilha cercada de um mar agitado, onde se move a maior frota da Terra; e, apertadas no estreito continente, ombro contra ombro e espada contra espada, nenhuma delas ousaria dar um passo para o lado do Egito, com receio que o vizinho lhe saltasse às goelas. Limitavam-se, por isso, cheias de rancor, em trocar frases de diplomática doçura sentadas à mesa da conferência.

Quando, diante de uma casa fechada, os que lhe apeteçam as riquezas discutem, de pena na mão, a melhor maneira de lá entrar – a vantagem pertence toda àquele que, em lugar de uma pena, se muniu de um machado e atira de súbito a primeira machadada à porta. Foi o que fez a Inglaterra. Enquanto os outros faziam planos pró-forma em cima de uma carteira – ela fez fogo sobre Alexandria.

Somente não se pode atacar uma cidade inofensiva sem um pretexto. E a Inglaterra foi, à falta de outro

melhor, forçada a apresentar um tão mau que, como dizia a Associação dos Positivistas Ingleses, no seu protesto contra a invasão do Egito, a sua puerilidade só consegue aumentar a sua imoralidade.

Perante os armamentos da Inglaterra, Arabi Paxá, se lhe não compreendia as intenções espoliadoras, devia pelo menos concluir que era contra ele, contra o partido que ele dirigia e contra as ideias que ele encarnava que a Inglaterra se estava preparando; e, muito naturalmente, na expectativa de um ataque, organizou a sua defesa, artilhando os fortes de Alexandria e erguendo baterias novas pela costa.

Foi contra isto que a Inglaterra protestou; e foi disto que fez um *casus belli* – declarando que, se as obras dos fortes não cessassem, ela destruiria os fortes!... Sem estar em guerra com o Egito, ela considerava-se no direito de reunir diante de Alexandria uma frota ameaçadora; mas não admitia que as autoridades de Alexandria consertassem sequer as brechas das velhas fortificações de Mehemet Ali!

E que explicações estupendas o Sr. Gladstone dava à Europa para justificar o *casus belli*! As baterias que Arabi ergue (dizia ele), os novos canhões que monta, põem em perigo os couraçados ingleses! E os couraçados não punham em perigo os fortes? Mas ao lado da esquadra inglesa estavam navios de guerra franceses, alemães, italianos, gregos, austríacos – tão expostos às balas de Arabi como os que hasteavam o pavilhão britânico; e esses não se julgavam em perigo!

Que diria a Inglaterra se o comandante de algum dos couraçados franceses ou alemães que por vezes vêm ancorar nas águas de Portsmouth ou de Southampton

– mandasse de repente proibir, ao governador de uma dessas praças, a continuação das obras de defesa que aí se vão incessantemente aperfeiçoando, sob o pretexto de que tais baterias poderiam fazer mal ao navio de seu comando?... Com tal precedente, os almirantes ingleses que honram frequentemente o humilde porto de Lisboa com a presença dos seus pavilhões – estariam autorizados a exigir a destruição da Torre de S. Julião, do Bugio e de Belém! Dir-se-ia que não é de prever que o português pacato e bonacheirão faça fogo – muito menos sobre couraçados ingleses. De acordo. Mas que ganharia Arabi Paxá em mandar de surpresa algumas balas à esquadra inglesa – e portanto às outras que estavam no mesmo ancoradouro – senão o atrair sobre si e o seu partido e o seu país a pavorosa vingança da Europa inteira, injuriada em todos os seus pavilhões?

Arabi fez uma coisa fina: cedeu, prometendo interromper os trabalhos de defesa. E a Inglaterra ficou desapontada. Esta submissão de Arabi desmanchava o seu engenhoso plano.

Alguns jornais mais cínicos e impacientes chegavam a aconselhar que se não respeitasse a palavra de um vil muçulmano – e que se fosse bombardeando! O trabalho então da frota foi vigiar incessantemente as fortificações, na esperança de descobrir algum sapador, de enxada ao ombro, que desmentisse a promessa de Arabi. De noite, os couraçados projetavam sobre a costa longos e vivos raios de luz elétrica, movendo-os lentamente ao longo das baterias, pesquisando ansiosamente os menores recantos, procurando o mais leve vestígio de trabalho, fosse ele um cesto de pedras esquecido; e assim foi que uma noite – noite venturosa para o governo do Sr. Gladstone! – a

esquadra descobriu dois soldados limpando um velho canhão! Que alívio para a Inglaterra! Imediatamente o almirante Seymour mandou este ultimato a Tulba Paxá, governador da cidade – dentro de vinte e quatro horas os fortes deveriam ser entregues às tropas inglesas, ou toda a linha de couraçados abriria fogo sobre Alexandria. A isto, realmente, só se pode responder com a grande palavra de Cambronne em Waterloo.

Lamento que Arabi a não dissesse: era a segunda vez na história que John Bull a receberia em plena face.

A véspera do bombardeamento foi dramática. O almirante Seymour fez sair da baía todos os navios mercantes; e depois, com a usual etiqueta, convidou os navios de guerra de outras nações a fazerem-se ao largo, levando para fora da linha de fogo a neutralidade das suas bandeiras. Essa longa procissão de couraçados de toda a Europa, deixando lentamente as águas de Alexandria, para que a Inglaterra pudesse livremente cometer o seu atentado – é descrita pelos correspondentes ingleses como cheia de solenidade e de cerimonial. As salvas sucediam-se; uns aos outros cortejavam-se os pavilhões dos almirantes. Os últimos a sair foram os navios franceses, os aliados na manifestação, que, honra lhes seja, não quiseram ser aliados no crime; e a tricolor afastou-se também, saudada pelo almirante Seymour, entre os urras de despedida da marinhagem e o estridor de *A Marsellbesa*. A tarde estava bela; tudo era luz na baía; os minaretes de Alexandria branquejavam no azul... Magnífico espetáculo, sem dúvida; somente que pensariam dele os milhares de pobres árabes, de mulheres e de crianças que o contemplavam das alturas da cidade, e sobre os quais iam cair no dia seguinte bala, metralha e bomba?

Por fim, a noite desceu e estrelou-se; à beira da água calma luziam as luzes de Alexandria; tudo ficou em silêncio na baía.

Estavam a sós, frente a frente, sob a paz dos céus, uma grande esquadra inglesa e a cidade inofensiva que ela, na madrugada seguinte, para satisfazer a sofreguidão mercantil de um povo de lojistas, ia friamente arrasar.

V

DEPOIS DO BOMBARDEAMENTO – OS INCÊNDIOS – AS RESPONSABILIDADES – UMA ALEXANDRIA INGLESA – A INVASÃO – A ATITUDE DA EUROPA

O almirante Seymour, dias antes, tinha declarado que em duas breves horas dismantelaria os fortes de Alexandria. Ao cabo, porém, de nove compridas horas ainda não fizera calar as baterias egípcias; e ainda justamente uma bomba vinha escavar a câmara do comandante do Inflexível.

Sir Beauchamp Seymour reconheceu, nos seus despachos para o almirantado, “que os melhores artilheiros da Europa se poderiam orgulhar de uma tão bela resistência”. Mas nem coragem, nem redutos, nem muralhas de granito prevalecem contra esses negros monstros que desfeiam os mares – o Monarca, o Alexandra, o Soberbo, o Sultão, o Invencível, o Minotauro e tantos outros que lá estavam,

movediços castelos de ferro, servidos pelas forças combinadas do vapor, da hidráulica, da eletricidade, devastadores como um cataclismo e exatos como uma ciência.

Pobres fortalezas de Mehemet Ali! Foi a velha fábula da panela de barro contra que tombou a panela de bronze. Ao anoitecer, eram apenas montões de ruínas fumegando em silêncio...

Estava consumada a façanha! Na baía, agora, tudo caíra numa grande paz; a noite descera calma e escura; os enormes couraçados repousavam; da cidade vencida não vinha o menor ruído! Só num ponto de terra o palácio de Ras-el-Tin ardia ao abandono. Foi então que o eloquente correspondente do *Standard* telegrafou para o seu jornal esta frase que merece fama: “A situação não pode ser mais satisfatória!”

Pelo meio da noite, porém, da parte de Alexandria onde ficava a Praça dos Cônsules começou a erguer-se um vasto clarão. Ali, evidentemente, havia um incêndio. Mas como? Por quê?

O almirante Seymour lavaria daí as suas mãos – se tivesse a bordo a bacia de Pôncio Pilatos. Ele concentrara escrupulosamente o seu fogo sobre os fortes; uma ou outra bomba poderia ter caído nos bairros árabes – e nada mais legítimo, nem de mais salutar terror; mas a parte europeia de Alexandria fora poupada... E todavia era lá que o incêndio se estendia avermelhando, aquecendo o céu; e de outros pontos vizinhos iam subindo na noite altas labaredas. Diabo! A situação já não era tão satisfatória...

Ao outro dia houve um tempo muito nublado, com um mar muito forte. Os couraçados, por precaução,

fizeram-se ao largo. Quando, horas depois, vieram retomar as suas posições de combate, Alexandria, diante deles, ardia toda como uma monstruosa fogueira. Positivamente, não era nada satisfatória a situação!

Não era. Arabi Paxá abandonara Alexandria, levando o grosso do exército. E a população muçulmana, enfurecida por nove horas de bombardeamento, sem polícia para a conter, com os ulemás a excitá-la, tomada da cobiça da pilhagem, inflamada pela fúria das represálias, correrá aos bairros europeus – e incendiou, saqueou, matou, destruiu; matou pela raiva de matar, porque até pobres cavalos de carruagem apareceram esquartejados; destruiu pela raiva de destruir, porque se acharam nas ruas, aos pedaços, vestidos de senhoras, relógios de sala e óculos de teatro...

Ferocidades de fanatismo, que se arremessa numa vingança indiscriminada sobre tudo o que lhe represente a raça, os costumes, as ideias que ele odeia – sobre os homens e sobre os espelhos. Isto não se dá só em país muçulmano. Sempre que os parisienses invadiam as Tulherias, rasgavam à ponta de sabre o cetim das poltronas...

Colocou-se a população de Alexandria, por tais excessos, fora da humanidade? Os ingleses dizem que sim; eu digo que nós teríamos feito o mesmo, nós, europeus, cristãos e podres de civilização. Se, quando os alemães estavam bombardeando Paris, os parisienses vissem no centro da sua cidade um bairro exclusivamente alemão, compacto, monumental, luxuoso, erguido pelo dinheiro que o alemão ganhara a explorar a França, resistiriam os parisienses, os mais civilizados dos mortais, a besuntá-lo de petróleo e fazê-lo flamejar por uma bela noite de inverno?

A resposta é fácil, lembrando-nos que quando, por seu turno, o Sr. Thiers, esse homúnculo de Estado, bombardeou Paris, os parisienses apressaram-se a destruir o palacete do Sr. Thiers.

Foi Arabi que ordenou o incêndio de Alexandria? Não, evidentemente. Arabi não é um patriota selvagem, do tipo desse Rostopchine que queimou Moscou; é um felá fino e sagaz, que sabe que na Europa, na Inglaterra sobretudo, onde afetamos todos uma sensibilidade humanitária, nada desacredita mais que uma fria crueldade. Basta observar a atitude polida, quase paternal, que ele toma com os prisioneiros ingleses – o guarda-marinha Chair, por exemplo.

Quando este oficial foi levado ao acampamento árabe, Arabi disse-lhe logo, depois de um *shake-hands*: “Escreva a sua mãe, conte-lhe que está entre mãos leis e tire-a de inquietações...”

Isto era decerto sincero – mas sobretudo hábil; e uma tal palavra voou direita ao coração de todas as mães inglesas. Desde os conflitos de Alexandria, o empenho de Arabi tem sido proteger os europeus que ainda restam nas vila do interior. Os cadis que não evitaram o massacre dos empregados do caminho de ferro do Delta foram decapitados. A ele se deve a tranquilidade do Cairo, onde existe uma enorme massa de propriedade e riquezas europeias. Que ganharia Arabi em destruir esta próspera cidade egípcia, no começo da campanha e com o seu exército intacto? Apenas a fama de um monstro boçal.

À Inglaterra cabe a responsabilidade da catástrofe. As bombas do almirante talvez, com efeito, não tivessem

arrasado mais que alguns casebres árabes; mas à imprevidência do governo se deve a ruína de Alexandria.

Desde o meado de junho, o mais experiente, mais autorizado dos seus agentes diplomáticos, o Sr. E. Malet, cônsul-geral do Egito, não cessou de bradar – que se o bombardeamento era inevitável, Sir Beauchamp Seymour devia ter tropas de desembarque, para ocupar a cidade, apenas os fortes fossem destruídos, e impedir assim que, no caso provável de Arabi se retirar para o interior, ela ficasse à mercê de uma plebe semibárbara...

Nada disto se fez.

Sir Beauchamp Seymour bombardeou, arrasou, repeliu virtualmente de Alexandria a Arabi, a única força que continha uma população de cem mil fanáticos – e, depois, ficou a bordo do seu couraçado, vendo tranquilamente arder, diante de si, uma das mais ricas cidades do Mediterrâneo.

Por outro lado, a quem aproveitava o incêndio? À Inglaterra. O pretexto de que os fortes punham em perigo os couraçados britânicos só autorizava, perante os escrúpulos da Europa, a destruir os fortes, não a ocupar a cidade. Agora, porém, que ela estava em chamas, abandonada à anarquia, à pilhagem, ao ataque das hordas beduínas que corriam do deserto – agora ela tinha o direito – mais, ela tinha o dever! – de desembarcar e ir salvar de uma total aniquilação tanta riqueza, tão esplêndido centro de comércio!...

Generosa Inglaterra! E desembarcou logo, aquartelou tropa, plantou bandeira. Tinha diante de si um monte de ruínas, e em poucos dias foi dando forma a uma Alexandria nova, já com feição inglesa e administrada à inglesa.

Os incêndios foram dominados; as ruas desentulhadas; estabeleceu-se uma polícia terrível, que executava sumariamente os ladrões e os incendiários; abasteceu-se a cidade; a alfândega reabriu as portas; em substituição das lojas destruídas, armaram-se barracões de venda; o maquinismo judicial foi posto em movimento; reparou-se a fábrica do gás, a cidade foi reiluminada; os bancos voltaram a funcionar.

E como era necessária uma autoridade, em nome de quem se reorganizasse a vida municipal, os ingleses, que apenas estão ali (diziam eles) como um corpo de polícia, foram buscar o que devia a uma casa dos arredores, onde ele se refugiara durante o bombardeamento, e instalaram-no solenemente no palácio de Ras-el-Tin, palácio meio ardido, onde ele é uma autoridade meio morta!...



Desde este momento, a situação tornou-se muito definida, muito simples. Os ingleses possuíam, governavam Alexandria, tão naturalmente como se ela estivesse situada no condado de Yorkshire; e defronte de Alexandria, nessa espécie de istmo arenoso que a liga à terra do Delta, estava Arabi num acampamento entrincheirado, governando daí todo o vale do Nilo e o deserto até ao mar. Os ingleses recebiam incessantes reforços de casa e da Índia. Arabi chamava à guerra contra os ingleses todo o povo felá. A Inglaterra preparava uma invasão; Arabi organizava uma grande defesa nacional. Nada mais claro. A questão é entre a Inglaterra, procurando estabelecer um protetorado sobre o Egito, arrancar-lhe as cidades estratégicas que dominam o canal, e Arabi Paxá, um patriota que quer o Egito para os egípcios, que receia a proteção

do estrangeiro como a pior desgraça de um país fraco e que entende que, pelo fato de que Alexandria, Port Said e Suez se acham desgraçadamente no caminho da Índia, não é motivo para que se tornem guarnições inglesas. E dos dois lados, grande entusiasmo.

Em Londres, onde acabou a *season* e começa a monotonia das praias de banhos, o partir para conquistar o Egito passou a considerar-se uma feliz aventura. Se o Ministério da Guerra o consentisse – toda a mocidade de ouro, ou apenas de latão dourado, se alistaria, porque é do mais requintado chique ir dar cabo de Arabi!

O duque de Connaught, um dos filhos de Sua Majestade a rainha, faz parte da expedição, e o duque de Teck, seu cunhado, não sendo militar, partiu, diz-se, como simples empregado do correio. Os oficiais dos regimentos de guardas, essa pura nata da aristocracia e flor da finança, tiveram a ventura de ver os seus luxuosos regimentos, de ornamentação monárquica, expedidos para o Egito; somente este natural prazer foi em parte estragado pela severidade do Ministério da Guerra, que, como se tratava de uma campanha e não de um torneio, não consentiu que esses gentis-homens fossem seguidos por equipagens, criados de librés, tendas de luxo e caixas de vinho de Champagne.

Um destes oficiais exprimiu alto a sua indignação porque o estado-maior só lhe consente três cavalos de sela, dois criados de quarto e cinco malas de bagagem!

Por outro lado, ao comprido do Nilo, toda a população felá se declarou por Arabi; como por ele se declararam as classes letradas, as mesquitas, os ulemás, os coptas, os próprios príncipes parentes do quediva.

Os *mudirs*, governadores de províncias, pagam-lhe a ele os impostos. Os xeques do deserto mandam-lhe a sua cavalaria.

E este ardor é tanto maior quanto Arabi Paxá foi de há muito profetizado; já a sua inesperada entrada no governo se considerou um advento divino; e este rebelde (como outros rebeldes que tão gloriosamente fizeram o seu caminho na Terra e no céu) é messias!

Uma antiga profecia muçulmana anuncia que no século décimo terceiro da Hégira nascerá à beira de um grande rio um homem de raça vil, pelo nome Ahmet, que se revoltará e restaurará o esplendor do Islão; ora, os árabes estão no século XIII da Hégira, e Arabi, cujo nome é Ahmet, cuja origem é felaína, tendo nascido numa aldeia à margem do Nilo, revoltou-se contra o seu califa. Assim, ele reúne o duplo prestígio de um espártaco e de um Cristo.

Concentrada a questão entre uma poderosa nação invasora e um patriota que defende o seu solo – a Europa tomou logo a sua tradicional atitude: isto é, murmurou algumas palavras de branda admoestação e depois recuou para longe a observar como um braço forte sabe usar da sua força, a estudar como se consuma a espoliação de um fraco.

Nos últimos quinze anos, a Prússia roubou a Dinamarca, e depois foi pela Alemanha saqueando reinos e grão-ducados; em seguida, desmembrou a França; mais tarde a Rússia espatifou a Turquia; há dois anos, subitamente, a República Francesa caiu sobre Túnis, e empolgou esse desventurado estado barbaresco. Em cada um destes casos a Europa comportou-se como um coro das óperas de antiga escola, quando membrudo barítono, aí pelo quarto ato, erguia o ferro sobre o tenor gentil e magrizela; o coro adianta-se,

modula uma larga frase, agita os braços em cadência, faz o comentário amargo da ação, brada talvez: “Suspendei!” Depois, afastando-se em grande compostura, deixa à boca da cena o tirano barbudo sondando tranquilamente com a ponta da lâmina o interior do galã...



Não falemos mais na Europa. Não há, nunca houve Europa, no sentido que esta palavra tem em diplomacia. Há hoje apenas um grande pinhal de Azambuja, onde rondam meliantes cobertos de ferro, que se odeiam uns aos outros, tremem uns dos outros, e, por um acordo tácito, permitem que cada um por seu turno se adiante – e assalte algum pobre diabo que vegeta ou trabalha ao canto de seu cerrado. Nas largas e bem traçadas estradas do direito internacional, alumiadas por Ortolan e outros lumes, rouba-se de carabina alta e rompem a cada momento brados de povos assassinados. A Europa, como os campos de corridas em Inglaterra, devia estar coberta destes avisos em letras gordas: *Beware of pick-pockets!* (“Cautela com os salteadores!”).

A pequena propriedade política tende a acabar. Toda a terra vai em breve reunir-se nas mãos de quatro ou cinco grandes proprietários... Ontem, era Túnis – porque a França necessita proteger a fronteira da Argélia. Hoje, é o Egito – porque a Inglaterra precisa assegurar o caminho da Índia. Amanhã, será a Holanda – porque a Alemanha não pode viver sem colônias. Depois, a Sérvia – por motivos que a seu tempo a Áustria dirá. Mais tarde, a Romênia – porque a Rússia é forte. Depois, a Bélgica – porque sim. Depois...

Este assunto é lúgubre. Voltemos ao vale do Nilo!

VI

SITUAÇÃO DOS EXÉRCITOS –
O NILO, A SECA, OS AREAIS

OS PERIGOS DE UM *JEHAD* –
O CETICISMO MUÇULMANO

O MUNDO INGLESA-SE –
FILÁUCIAS DE JOHN BULL

*Postos estão frente a frente
Os dois valorosos campos...*

Esta melancólica xácara que, se bem me recordo, chora as desgraças de Alcácer Quibir – serve para pintar graficamente a situação estratégica de ingleses e egípcios, desde que se abriu a campanha.

Para compreenderem bem, imaginem um grande A. O triângulo interno da letra é o Delta – essa terra amada dos deuses, tão rica que ela só por si, outrora, alimentou o Império Romano; ao alto da letra, na ponta, está o Cairo – de sorte que um poeta persa pôde dizer gentilmente que o Delta é um leque verde fechando sobre um botão de diamante que se chama o Cairo. À base da perna direita do A fica Alexandria, e aí permanece uma parte do exército inglês, defendido pelas fortificações de Ramleh – e tendo diante de si, a tiro de peça, o grande campo entrincheirado de Arabi Paxá, que se chama Kraf-

-Daonar, contendo dezoito mil egípcios, enormes parques de artilharia e fechando a marcha pelo Delta. A outra parte do exército inglês, comandada pelo próprio general em chefe Sir Garnet Wolseley, dirigiu-se por mar à base da perna esquerda do A, que é, pouco mais ou menos, Ismaília, e daí subiu por essa linha até Kassassine, onde parou e se fortificou; achando-se igualmente a pouca distância outro enorme campo entrincheirado, onde Arabi tem quinze mil homens, que se chama Tel-el-Kebir. E estes quatro campos, postos frente a frente e observando-se, constituem até hoje a guerra do Egito.

Para chegar, pois, ao Cairo, seu objetivo militar e político, Sir Garnet precisa tomar as posições egípcias de Kraf-Daonar, se quiser ir pelo Delta – e as de Tel-el-Kebir, se tentar avançar pelo deserto.

Até hoje os quatro campos limitam-se a trocar entre si, em certas escaramuças, algumas lânguidas balas. Os jornais de Londres, naturalmente, noticiam estes tiroteios de vanguarda com um tremendo aparato de letras de palmo, mapas litografados e largos rufos de prosa – fazendo maior alarido do que se tivesse sido pelejada de novo a batalha de Waterloo; mas isto é simplesmente para promover a venda do número.

Os egípcios, entrincheirados em seus campos, contam com poderosos aliados: do lado do Delta, confiam no Nilo, o velho e bondoso Nilo, que não poderá deixar de ser fiel àqueles que há séculos nutre, e que, dentro em pouco, inundando as terras do Delta e ajudado pelos engenheiros de Arabi, que certamente obstruirão os canais, terá convertido num imenso estendal de lamas inatravessáveis esse caminho do Cairo, o mais favorável para os ingleses,

pois seria como marchar numa rica e infundável granja, entre pomares, jardins, frescuras e celeiros cheios... Do lado do deserto, os egípcios contam com o sol, com a seca e com a areia. Pode-se imaginar o que sofrerão essas tropas do frio Norte, marchando em areais abrasados numa reverberação de luz que estonteia, sob um calor tão tórrido que o “metal dos estribos cresta os botins”, e tendo para beber só água barrenta, que é necessário ferver primeiro! Já as insolações, as disenterias, a nostalgia, dizimam os regimentos – e como o comissariado inglês, sempre mau, encontra aqui dificuldades de transporte, as tropas de Sua Majestade a rainha Vitória “já têm sofrido fome!” Ah!, custa caro o caminho das Índias!

Além destes aliados que ele possui na natureza, Arabi espera ainda nas tribos beduínas e nessas hordas errantes de árabes a cavalo que estão chegando do lado de Trípoli a combater o *cão estrangeiro*, e que, se diz, constituem um reforço de trinta mil homens...

Por seu lado, os ingleses contam apenas consigo. E isto não é pouco. Como diz a sua célebre canção de guerra – “eles têm os navios, têm o dinheiro e têm os homens”... Têm também essas magníficas tropas hindus, que riem do sol, da seca e das areias da África. E isto levou Sir Garnet a declarar que a campanha estaria finda no dia 15 de setembro. É verdade que nós estamos a 7 de setembro, e ele, entrincheirado em Kassassine, tendo diante de si a barreira formidável de Tel-el-Kebir, ainda está pedindo reforços. Mas isto prova só que esse raio de guerra, tendo hábitos diferentes dos de César, “chegou, viu e refletiu”. Demos-lhe mais um mês; demos-lhe três largamente; o certo será que ao fim deste ano Arabi, os seus campos, o seu exército, a sua bela aspiração a uma

nacionalidade egípcia, tudo isso se terá esvaído – como se esvai uma nuvem nesse seco céu africano.

Os ingleses poderão sofrer reveses, perder milhares de homens, gastar milhões de libras; mas, tendo uma vez comprometida a honra da sua bandeira com um fim de engrandecimento imperial, não embainharão a espada antes de ter instalado na cidadela do velho Cairo, ao som do *God Save the Queen*, um governador inglês.

Evidentemente, o Sr. Gladstone fala apenas de “restabelecer a ordem e restaurar o quediva”. Meras locuções diplomáticas. O *Times*, que é o verbo de Inglaterra, esse fala sem rebuço em *protetorado*. E há muitos ingleses, ainda menos reservados que o *Times*, que dizem, redonda e secamente – *conquista*.

Mesmo quando o Sr. Gladstone, que é, a seu modo, um democrata dentro dos limites do Evangelho, e o seu ilustre colega Lord Granville, que é um jurista e um diplomata, quisessem, em respeito ao liberalismo, à Europa, ao direito internacional e a outras coisas vagas, deixar o Egito reorganizar-se a si mesmo – saindo eles de lá com as mãos vazias, depois de terem suprimido Arabi e o seu turbulento partido – a Inglaterra inteira, em massa, protestaria contra esse filosófico desinteresse...

Há alguém aí assaz ingênuo para supor que John Bull, essa torre de senso prático, consentiria em que se lhe dizime o exército, em que se lhe gaste o dinheiro como ele gasta a água das fontes, em que se lhe aumente o *income tax* – só para que o quediva, esse amável moço, continue a fumar o narguilé do poder sob as sombras dos jardins de Chubra? John Bull não ficará satisfeito senão com este resultado maciço e duradouro – um *Egito inglês*, tendo dentro do seu

território, como um corredor de casa particular, o canal de Suez, caminho das Índias. Um ministério que, depois de ter enterrado nos areais da África milhões de libras e milhares de vidas, não lhe der isto – receberá no mesmo instante, na parte posterior da sua individualidade, o bico da bota de John.

Mas se Arabi, derrotado, conseguir levar o xerife de Meca a proclamar contra a Inglaterra um *jehad* – que é uma guerra santa, uma cruzada, um levantamento em massa do mundo muçulmano?

Bons espíritos, em Inglaterra, dizem ser este um grande perigo – pois que só na Índia há cinquenta milhões de maometanos. Eu não creio, porém, que haja aqui motivo para John Bull empalidecer. E lamento-o! Porque é de um belo pitoresco essa ideia de um *jehad* com o seu cerimonial – o xerife de Meca desenrolando o estandarte verde de Maomé, os doutores do Islão assinando todos o *fatva* fatal, e logo, de cada canto da Ásia e da África, a torrente dos crentes precipitando-se em nome de Alá! Belo motivo de ode – a que não corresponde nenhuma realidade...

Em primeiro lugar, nunca se fez! O Crescente tem sido muitas vezes humilhado pela cruz, o Islão tem recebido na face a mão da Europa cristã, o califa tem falado repetidamente em proclamar um *jehad* – e todavia o estandarte do profeta continuou enrolado nos sacrários de Meca. E a minha opinião é que se ele fosse um dia desenrolado – haveria apenas um pedaço de pano verde mais, flutuando ao vento do céu.

E querem que lhes diga por quê? Porque penso que os muçulmanos estão a esta hora tão cétricos como nós outros, os cristãos. Nas areias do deserto, como nas nossas

praças alumiadas a gás – já não será fácil encontrar mil homens de boa vontade que peguem em armas em nome do seu Deus.

Decerto todo o bom muçulmano, a certas horas do dia, se orienta para o lado de Meca e se prostra nas reverências rituais; pura questão de educação, de boas maneiras, de hábito, como nós outros tiramos o chapéu ao passar por um calvário de aldeia. Ou então, superstição vaga, vago terror nervoso, como o de certos filósofos e positivistas das minhas relações, que sempre, ao saltar da cama, fazem o sinal da cruz.

Dentro do Alcorão vê-se já o caso melancólico de uma lei divina ir caindo em desuso. O sultão recebe a jantar os embaixadores e bebe com eles champanhe; a polícia do Cairo prende os santos dervixes vagabundos, e já não é respeitado o jejum do Ramadão.

Como o nosso Evangelho, a palavra de Maomé vai-se tornando objeto de poesia, de comentário, de controvérsia. Há Renans no Islão; e o verbo divino, uma vez analisado, deixa de inspirar a fé que leva à morte.

O mundo muçulmano está no seu século décimo terceiro, na sua plena Idade Média, e certamente há muito beduíno sob a tenda, tão crente, tão penetrado de Maomé, como aqueles corações simples que, ainda há pouco, no deserto dos nossos claustros, choravam ao ler a paixão de Jesus; mas não creio que mesmo esses patriarcas deixassem os seus oásis, os seus rebanhos, os seus haréns, para virem gratuitamente, sem outro pré a não ser o sorriso das huris nos jardins do Paraíso, suportar o fogo dos canhões *Krupp*. E enquanto às classes cultas de Constantinopla, do Cairo, de Esmirna, de Túnis, essas acreditam tanto na promessa

das huris como nós outros, aqui em Regent Street, nas palmas verdes da bem-aventurança e no coro dos serafins...

Por todo o universo a religião desaparece das almas; e apenas lá fica essa vaga religiosidade, feita em parte do abalo que deu ao nosso coração uma tão longa sujeição ao sobrenatural, em parte do confuso terror que impera neste grande universo que nos cerca, tão simples e tão mal compreendido. Neste estado negativo, de passividade na dúvida, não se gera facilmente um impulso de ação forte. Um *jihad* no Islão é tão impraticável – como uma cruzada no cristianismo. Pedro Eremita hoje iria acabar na polícia correcional, por perturbador da ordem pública e das relações internacionais; e os fanáticos que ainda hoje, às portas das mesquitas do Cairo, bradam contra o turista estrangeiro as injúrias aconselhadas pela boa doutrina, são imediatamente levados para a enxovia, por fazerem alarido nas ruas!

Maomé, nas suas mesquitas, Cristo, nas nossas capelas, vão singularmente envelhecendo; o nosso messias vai-se cobrindo pouco a pouco do pó que levanta o forte arado da razão, lavrando um mundo novo; e o profeta do Islão, tendo perdido a força da sua unidade, subdividido em mil profetas menores que presidem a mil seitas diferentes, mal pode resistir à lenta avançada da civilização ocidental. E com Cristo e Maomé, que eram os príncipes militantes e vivos das suas religiões, desaparece o que nessas religiões havia de vivo e de militante. Resta Deus, resta Alá. Sublimes abstrações, incapazes de inspirar amor ou heroísmo.

O que mais faz amar a divindade é a quantidade de humanidade que ela encerra. Clóvis batia-se por Jesus, que tinha um peito de homem como o dele, e nesse peito

humano, cinco chagas abertas; Solimão morreria feliz por Maomé, que era como ele um guerreiro e, como ele, amava a beleza.

Mas quem se vai bater por Deus, por Alá, essas entidades tão vastas que enchem todo o céu, e tão pequenas que não bastam a satisfazer o nosso coração; que nos são subalternas, porque são feitas à nossa imagem, e são no fundo a nossa própria alma alargada até ao infinito com todas as suas fraquezas?!

De resto, é possível que eu esteja aqui atribuindo a fortes corações de Meca e do deserto os ceticismos literários de Pall-Mall e do Bulevar de la Madeleine. Que sabemos nós do que se passa dentro do Islão? Tão pouco como os letrados da Mesquita de Al-Azhar sabem o que por cá vai dentro do nosso confuso catolicismo.



Mas, mesmo que se efetuasse um *jehad*, seria apenas motivo para a Inglaterra gastar mais alguns milhões e sacrificar mais alguns regimentos. Nem o Alcorão, nem o famoso estandarte verde, nem o próprio Maomé, que voltasse à Terra a desfraldá-lo, impediriam que John Bull se estabeleça no Egito.

Já lá está, nunca mais de lá sairá!

Estão em toda a parte, esses ingleses! O século XIX vai findando, e tudo em torno de nós parece monótono e sombrio – porque o mundo se vai tornando inglês. Por mais desconhecida e inédita nos mapas que seja a aldeola onde se penetre, por mais perdido que se ache num obscuro recanto do universo o regato ao longo do qual se caminhe – encontra-se sempre um inglês, um vestígio de vida inglesa!

Sempre um inglês! Inteiramente inglês, tal qual como saiu da Inglaterra, impermeável às civilizações alheias, atravessando religiões, hábitos, artes culinárias diferentes, sem que se modifique num só ponto, numa só prega, numa só linha o seu protótipo britânico. Hirtos, escarpados, talhados a pique, como as suas costas do mar, aí vão querendo encontrar por toda a parte o que deixaram em Regent Street, e esperando *pale-ale* e *roast-beef* no deserto de Petreia; vestindo no alto dos montes sobrecasaca preta ao domingo, em respeito à Igreja Protestante, e escandalizados que os indígenas não façam o mesmo; recebendo nos confins do mundo o seu *Times* ou o seu *Standard*, e formando a sua opinião, não pelo que veem ou ouvem ao redor de si, mas pelo artigo escrito em Londres; impelindo sempre os passos para a frente, mas com a alma voltada sempre para trás, para o *home*; abominando tudo o que não é inglês e pensando que as outras raças só podem ser felizes possuindo as instituições, os hábitos, as maneiras que os fazem a eles felizes na sua ilha do Norte!

Estranha gente, para quem é fora de dúvida que ninguém pode ser moral sem ler a Bíblia, ser forte sem jogar o críquete e ser *gentleman* sem ser inglês!

E é isto que os torna detestados. Nunca se fundem, nunca se *desinglesam*. Há raças fluidas, como a francesa, a alemã, que, sem perderem os seus caracteres intrínsecos, tomam ao menos exteriormente a forma da civilização que momentaneamente as contém. O francês no interior da África adora sem repugnância o manipanso, e na China usa rabicho. O inglês cai sobre as ideias e as maneiras dos outros como uma massa de granito na água; e ali fica pesando, com a sua Bíblia, os seus clubes, os seus *sports*, os

seus prejuízos, a sua etiqueta, o seu egoísmo – tornando-se na circulação da vida alheia um incomodativo tropeço.

É por isso que nos países onde vive há séculos é ele ainda o estrangeiro.

Em toda a parte onde domine e impere, todo o seu esforço consiste em reduzir as civilizações estranhas ao tipo da sua civilização anglo-saxônia. O mal não é grande quando eles operam sobre a Zululândia e sobre a Cafraria, nessas vastidões da Terra Negra, onde o selvagem e a sua cubata mal se distinguem das ervas e das rochas, e são meros acessórios da paisagem; aí encontram apenas uma matéria bruta, onde nenhuma anterior forma de beleza original se estraga quando eles a refundem para fazer à sua imagem. Vestir o desventurado rei negro Cetevaio como eles agora fizeram de coronel de infantaria; obrigar os chefes dos basutos a saber de cor os nomes da família real inglesa, são talvez atos de feroz despotismo, mas não deterioram nenhuma primitiva originalidade de linha ou de ideia. Para Cetevaio, que andava nu, uma fardeta, mesmo de infantaria, não faz senão vesti-lo; e é indiferente que dentro do crânio dos basutos haja só fórmulas de invocação ao manipanso, ou também nomes de príncipes da Casa de Hanover.

Mas quando eles trabalham sobre antigas civilizações como a da Índia, onde existem artes, costumes, literaturas, instituições, em que uma grande raça pôs toda a originalidade do seu gênio – então a política anglo-saxônia repete pouco mais ou menos o atentado sacrílego de quem desmantelasse um templo búdico belo como um sonho de Buda, para lhe dar na sua reconstrução as linhas hediondas do Stock Exchange de Londres; ou ainda de quem se fosse ao mármore divino da Vênus de Milo e tentasse, à força

bruta de martelo e cinzel, dar-lhe o feitio, as suíças e a sobrecasaca de Lord Palmerston! A expansão do inglês para o Oriente, seu objetivo imperial, seria tolerável, mesmo aos nervos de um artista – se ele se contentasse em levar para lá os seus tecidos, as suas máquinas, os seus telégrafos, os seus *railways*, deixando depois que essas raças usassem esse colossal material de civilização em se desenvolverem no sentido do seu gênio e do seu temperamento. Que por todos os modos se forneça à santa cidade de Hyderabad gasômetros e iluminação – mas, por Deus!, que se não metam à força bicos de gás dentro dos seus templos, se isso ofende os seus ritos e repugna ao seu gosto! Que a Índia, por exemplo, seja coberta de caminhos de ferro, fornecidos pelos industriais de Northumberland e pagos pelo índio – excelente! Mas ao menos que as aldeias onde eles passam, essas aldeias que os mesmos ingleses descrevem como pequenos paraísos de paz, de trabalhos simples, de costumes doces, de frugalidade, de frescura, de beleza moral, não sejam tornadas tão tristes como as tristes paróquias de Yorkshire, introduzindo-se logo lá o *policeman*, o depósito de cerveja, a capela protestante de tijolo, o livreiro de Bíblias, o vendedor de gin, a fumaraça de uma fábrica, a prostituição e a *workhouse*!...

Mas deixemos isto. É fácil maldizer da Inglaterra. Basta abrir os livros dos seus grandes homens, desde Thackeray, o artista que, com um tão frio rancor lhe fez a sátira sangrenta, até Carlyle, o filósofo que passou a existência a fulminá-la com uma tumultuosa cólera de profeta...

Da Inglaterra pode-se dizer que – ao contrário da generosa França – as suas virtudes só a ela aproveitam e os seus vícios contaminam o mundo.

É à Inglaterra que se deve o egoísmo crescente que nos vai petrificando o coração – esse egoísmo tão particularmente inglês que faz com que em Hyde Park, no seu centro de luxo, trezentas pessoas, em torno de um lago, vejam uma pobre criança afogar-se sem que nenhuma se incomode a tirar o charuto da boca para lhe estender uma tábua! É à Inglaterra que devemos esta crescente hipocrisia que invade o mundo, e que faz com que em Londres, nos cartazes que anunciam as peças de Sardou ou Dumas, se ajunte esta estupenda declaração: “Adaptada às justas exigências da moralidade inglesa” – enquanto na rua, por baixo desses mesmos cartazes, rola sem cessar a mais vil torrente que o mundo viu de bêbados e de prostitutas!

Mas deixemos as máculas da Inglaterra; a lista é longa; quero só aludir a um outro abominável defeito que ela sempre teve, e que agora desenvolveu em proporções intoleráveis – a sua espantosa filáucia, a sua ruidosa bazófia, o seu tremendo ar *mata-sete!*

É sobretudo neste momento, desde o começo da guerra do Egito, que os que, como eu, amam a Inglaterra sofrem em lhe ver estes extravagantes modos de valentão de romance picaresco. Os telegramas que os correspondentes dos jornais enviam das operações da guerra, sobretudo os comentários dos próprios jornais, seriam lamentavelmente grotescos, se não fossem odiosamente impertinentes. Os franceses (que não são modestos) puseram trinta mil alemães fora de combate na batalha de Gravelotte e, todavia, não fizeram a décima parte do alarido, da gloriola, do espalhafato com que os ingleses celebraram a escaramuça de Ramleh, onde os egípcios perderam quarenta e tantos homens! Parece faltar-lhes o sentimento da proporção das coisas; um correspondente do *Daily News* anunciava há dias como

um feito heroico, digno de ir à posteridade, o terem alguns soldados em marcha dado um pedaço de pão de munição a um árabe que morria de fome à beira de um caminho! Era espanto de encontrar dentro de peitos ingleses um resto de piedade humana? Não. Queria provar que nenhum exército no mundo faz a guerra com uma tão profunda clemência!

Ou celebrem o aspecto físico dos regimentos ou a afinação das bandas de música, a pontaria dos artilheiros ou a forma dos capacetes, os talentos do Estado-maior ou a excelência da bolacha de munição – vem logo, em letras gordas, a frase tola: “O que há de melhor no mundo!”

Faz uma vedeta inglesa fogo sobre uma vedeta egípcia e depois recolhe à trincheira? Logo este fato é declarado “tão nobre pelo heroísmo como hábil pela prudência!”

Os coros que se entoam em torno do general Wolseley pertencem à pura farsa.

Eu quero crer que ele é um grande homem – ainda que por ora nada mais fez que debandar uma pobre horda de negros armados de flechas que vegetavam junto a não sei que rio da África; mas que se pode pensar quando se lê no *World* e em outros papéis que ele é o “maior general do século”? Onde vive um certo Moltke? Quando existiu um chamado Napoleão?

O melhor, mais bem feito, mais importante jornal de Londres, a *Pall-Mall Gazette*, envergonhado de tudo isto, explica, com a sua usual habilidade, que estas fanfarronadas não são destinadas à Europa – mas ao Egito, “para levantar o moral das tropas”! Têm pois esses regimentos em campanha, nos areais da África, diante de um inimigo formidável, vagares para ler as gazetas? Recebe cada soldado

raso, com o seu rancho da manhã, um número do *Times*? A respeitável *Pall-Mall* blagueia. Para animar, recompensar as tropas, lá estão as proclamações dos generais. Aí, sim, a ênfase deve correr em torrentes; e quando um desgraçado homem, depois de ter marchado todo um dia, com fome, com sede, com os pés em sangue na areia e um céu de fogo nas costas, volta à noite ao acampamento, estendido numa maca, com duas balas no corpo – não é muito que se lhe diga que ele é o primeiro soldado do mundo!

É também “para levantar o moral das tropas” que o *Times* e o *Spectator* falam, de mão na cinta e suíça ao vento, de “impor à Europa a vontade da Inglaterra”?

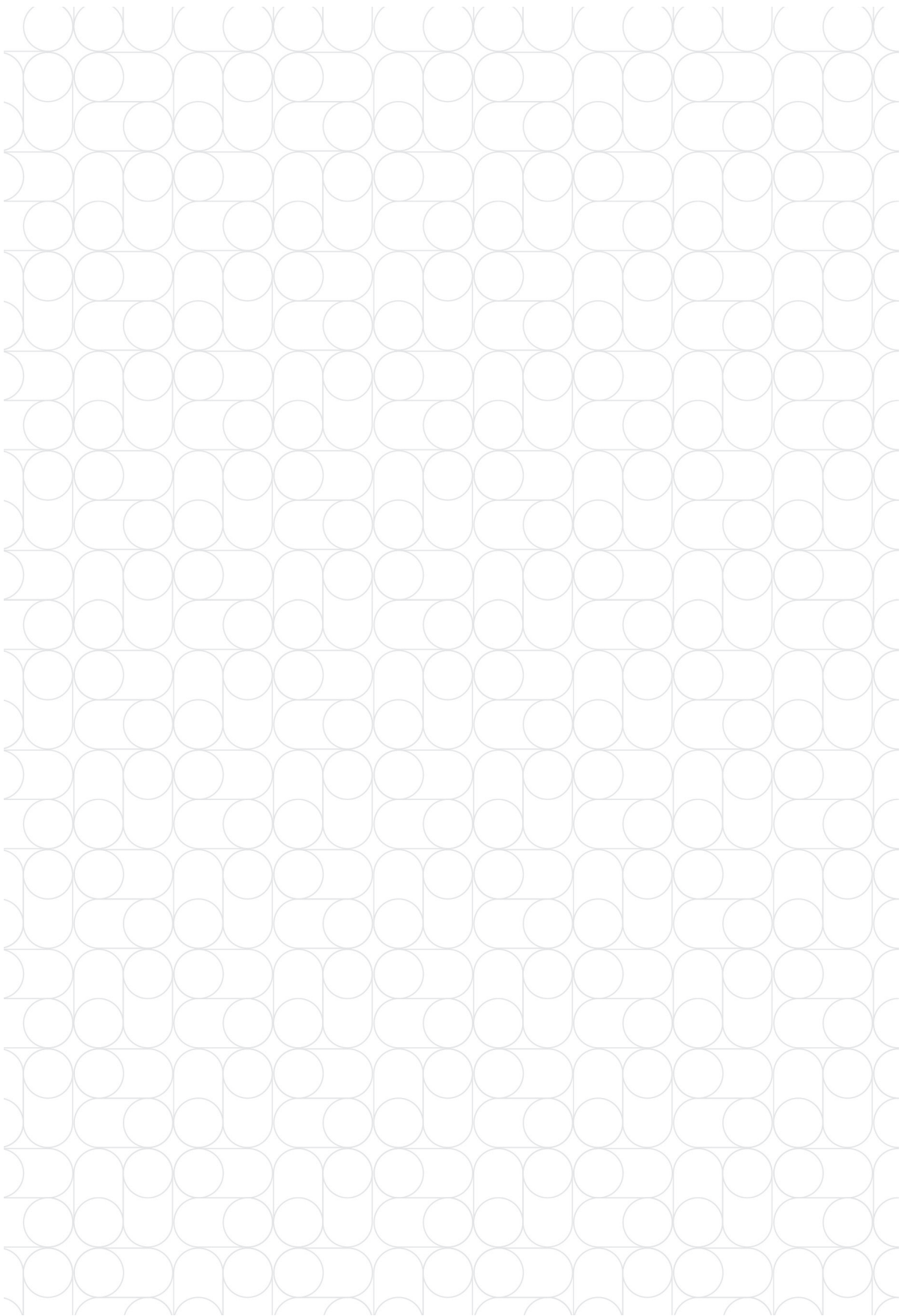
Não; é mera fanfarronada.

E não é só nos jornais. Entre-se num clube, num restaurante; converse-se com um conhecido, entre duas chávenas de chá – e vem logo a mesma jactância de roncador: “Vamos dar cabo de tudo. Temos dinheiro a rodo. Cá ao pulso inglês nada resiste... E se o mundo respinga, quebram-se-lhe as ventas!...”

A Inglaterra perdeu as suas boas maneiras.

É forte, decerto – mas fala da sua força com a brutalidade de um Hércules de feira que esbugalha os olhos e mostra os músculos; é rica, decerto – mas fala do seu dinheiro com a grosseria de um ricaço que abarrota fazendo tinir as libras na algibeira...

Onde está a famosa *self-possession* da Inglaterra e a sua tranquila dignidade? John Bull tornou-se Ferrabrás. Ora, uma muito velha banalidade ensina-nos que não há verdadeira força sem serenidade, e que sem modéstia não há verdadeira grandeza.



O BRASIL E PORTUGAL

Os jornais ingleses desta semana têm-se ocupado prolixamente do Brasil. Um correspondente do *Times*, encarregado por esta potência de ir fazer pelo continente americano uma “vistoria social” definitiva, deu-nos agora, em artigos repletos e maciços, o resultado do seu ano de jornadas e de estudos.

O último artigo é dedicado ao Brasil; eu, que nunca visitei o império, não tenho naturalmente autoridade para apreciar essas revelações (porque o correspondente toma a atitude de um revelador) sobre a religião, a cultura, os produtos, o comércio, a emigração, o caráter nacional, o nível de educação, a situação dos portugueses, a dinastia, a constituição, a república *et de omni re brasiliensi*, e não posso transcrevê-las também porque elas enchem, no *Times* vasto como é, mais espaço que o próprio Brasil ocupa no território da América do Sul. Esse artigo excitou o interesse e os comentários da *Pall-Mall Gazette* e de outros jornais, e aí se rompeu a falar do Brasil com simpatia, com curiosidade, com essas admirações ingênuas pela sua rutilante flora,

esse pasmo quase assustado pela sua vastidão, que decerto tiveram nossos avós quando o bom Pedro Álvares Cabral, largando a procurar o preste João, voltou com a rara nova das terras entrevistas do Brasil...

Devendo mostrar-lhes a opinião presente da Inglaterra sobre o Brasil, desses artigos floridos, escolho o do *Times*, anotando e glosando o trabalho do seu enviado. (É deste modo respeitoso que se deve falar sempre de um correspondente do *Times*.)

Começa, pois, o grande jornal da *City* por dizer – “que a descrição do vasto império do Brasil com que foi fechada a série das *cartas sobre o continente americano* deve ter feito transbordar o sentimento de admiração pelo esplendor”, etc. Seguem-se aqui naturalmente vinte linhas de êxtase. É, em prosa, a ária do quarto ato da *Africana*: Vasco da Gama de olhos úmidos e coração suspenso no enlevo de tanta flor prodigiosa, de tão raros cantos de aves raras...

Depois vem o espanto clássico pela extensão do império: “Só o simples tamanho de um tal domínio (exclama) na mão de uma diminuta parcela da humanidade é já em si um fato suficientemente impressionador!”

E todavia esta admiração do *Times* pelo gigante é misturada a um certo patrocínio familiar, de ser superior – que é a atitude ordinária da Inglaterra e da imprensa inglesa para com as nações que não têm duzentos couraçados, um Shakespeare, um Bank of England e a instituição do *roast-beef*... Neste caso do Brasil, o tom de proteção é raiado de simpatia...

Depois o artigo rompe de novo num hino: “A natureza no Brasil não necessita do auxílio do homem para

se encher de abundâncias e se cobrir de adornos!... Para seu próprio prazer planta, ela mesma, luxuriantes parques! E não há recanto selvagem que não faça envergonhar as mais ricas estufas da Europa...” Isto é decerto exato: mas o *Times*, receando que os seus leitores viessem a supor que a natureza do Brasil está de tal modo repleta, tão indigestamente atestada, que não permite, que se recusa com furor a receber no seu ventre empanturrado uma semente mais sequer – apressa-se a tranquilizá-los: “Mas (diz este sábio jornal judiciosamente) ainda que a natureza dispense bem todo o trabalho do homem, que outros solos menos generosos requerem para se abrir em flores e frutos, *não o repele todavia.*” Isto sossega os nossos ânimos; ficamos assim certos que nenhum fazendeiro, nos distantes cafezais, ao atirar à terra, a *terra-mãe*, com a enxada fecundadora, a semente inicial, corre o risco atroz de ser por ela atacado a pedrada ou a golpes de bananeira... Nem outra coisa se podia esperar da doce e pacífica Ceres.

Tendo assim floreado, de penacho oratório ao vento, o *Times* investe com as ideias práticas. E começa por declarar que, segundo o copioso relatório do seu correspondente, “o que surpreende na América do Sul (se excetuarmos aquela tira de terra que constitui a República do Chile, e alguns bocados da costa do enorme Império do Brasil) é a grandeza de tais recursos comparada à desapontadora magreza dos resultados”. Seria fácil responder com a escassez da população. O *Times*, de resto, sabe-o bem, porque nos fala logo dessa população nas repúblicas espanholas, mas não a acha escassa; o que a acha é torpe!... A pintura que nos dá do Peru, Bolívia, Equador e consortes é ferina e negra: “Essa gente vive numa indolência vil, que não é incompatível com muita arrogância e muita

exagerada vaidade! Desse torpor só rompe, por acesso de frenesi político. Todo o trabalho aí empreendido para fazer produzir a natureza é dos estrangeiros; os naturais limitam-se a invejá-los, a detestá-los por os verem utilizar oportunidades que eles mesmos não se quiseram baixar a usar!” Isto é cruel; não sei se é justo; mas entre estas linhas palpita todo o rancor de um inglês possuidor de maus títulos peruanos. “E se o nosso correspondente (continua o artigo) oferece de alto o Brasil à nossa admiração, não é em absoluto, é relativamente, em contraste com os países que quase o igualam em vantagens materiais, como o Peru e o Rio da Prata, mas onde a discórdia intestina devora e destrói todo o progresso nascido da atividade estrangeira. O Brasil é português e não espanhol; e isto explica tudo. O seu sangue europeu vem daquela parte da Península Ibérica em que a tradição é a liberdade triunfante e nunca suprimida.” O *Times* aqui abandona-se com excesso às exigências rítmicas da frase: parece imaginar que desde a batalha de Ourique temos vindo caminhando numa larga e luminosa estrada de ininterrompida democracia!...

Mas, enfim, continua: “Quando o Brasil quebrou os seus laços coloniais não tinha a esquecer feias memórias de tirania e rapacidade; nem teve de suprimir genericamente todos os vestígios de um mau passado.” Com efeito, pobres de nós!, nunca fomos decerto para o Brasil senão amos amáveis e timoratos.

Estávamos para com ele naquela melancólica situação de um velho fidalgo, solteirão arrasado, desdentado e trôpego, que treme e se baba diante de uma governanta bonita e forte. Nós verdadeiramente é que éramos a colônia; e era com atrozes sustos do coração que, entre uma salve-rainha e um lausperene, estendíamos para lá a mão à esmola...

O *Times* prossegue: “Ainda que independente, o Brasil ficou português de nacionalidade e semieuropeu de espírito. Pelo simples fato de se sentir português, o povo brasileiro teve, e conserva, o instinto do grande dever que lhe incumbe: tirar o partido mais nobre da sua nobre herança... Sejam quais tenham sido os erros de Portugal, não se pode dizer que se tenha jamais contentado com o mero número das suas possessões, sem curar de lhes extrair os proventos. O *Times* aqui dormita, como o secular Homero.

E justamente o que nos preocupa, o que nos agrada, o que nos consola, é contemplar *simplesmente o número* das nossas possessões; pôr-lhes o dedo em cima, aqui e além, no mapa; dizer com voz de papo, *ore rotundo*: “Temos oito; temos nove; somos uma nação colonial, somos um povo marítimo!...” Enquanto a *extrair-lhes os proventos*, na frase judiciosa do *Times*, desses detalhes miseráveis não cura o pretor nem os netos de Afonso de Albuquerque!... Mas prossegue o *Times*: “O império colonial de Portugal talvez tenha sido outrora caracterizado por desfortuna – quase nunca por estagnação.” *Talvez* é bom: com o império do Oriente, no nosso passado, que é um dos mais feios monumentos de ignomínia de todas as idades... Continuemos.

“Da origem donde o Brasil deriva a sua atividade deriva também (o que não é menos importante) o respeito pela opinião da Europa. O vadio das ruas de Lima, de Caracas ou de Buenos Aires nutre um soberano desprezo pelos juízos que a Europa possa formar das suas tragicomédias políticas... Não tem consciência de coisa alguma, a não ser do seu *sangue castelhano*... Sente decerto o inconveniente de ser expulso do crédito e das bolsas

da Europa... Mas avalia esta circunstância apenas pelos embarços momentâneos que ela lhe traz. O financeiro brasileiro, porém, esse presta uma tão respeitosa atenção ao temperamento das bolsas de Paris e Londres como ao da mesma praça do Rio de Janeiro...” O *Times* vê neste sintoma a consideração que o Brasil tem pela opinião da Europa.

Mas onde o *Times* se engana é quando pretende que o Brasil deve ao seu sangue português esta bela qualidade de obedecer aos juízos do mundo civilizado. Não há país no universo onde se despreze mais, creio eu, o julgamento da Europa que em Portugal; nesse ponto somos como o vadio das ruas de Caracas, que o *Times* tão pitorescamente nos apresenta; porque eu chamo desdenhar a opinião da Europa não fazer nada para lhe merecer o respeito. Com efeito, o juízo que de Badajoz para cá se faz de Portugal não nos é favorável, nós sabemos-lo bem – e não nos inquietamos! Não falo aqui de Portugal como Estado político. Sob esse aspecto gozamos uma razoável veneração. Com efeito, nós não trazemos à Europa complicações importunas; mantemos dentro da fronteira uma ordem suficiente; a nossa administração é corretamente liberal; satisfazemos com honra os nossos compromissos financeiros.

Somos o que se pode dizer um *povo de bem*, um *povo boa pessoa*. E a nação, vista de fora e de longe, tem aquele ar honesto de uma pacata casa de província, silenciosa e caiada, onde se pressente uma família comedida, temente a Deus, de bem com o regedor e com as economias dentro de uma meia... A Europa reconhece isto; e todavia olha para nós com um desdém manifesto. Por quê? Porque nos considera uma nação de médiocres; digamos francamente a dura palavra – porque nos considera uma *raça de estúpidos*. Este mesmo *Times*, este oráculo augusto, já escreveu que

Portugal era intelectualmente tão caduco, tão casmurro, tão fóssil, que se tornara um país bom para se lhe passar muito ao largo e *atirar-lhe pedras* (textual).

O *Daily Telegraph* já discutiu em artigo de fundo este problema: se seria possível sondar a espessura da ignorância lusitana! Tais observações, além de descorteses, são decerto perversas. Mas a verdade é que numa época tão intelectual, tão crítica, tão científica como a nossa, não se ganha a admiração universal, ou se seja nação ou indivíduo, só com ter propósito nas ruas, pagar lealmente ao padeiro e obedecer, de frente curva, aos editais do governo civil. São qualidades excelentes mas insuficientes.

Requer-se mais; requer-se a forte cultura, a fecunda elevação de espírito, a fina educação do gosto, a base científica e a ponta de ideal que em França, na Inglaterra, na Alemanha, inspiram na ordem intelectual a triunfante marcha para a frente; e nas nações de faculdades menos criadoras, na pequena Holanda ou na pequena Suécia, produzem esse conjunto eminente de sábias instituições que são, na ordem social, a realização das formas superiores do pensamento.

Dir-me-ão que eu sou absurdo ao ponto de querer que haja um Dante em cada paróquia e de exigir que os Voltaires nasçam com a profusão dos tortulhos. Bom Deus, não! Eu não reclamo que o país escreva livros, ou que faça artes; contentar-me-ia que lesse os livros que já estão escritos e que se interessasse pelas artes que já estão criadas. A sua esterilidade assusta-me menos que o seu indiferentismo. O doloroso espetáculo é vê-lo jazer no marasmo, sem vida intelectual, alheio a toda a ideia nova, hostil a toda a originalidade, crasso e mazorro, amuado ao

seu canto, com os pés ao sol, o cigarro nos dedos e a boca às moscas... É isto o que punge.

E o curioso é que o país tem a consciência muito nítida deste torpor mortal e do descrédito universal que ele lhe atrai. Para fazer vibrar a fibra nacional, por ocasião do centenário de Camões, o grito que se utilizou foi este: “Mostremos ao mundo que ainda vivemos! Que ainda temos uma literatura!”

E o país sentiu asperamente a necessidade de afirmar alto à Europa que ainda lhe restava um vago clarão dentro do crânio. E o que fez? Encheu as varandas de bandeirolas e rebentou de júbilo a pele dos tambores. Feito o que – estendeu-se de ventre ao sol, cobriu a face com o lenço de rapé e recomeçou a sesta eterna... Donde eu concludo que Portugal, recusando-se ao menor passo nas letras e na ciência para merecer o respeito da Europa inteligente, mostra, à maneira do vadio de Caracas, o desprezo mais soberano pelas opiniões da civilização. Se o Brasil, pois, tem essa qualidade eminente de se interessar pelo que diz o mundo culto, deve-o às excelências da sua natureza, de modo nenhum ao seu sangue português; como português, o que era lógico que fizesse era voltar as costas à Europa, puxando mais para as orelhas o cabeção do capote...

Mas, retrocedendo ao artigo do *Times*, a conclusão da sua primeira parte é que “em riqueza e aptidões, o Brasil leva gloriosamente a palma às outras nacionalidades da América do Sul”. Todavia, o *Times* observa no Brasil circunstâncias desconsoladoras: “Doze milhões de homens estão perdidos num estado maior que toda a Europa; a receita pública, que é de doze milhões de libras

esterlinas, é muitos milhões inferior à da Holanda e à da Bélgica; com uma linha de costa de quatro mil milhas de comprimento, e com pontos de uma largura de duas mil e seiscentas milhas, o Brasil exporta, em valor de gêneros, a quarta parte menos que o diminuto reino da Bélgica.” O *Times*, todavia, tem a generosidade de admitir que nem a densidade de população, nem o total das receitas, nem a cifra das exportações constituem a felicidade de um povo e a sua grandeza moral. A Suíça, que tem dois milhões de habitantes e justamente os mesmos dois milhões (em libras) de receita, vive em condições de prosperidade, de liberdade, de civilização, de intelectualidade bem superiores à tenebrosa Rússia, com os seus oitenta milhões de libras de receita e os mesmos oitenta milhões em homens. “Todavia (continua o *Times*), se a escassez da população, de rendimento e de comércio não colocam o Brasil num estado de adversidade, são uma prova que faltam a esse povo algumas das qualidades que fazem a grandeza das nações. Que os colonizadores portugueses, apenas apoiados pelo pequeno trono português, tivessem feito da metade do novo mundo que lhes concedeu o papa Alexandre mais que os colonizadores espanhóis, que tiravam a sua força da grande nação de Espanha, é uma coisa que prova a favor do sangue português comparado com o sangue castelhano, andaluz ou aragonês. Mas que as conquistas feitas no Brasil à natureza sejam tão insignificantes e tão vastos os espaços que permanecem não só inconquistados mas desamparados – indica que são análogos os defeitos da colônia espanhola e da colônia portuguesa...”

O resto do artigo é mais sério; e eu devo transcrevê-lo sem interrupção. “O brasileiro não é, como o peruano ou boliviano, altivo demais, ou preguiçoso

demais para se dignar reparar nos meios de riqueza e de grandeza tão prodigamente espalhados em torno de si. Não; o brasileiro tem energia suficiente para ambicionar e para calcular. A sua atenção está fixa nas férteis regiões do interior. Desejaria bem ver a rede dos seus rios navegáveis cobertos de barcos e vapores. Sucede mesmo que, nos pontos mais ricos da costa, o habitante queixa-se que uma excessiva porção dos impostos com que é sobrecarregado vai ser gasta em colossais trabalhos empreendidos em vantagem de remotas e incultas regiões que nunca, ou ao menos só daqui a longos anos, poderão aproveitar com eles. Mas em todo o caso o Brasil sente em si força suficiente para dar ao seu vasto território os benefícios de uma sábia administração.”

O *Times* aqui tem um pequeno período aludindo à nobre ambição que têm os brasileiros de fazer tudo por si mesmos; vendo com aborrecimento as grandes obras entregues à perícia estrangeira, preferindo os esforços da ciência e do talento nacionais, ainda mesmo quando eles falham, custando ao país milhões perdidos... Depois prossegue:

“Mas enquanto o brasileiro se mostra assim, em teorias políticas e administrativas, ansioso por fomentar ele mesmo, por ele mesmo fazer todas as obras dos seus cinco milhões de milhas quadradas – às suas mãos repugna agarrar o cabo da enxada, ou tomar a rabiça do arado, que é justamente o serviço que a natureza reclama dele. Num continente que depois de três séculos e meio continua a ser um torrão novo, a grandeza das repúblicas ou dos impérios depende exclusivamente do trabalho manual. Italianos, alemães, negros, têm sido, estão sendo importados para fazerem o trabalho duro

que repugna aos senhores do solo. Mas, inaclimatados em certos distritos, eles nunca poderiam labutar como os naturais dos trópicos. Nem mesmo nas províncias mais temperadas do império jamais os imigrantes trabalharão resolutamente – até que o exemplo lhes seja dado pela população indígena, senhora da terra. O brasileiro ou tem de trabalhar por suas mãos, ou então largar a rica herança que é incompetente para administrar. À maneira que o tempo se adianta, vai-se tornando uma positiva certeza que todos os grandes recursos da América do Sul entrarão no patrimônio da humanidade.”

O *Times* aqui embrulha-se. Prefiro explicar a sua ideia, a traduzir-lhe a complicada prosa; quer ele dizer que o dia se aproxima em que a civilização não poderá consentir que tão ricos solos, como os dos estados do sul da América, permaneçam estéreis e inúteis; e que se os possuidores atuais são incapazes de os fazer valer e produzir, para maior felicidade do homem, deveriam então entregá-los a mãos mais fortes e mais hábeis. É o sistema de expropriação por utilidade de civilização. Teoria favorita da Inglaterra e de todas as nações de rapina...

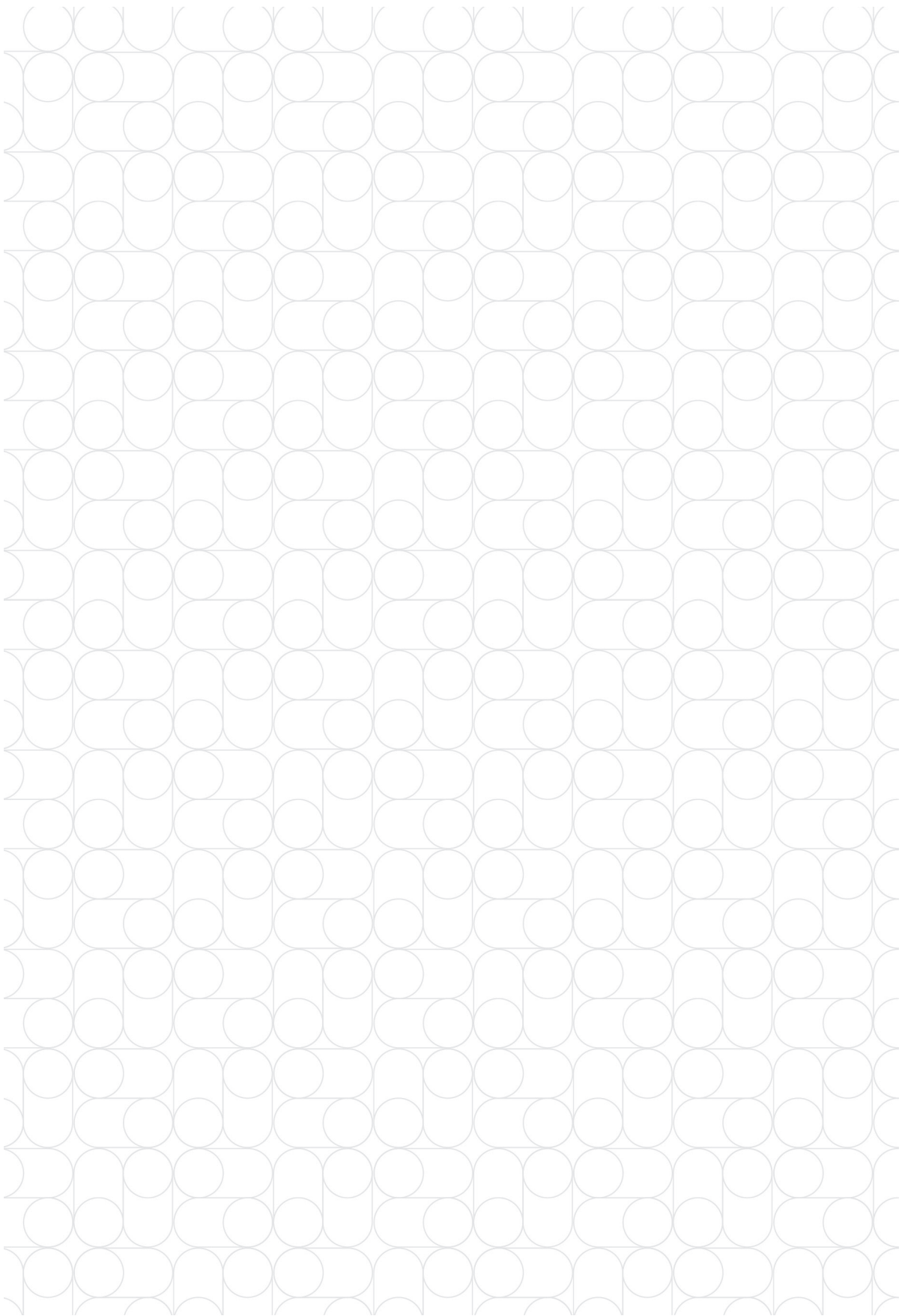
Continua depois o artigo, com ferocidade: “No Peru, na Bolívia, no Paraguai, no Equador, na Venezuela... em outros mais, os atuais ocupadores do solo terão gradualmente de desaparecer e descer àquela condição inferior que o seu fraco temperamento lhes marca como destino. (Nunca se escreveu nada tão ferino!) O povo brasileiro, porém, tem qualidades excelentes e a Inglaterra não chegará prontamente à conclusão de que ele tem de partilhar a sorte de seus febris ou casmurros vizinhos... Mas, dadas as condições do seu solo, o Brasil mesmo tem a escolher entre um semelhante futuro ou então o trabalho,

o duro esforço pessoal contra o qual até agora se tem rebelado. Se o seu destino tivesse levado os brasileiros a outro canto do continente, nem tão largo nem tão belo, poder-se-ia permitir-lhes que passassem a existência numa grande sonolência. Mas ao brasileiro está confiada a décima quinta parte da superfície do globo; essa décima quinta parte é toda um tesouro de beleza, riquezas e felicidades possíveis; e de tal responsável – o brasileiro tem de subir ou de cair!”

E com esta palavra, à Gambeta, termino. Já se alonga muito esta carta para que eu a sobrecarregue de comentários à prosa do *Times*. No seu conjunto, é um juízo simpático. O *Times*, sendo, por assim dizer, a consciência escrita da classe média da Inglaterra, a mais rica, a mais forte, a mais sólida da Europa, tem uma autoridade formidável; escrevendo para o Brasil, eu não podia deixar de recolher as suas palavras – que devem ser naturalmente a expressão do que a classe média da Inglaterra pensa ou vai pensar algum tempo do Brasil. Porque a prosa do *Times* é a matéria-prima de que se faz em Inglaterra o estofo da opinião.

E reparando agora que, por vezes nestas linhas, fui menos reverente com o *Times* – murmuro, baixo e contrito, um *peccavi...*





A FESTA DAS CRIANÇAS

A mais engraçada festa das crianças de que me lembro foi em Inglaterra, na casa de campo dos meus amigos Birds, no país de Cornwall. Era uma mascarada reproduzindo, em miniatura, a corte de el-rei Artur e dos cavaleiros da Távola Redonda. E o que tornava interessante a ressurreição deste mundo heroico e gentil, popularizado por Tennyson, é que nós estávamos ali justamente na região de Cornwall, onde viviam, entre saraus e batalhas, Artur, a sua rainha Guinevra e os doze valentes da Távola. A pouca distância do parque dos Birds, numa colina coberta de carvalheiras, a tradição coloca os paços de Artur e a maravilhosa e sombria cidade de Caerleon. O rio em que pescavam trutas era o velho Usk. Nas suas frescas margens erguera-se outrora o mosteiro onde o irmão de Percival, uma noite, da janela da sua cela, viu passar numa nuvem cor-de-rosa, entre aromas de junquinhos, o vaso de Santo Graal cheio de sangue de Nosso Senhor Jesus Cristo. E das varandas da sala de jantar podiam avistar-se, em dias claros, lá ao longe, na costa e entre as rochas, as ruínas desse Castelo de Tintagel, que aparece em todas as baladas do rei Artur, negro e triste junto ao mar de Cornwall.

A corte começou a reunir-se cedo, à hora do lanche, no grande salão branco, sobre o jardim. Era o filho dos Birds quem esplendidamente recebia, vestido de rei Artur. O primeiro personagem da lenda que chegou, acompanhado pela sua governanta, foi o feiticeiro Merlin, um adorável bebê, gordo e embezerrado, com a coroa de hera, uns cabelos louros e umas enormes barbas proféticas enchendo-lhe a bochecha cor-de-rosa. Depois, seguidos das mããs, vieram entrando todos os outros figurões da romântica crônica, cavaleiros de cinco anos armados e emplumados, mongezinhos nédios do Convento de Clerical, bispos quase de mama com os seus báculos nos braços, bardos rabugentos, mesteirais vestidos de seda e fadas mais lindas que as fadas. As três rainhas místicas do Valhala chegaram por último, gravezinhas, todas três pela mão, cobertas de véus negros, escoltadas por um grande laçao empoadado.

Pouco a pouco o salão ficou animado como a velha Caerleon numa manhã de torneio. O pequeno Bird, de rei Artur, com seu manto bordado de ouro, os cabelos frisados saindo em anéis de sob a coroa carregada de pedras, passeava majestoso, entre os seus irmãos de armas. Uma senhora, encantada, quis dar-lhe um beijo. Ele repeliu-a asperamente, como teria feito o casto rei Artur. Mais orgulhoso do que ele, só o bravo Lancelote do Lago, a quem tinham pintado um buço, e que, revestido de armas negras, com uma longa pluma escarlate ondeando-lhe desde o elmo até às esporas de ouro, não tirava a mão da espada. E o que parecia ensoberbecê-lo mais era a sua faixa de gaze branca, passada sobre a couraça e feita, em rígida obediência à epopeia, de um véu da rainha Guinevra. Essa era a grande beleza do sarau, a rainha Guinevra, uma irlandesazinha com as duas tranças negras e os olhos

verdes como os prados de Erin. Séria e fria, envolta na pesada capa de cetim azul, conservava-se no meio de um sofá, imóvel, com um sorriso que lhe punha uma covinha no queixo, indiferente aos madrigais, insensível às proezas dos cavaleiros, e sempre de olhos baixos, ou por ela os bardos firmam as harpas, ou por ela se batam os vassalos junto ao mar de Cornwall.

Um escudeiro anunciou o lanche tocando uma buzina de prata, tal qual como em Caerleon. E pelo corredor, aos pares, toda a corte seguiu à sala de jantar o rei Artur, que levava pela mão, com uma graça solene, a linda rainha Guinevra. Depois, mas não sem alguma confusão, em que necessariamente as mães tiveram de ser enérgicas com os cavaleiros, ficou completa a Távola Redonda, ornada de baixelas e flores. E nada faltava do que mandam as poéticas crônicas.

Ao fundo da mesa, na sua cadeira esculpida pelos gênios, lá se achava o velho feiticeiro Merlin, a quem a governanta, para ele comer com limpeza a sua sopa, tirara as barbas proféticas. Não havia um javali assado sobre um prato de ouro. Apenas um modesto *roast-beef*. Mas o rei Artur levantava o seu copo de água, misturada de uma gota de Bordéus, com a nobreza com que o outro, há tantos centos de anos e naquela mesma colina, erguia a taça de hidromel em dias de vitória. De resto a sala, com o seu teto de carvalho lavrado, tinha o severo aparato de outras eras, e através da janela lá estavam, como nos versos da *Morte de Artur*, as ruínas do Castelo de Tintagel, negro e triste junto do mar de Cornwall.

A corte mostrava tanto apetite como à volta de uma batida aos lobos nos bosques que avizinham o Usk.

Até as fadas devoravam. Sir Galahad, esse que possuía a força de mil, porque o seu coração era virgem, já por duas vezes reclamara pudim de batatas, batendo furiosamente com o garfo sobre o seu morrião de prata, posto ao lado da mesa, entre os cristais.

Fora preciso, por causa da sua magnífica túnica de cetim verde, atar um guardanapo ao pescoço do cavaleiro Bors, essa radiante flor de bravura cristã. No meio de toda a alegria, o forte Percival, incomodado com a sua armadura, permanecia manso e corado com o ar de estar pensando (como o outro Percival) em se recolher ao Mosteiro de Wik. Depois, de repente e inexplicavelmente, rolou abaixo da cadeira, entornando todo o molho nos joelhos do intrigante Modred, o mais violento cavaleiro da Távola.

Modred despropositou e arrepelou os cabelos de ouro de Percival. A tia do herói acudiu assustada, e então, como o famoso Lancelote do Lago se estava tornando turbulento, foi arrancado da Távola Redonda ignominiosamente, nos braços de um escudeiro, aos berros.

Depois do lanche, a corte de el-rei Artur voltou ao sarau a regozijar-se com danças. Sarau delicioso! Havia dois monges extraordinários, de buréis brancos, tão pequenos e tão trôpegos que as senhoras tinham de os segurar pelos braços nas quadrilhas e que queriam constantemente dançar, mais joviais que os cavaleiros, prontos a atirar-se sempre aos bracinhos das camponesas toucadas de flores.

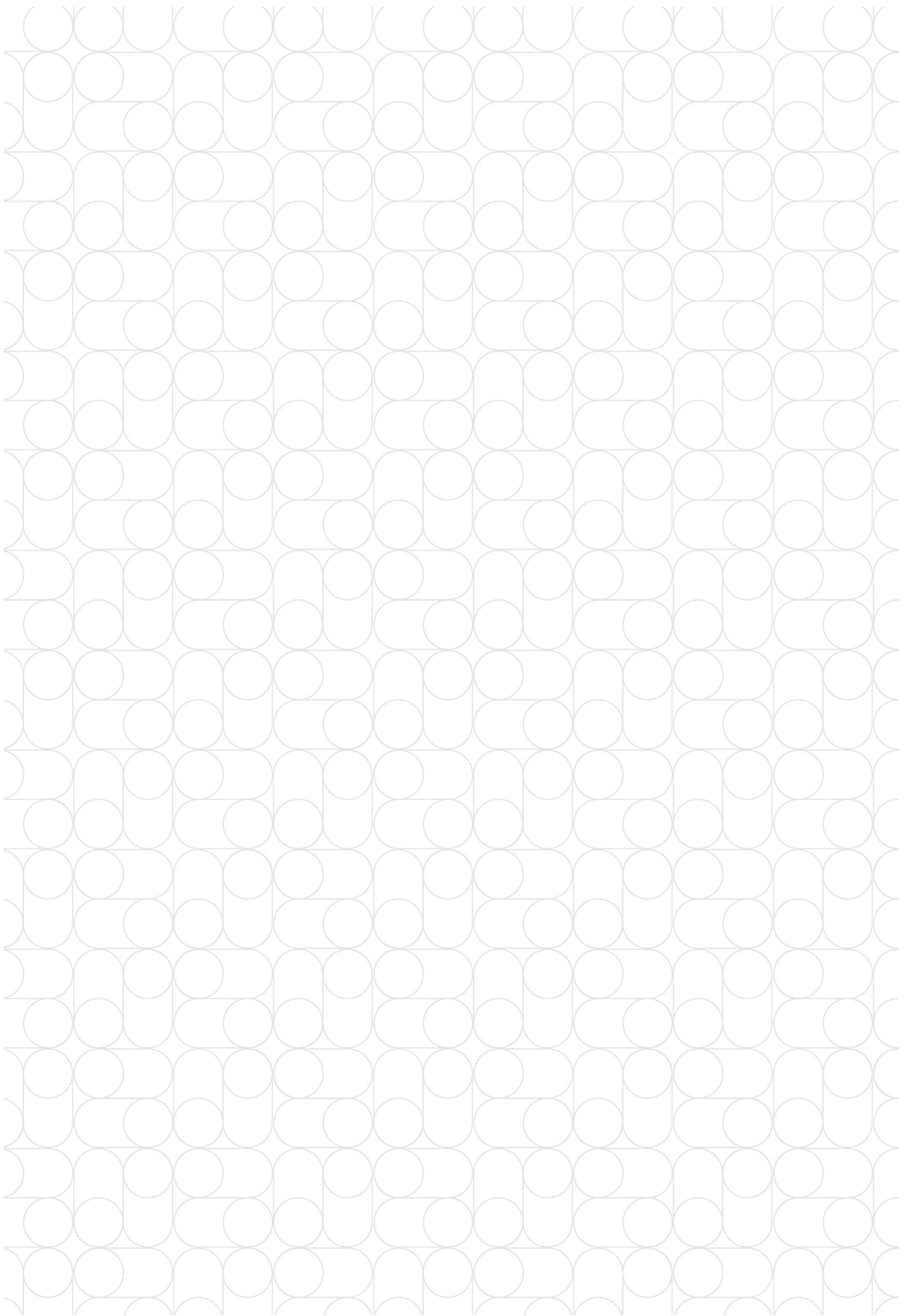
O puro Sir Galahad, já sem broquel e sem morrião, galopava doidamente com uma ligeira fada, chegada nessa manhã da Bretanha, das florestas de Broceliande. Um

bardo, com a coroa de folhas de carvalho enterrada até aos olhos, chorava por ter perdido a sua harpa. Havia também um príncipe do Mar do Norte, um castelão de Erin e o bravo cavaleiro Bors, que se tinham refugiado a um canto, por detrás de um sofá, onde, sentados no chão, continuavam na sua divertida merenda com bolos, dando gritos, quando as senhoras queriam pôr cobro àquela gula tão imprópria de paladinos cristãos.

No corredor o pai Bird teve de suster um rechonchudo abade, que arregaçava as vestes sacerdotais e ia furioso sovar o intrigante cavaleiro Modred. E não foi possível realizar a parte mais picante da lenda, fazendo com que Lancelote do Lago cortejasse Guinevra. O bravo Lancelote (bem diferente do outro) parecia de coração duro e sem gosto pelo sorrir das damas. Terminou mesmo por ter uma hedionda perrice e caiu nos joelhos da mamã, com duas grossas lágrimas nas pestanas e a sua bela pena escarlate caída no chão, como numa tarde de derrota.

Cedo os bebês começaram a estar cansados. Eu mesmo, no meio da festa tive de levar ao colo o venerável bispo de Blackemburg, com a sua mitra e com o seu rico báculo. Os seus doces olhinhos azuis fechavam-se de sono. Deitei-o no sofá, junto da mais pequenina das rainhas do Valhala, que já ali dormia sob o véu negro, com os cabelos de ouro soltos e o lírio do paraíso entre as mãozinhas cruzadas...

E o santo bispo candidamente adormeceu ao lado da mística rainha.



UMA PARTIDA FEITA AO *TIMES*

É ao mesmo tempo lamentável e picaresco o caso sucedido ao *Times*. Este nobre in-fólio diário, que inspira orgulho a todo o inglês sinceramente patriota e que aos olhos respeitosos do estrangeiro aparece como uma das mais fortes colunas da sociedade inglesa, como a própria consciência da Inglaterra posta em letra redonda; este augusto periódico que nunca, desde a sua fundação, citou o nome de um colega, nem jamais se baixou a uma controvérsia, pelas mesmas razões de inflexível etiqueta que vedariam a Luís XIV argumentar com Colbert; esta austera gazeta que preferiria despedaçar as suas magníficas máquinas a consentir que elas imprimissem um *bon mot*, uma pilhéria, uma linda bagatela ou uma jovial anedota; este papel tão pudico que evita o nome de Zola, como uma indecência – o *Times*, enfim, o venerando *Times*, foi ultimamente vítima de uma dessas “partidas”, como nós dizemos, “facécias em ação”, como dizem os americanos, que são ao mesmo tempo nefandas e patuscas, que nos abrasam a face de indignação e nos arrancam aos lábios um sorriso, que nos fazem vituperar publicamente o farsante e saborear secretamente a farsa,

como se víssemos um rabo de papel pregado ao manto de el-rei, ou sobre os cabelos em caracóis da imagem do Senhor dos Passos enterrado um chapéu alto.

Todas as pessoas que têm folheado esses vastos lençóis de matéria impressa que constituem um número do *Times* sabem que a quinta página é ordinariamente destinada à publicação dos discursos pronunciados por homens eminentes da política, da literatura, da ciência, da arte, em *meetings*, comícios, banquetes, inaugurações, *conversazioni*, em todos esses ajuntamentos de *ladies and gentlemen* onde a Inglaterra dá vazão ao seu tumultuoso fluxo labial!... O *Times* é famoso por estas reproduções. Não são resumos nem extratos: são as arengas, palavra a palavra, especialmente taquigrafadas para o *Times* por um pessoal experimentado, com as interrupções corretamente trasladadas, os murmúrios religiosamente marcados, sem que lhes falte um “meus senhores!”, sem que ficasse perdido um “oh!” ou um “ah!”, e revistas, esmiuçadas, zeladas como se tivessem caído dos lábios de Sócrates ou de Cristo pregando outro Evangelho.

Este simples serviço custa por ano ao *Times* milhares de libras – mas dá-lhe a vantagem de ser ele a ata oficial do verbo público da Inglaterra. Todos os jornais da Europa assim o reconhecem; quando se discute um discurso do Sr. Gladstone, uma conferência do professor Huxley ou uma prédica do arcebispo de Canterbury tem-se presente, como texto sagrado, o texto do *Times*. Um orador pode negar a incorreção de um adjetivo, a violência de uma apóstrofe, quando a apóstrofe ou o adjetivo tenham aparecido nos resumos rápidos de outro jornal; nunca quando hajam aparecido nas colunas infalíveis do *Times*.

Sabe-se a despesa, o desvelo, a minuciosidade empregada para obter a exatidão – e essa exatidão nunca é contestada.

Quando o Sr. Gladstone, na campanha eleitoral da Escócia, soltou essa famosa invectiva contra o império dos Habsburgos – o protesto cortês do embaixador da Áustria era fundado em citações do *Times*. Um orador que, querendo deixar um monumento sólido da sua arte, publique os seus discursos em volumes – colige-os do texto seguro do *Times*. O *Times* tem aqui o valor de uma reprodução fotográfica. Insisto nisto, para tornar mais vivo o horror da facécia.

Há semanas Sir William Harcourt, o ministro do Interior, fez um discurso em Manchester, discurso considerável, muito anunciado, muito esperado, tocando todas as questões que inquietam agora a Inglaterra, a anarquia da Irlanda, o tratado de comércio com a França, a intervenção no Egito, a criação do governo municipal de Londres, outras coisas graves ainda.

Esta arenga, taquigrafada pelo pessoal do *Times* em Manchester, telegrafada para os escritórios do *Times* em Londres, foi composta, lida pelos revisores, revista pelo secretário de Sir William Harcourt, verificada, comprovada, relida ainda, e enfim, definitivamente instalada na sua página... E aqui se coloca a facécia.

Mas é necessário primeiro, para maior indignação e maior gozo, conhecer Sir William Harcourt. De todos os membros do ministério Gladstone, Sir William é o mais austero. Já a sua aparência intimida: grosso, membrudo, de ombros compactos, com a face imperiosa, pálida, rapada, Sir William tem as linhas solenes e marmóreas do busto de um César.

E dentro desta forma romana habita um espírito rígido de doutrinário: liberal (em comparação com o marquês de Salisbury, que é quadradamente feudal), Sir William representa no governo a tradição, a fórmula *whig*. É o contrapeso conservador deste ministério radical; está ali como um bloco de granito constitucional para impedir que os outros ministros, Chamberlain, Sir Charles Dilk, os discípulos de Stuart Mill, se adiantem muito pela grande estrada da revolução; e tem por isso essa ampla solenidade de maneiras, essa cadenciada pompa de expressão, de quem se honra em guardar as coisas supremas – a coroa, a Igreja, a aristocracia territorial, os privilégios, a integridade do império... É um solene. Mesmo abotoado no paletó, parece embrulhado numa toga. É moroso, maçudo, incapaz de sorrir, tem essa espécie de majestade oficial que faz lembrar ao mesmo tempo Guizot e um elefante.

E quando a gente o contempla no parlamento, grave, ríspido, vestido de negro – não o pode conceber nas atitudes triviais da vida, fumando um cigarro num sofá, com uma perna por cima da outra, muito menos de joelhos, com uma linda mão de mulher entre as suas, murmurando coisas ternas e tontas...

E é isto que torna atroz e deliciosa a facécia... O discurso solene deste solene estadista estava, pois, paginado, pronto para passar às máquinas, quando, aproveitando um momento em que a polícia interior dos escritórios do *Times* casualmente afrouxara de vigilância, *alguém*, um monstro, um celerado, sutilmente, pé ante pé, foi ao discurso, arrancou-lhe dez ou doze linhas e substituiu-as por outras, compostas de antemão, pérfida e habilmente compostas! E que linhas!, meu Deus! Como posso eu, conservando-me casto, explicá-las aos leitores da *Gazeta de Notícias*?

Essas linhas, intercaladas no severo discurso do severo ministro eram (tremo de dizê-lo), eram linhas eróticas! Era um grito convulsivo de desordenada lubricidade; era o ruído de uma besta agitada por todas as fúrias de Vênus; era como esse rouco e seco bramar dos veados, nos bosques, sob a calma do estio; era a balbúciação ébria dos faunos da fábula, do deus Príapo, dos sátiros caprinos que vagueavam pelos pendores sagrados do Monte Olimpo, ululando, trincando a brancura dos lírios, violando o coração das rosas, arremessando-se com pulos ferozes de bodes ao entreverem, entre as ramagens dos olmos, as claras ninfas das águas... Era tudo isto, e era ainda mais.

E, para requinte de facécia, isto não destoava, não chocava, aparecendo bruscamente e sem ligação, como um monturo imundo entre róseas flores de retórica. Não, tinha sido *encaixado* com uma habilidade diabólica. Sir William Harcourt estava acusando os conservadores de afetarem uma patriótica melancolia em presença dos supostos perigos que sob o regime liberal correm os grandes princípios da ordem monárquica, a integridade mesma da Inglaterra. E aqui perguntava-lhes, naturalmente, num natural movimento de oratória: “Por que são esses gemidos? Por que é essa exageração de tristeza pública? Decerto a questão da Irlanda e a do Egito são graves; mas o governo de sua majestade sabe que as soluções proveitosas e gloriosas não tardarão... Nós estamos tranquilos. Eu, por mim, sinto-me na disposição de quem, depois de cumprir um dever oficial, tem para o recompensar o sorriso sereno e aprovador da consciência, etc., etc.”

E justamente aqui as linhas perversas entravam naturalmente traçadas, desenvolvendo mais esta afirmação

de contentamento íntimo, mostrando a exuberância de espírito de um ministro galhofeiro, que, em presença do glorioso estado da coisa pública, admite que o regozijo da nação tome a forma excêntrica mas justificável de uma tremenda bambochata, de um regabofe de estalar tudo... Sir Wiliam prosseguia (compreendem bem que eu uso só expressões aproximativas e atenuadas; traduzir à letra o que apareceu publicado no *Times* seria arruinar para sempre os créditos da *Gazeta de Notícias*), Sir William prosseguia: “Eu, por mim, estou contente. Acho-me até capaz de uma bela folia! Por que não nos daremos, com efeito, a uma rica patuscada, com vinhaça e mulherinhas? Oh, as mulherinhas! Senhoras que me escutais, arremessai chapéus e vestidos, e toca a pandegar e a bater um rico batuque!... *Evohé!* Viva o deboche! Olé, champanhe! Abracemo-nos, deliremos!...” Isto é só para dar ideia; o que se lia no *Times* tinha outra crueza de expressão, outro arranque de orgia!...

Imaginem o efeito ao outro dia, quando milhares de números do *Times*, contendo esta abominação, penetraram nesses recatados interiores ingleses, onde (segundo aqui dizem) habita o tipo superior da família cristã. O *Times*, o mais caro dos jornais, é a folha querida da aristocracia, da alta burguesia, da grande finança. Não se compreende um *gentleman* inglês, do padrão clássico, sem ter logo pela manhã percorrido conscienciosamente o seu *Times*; é como o coração mesmo da Inglaterra, que ele sente um momento entre as mãos e onde verifica cada dia, com orgulho, um acréscimo de força, uma pulsação maior de vitalidade. Ordinariamente é ao almoço que se lê o *Times*; e nessa manhã, vendo-se na quarta página, em letras grossas, o “Discurso de Sir William Harcourt em Manchester”, corria-se naturalmente a ele com curiosidade, já pelo

interesse nacional, já pela simpatia que inspira Sir William, o seu nome histórico, a sólida pureza dos seus princípios, a sua alta posição...

Imaginem-se então as cenas! Aqui é uma velha e devota duquesa, cheia de entusiasmo pelas questões sociais, que se aconchega na sua rica poltrona de tapeçaria, para melhor saborear a nobre oratória de Sir William – e que de repente estaca, encara o *Times*, limpa as lunetas, imaginando ter lido mal, torna a percorrer o período, passa a mão trêmula pela face, procura ansiosamente o seu frasco de sais, volta ainda a verificar se a não enleia uma alucinação e, arremessando enfim para longe a gazeta imunda, sai da sala a passos ofendidos, pensando consigo que são esses os resultados de um século de democracia, de materialismo e de libertinagem!

Além é um casal de noivos que, aninhados no mesmo sofá ao pé do fogão, com os braços entrelaçados, percorrem o *Times*, menos para saber da questão no Egipto do que para ler o *compte rendu* de outros casamentos elegantes ou as notícias de Paris, onde tencionam ir findar a sua lua de mel; mas encontram o discurso de Sir William, dão-lhe um olhar distraído, quando de repente lhes salta de entre as linhas o jorro imundo das apóstrofes eróticas!

Noutra casa é uma fresca e loura criaturinha de dezoito primaveras, puro lírio doméstico, que faz a leitura do *Times* a um velho tio general, tolhido de gota, relíquia veneranda das guerras peninsulares; o velho escuta, pouco atento à política do dia, que detesta, mas muito ao encanto daquela voz de ouro ao seu lado; de repente, porém, o pobre anjo gagueja, para, faz-se da cor de uma rosa, treme, a sua vergonha é tal que lhe saltam as lágrimas dos olhos,

e foge, deixando o imundo *Times* nas mãos do general assombrado; ou então, caso pior, a doce rapariga, na sua candura de flor de estufa, não compreende, imagina que *aquilo é política*, continua a ler com a sua voz de ouro – e o venerável tio ouve de repente sair dos lábios de botão de rosa, feitos só para murmurar o que há de mais casto na música de Weber, um enxurro torpe de babuges lúbricas.

É medonho! E uma feição curiosa do incidente é que este negro atentado só foi descoberto nos escritórios do *Times* às onze horas da manhã; isto é, quando o jornal já estava distribuído em Londres, levado pelos trens de madrugada para toda a província e pela mala de Dover para toda a Europa! A administração do *Times* telegrafou logo a todos os seus agentes no mundo, para suspender a distribuição e *comprar por todo o preço* os torpes números já espalhados.

Só estes telegramas custaram perto de *dois contos de réis*. Mas o melhor é que apenas se soube a história da catástrofe, e que o *Times* comprava por todo o preço o número maldito – esse número tornou-se logo um valor, um papel de crédito, base de especulação, com cotações no mercado iguais, se não superiores, aos fundos de muita nação civilizada. Eu sei de um restaurante que toma regularmente quatro número do *Times* – e que vendeu os seus exemplares imundos a duas libras cada um.

Realizaram-se, porém, ganhos maiores. O *Times* não regateia, paga. E até hoje diz-se que em comprar essa fatal edição tem gasto já perto de quarenta contos.

O autor da facécia ainda se não descobriu. É, sem dúvida, um monstro, e seriamente merece a tremenda sentença com que decerto os tribunais ingleses o demoliriam.

Mas, por outro lado, considerando que quarenta contos são apenas uma soma mínima para a fortuna do *Times* e que esta gazeta austera leva o seu pedantismo e a sua empolada *pruderie* a sustar, como obscena, a menção sequer dos livros de Zola e de outros realistas, eu não posso deixar de pensar, com laivos de regozijo, que a Providência tem armas oblíquas e terríveis!

Nunca, decerto, desde a invenção da imprensa, aconteceu um jornal publicar, na sua melhor página, em letras salientes, doze linhas imundas de desbragada obscenidade; e ser o *Times* o primeiro que o fez, o *Times*, o mais pesado, mais moroso, mais solene, mais pedagógico, mais reverente de todos os jornais que têm existido desde a invenção da imprensa – é, digam o que disserem, divertido.

E, terminando, peço às almas caritativas e justas uma boa risada à custa do *Times*.



SEGESTA
EDITORIA